



Nelson Felix Lima Neto

**As recentes intervenções urbanas na Rocinha e a
participação dos moradores nesse processo:
a experiência do grupo Rocinha Sem Fronteiras**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da
PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Rafael Soares Gonçalves

Rio de Janeiro
Agosto de 2015



Nelson Felix Lima Neto

**As recentes intervenções urbanas na Rocinha e a
participação dos moradores nesse processo:
a experiência do grupo Rocinha Sem Fronteiras**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social. Aprovação pela Comissão Examinadora abaixo assinada:

Prof. Rafael Soares Gonçalves

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Valeria Pereira Bastos

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof. Mauro Henrique de B. Amoroso

FEBF/UERJ

Profª. Monica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de
Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2015

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Nelson Felix Lima Neto

Graduou-se em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 2013. cursou os cursos de extensão em Formação Política na UFRJ em 2011, Trabalho Profissional do Assistente Social na Gestão das Políticas Sociais: desafios atuais, na UFRJ em 2015 e Os conflitos atuais no oriente médio na PUC-RJ em 2015. Estagiou na Clínica da Gávea S/A, na Secretaria Estadual de Direitos Humanos, na ONG Médicos Solidários e na empresa Cohidro: consultoria, estudo e projetos Ltda. Participou como bolsista FAPERJ da pesquisa intitulada: Conflitos Socioambientais e a Construção Social da Noção de Risco. Atualmente é Conselheiro Estadual do Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região – CRESS-RJ.

Ficha Catalográfica

Lima Neto, Nelson Felix

As recentes intervenções urbanas na Rocinha e a participação dos moradores neste processo: a experiência do grupo Rocinha sem fronteiras / Nelson Felix Lima Neto ; orientador: Rafael Soares Gonçalves. – 2015.

119 f. : il. (color.) ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2015.

Inclui bibliografia

1. Serviço Social – Teses. 2. Participação Popular. 3. Favela. 4. Rocinha. 5. Megaeventos. I. Gonçalves, Rafael Soares. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Dedico este trabalho à minha avó
Francisca Lima, à minha família e
amigos, pelo incentivo e apoio em
todas as minhas escolhas e decisões.

Agradecimentos

Ao meu pai e minha mãe que sempre me deram o apoio necessário nas horas em que mais precisei em especial minha mãe, que acompanhou de perto minha trajetória e fez todo o possível para contribuir com minha formação não só na faculdade, mas na vida.

Aos meus irmãos Pedro Viana e Elizabeth Viana simplesmente por serem tão presentes e importantes em minha vida. Eles são meu principal elo com o passado e até, então, os mais certos para o futuro. À seus filhos, meus sobrinhos, Victor Hugo, João Marcus e Maria Eduarda que amo como se fossem meus filhos.

Aos demais parentes que tanto me apoiaram e que incentivaram nos momentos mais difíceis.

À minha turma de graduação que fazem parte da minha história acadêmica e de vida pelos valiosos cinco anos que passamos juntos.

Aos amigos Camila Leite, Tamara Paiva, Rodolfo Pinheiro, Felipe França e Francisco Motta, que acompanharam mais de perto nos últimos anos, em especial Camila Leite que, além de grande amiga, uma colega inseparável e fundamental durante esses últimos dois anos e meio. Sua companhia foi de suma importância para mim.

Aos participantes do grupo Rocinha Sem Fronteiras que aceitaram participar dessa pesquisa com contribuições de importância imensurável.

Aos funcionários do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, que com sua dedicação, competência e profissionalismo vêm me auxiliando há oito anos, desde que ingressei na graduação.

À minha esposa Daniele da S. V. Felix Lima, amiga e companheira de todas as horas pelo carinho, amor, ajuda e compreensão dedicados a mim. Ela teve um papel fundamental para a conclusão deste trabalho e superação de mais uma importante etapa em minha vida. Muito obrigado.

Aos conselheiros e conselheiras do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS-RJ da gestão Contra a Corrente: a luta continua (2014-2017) pela oportunidade diária que tenho de estar junto a eles e elas aprendendo e rindo.

Aos professores do Departamento de Serviço Social que muito incentivaram a minha trajetória.

Ao meu orientador, professor Rafael Soares Gonçalves, que foi determinante para a elaboração deste trabalho. Um exemplo para mim. Muito obrigado pelos dias dedicados e investidos em meu trabalho e orientação. Foi uma honra e um privilégio ser seu orientando.

À professora Valéria Bastos, que foi minha orientadora na graduação, por mais uma vez poder contribuir com minha formação, compondo minha banca de avaliação. Seus comentários, críticas e elogios são mais que bem-vindos. Muito obrigado por ter aceito o convite e compor minha banca.

Ao professor Mauro Amoroso por, também, ter aceitado o convite e compor minha banca.

Ao CNPQ e a PUC-Rio pelo a oportunidade concedida, que sem dúvida foi o grande sustentáculo de minha permanência no Mestrado desta Universidade.

Por fim, à todos aqueles que de alguma forma contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade.

Resumo

Lima Neto, Nelson Felix; Gonçalves, Rafael Soares. **As recentes intervenções urbanas na Rocinha e a participação dos moradores nesse processo: a experiência do grupo Rocinha Sem Fronteiras**. Rio de Janeiro, 2015. 119p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esse início do século XXI marcou definitivamente a entrada da cidade do Rio de Janeiro no rodízio mundial de cidades que recebem importantes e grandes eventos político, culturais e esportivos. A história nos mostra que este último, os esportivos, tem significantes impactos políticos, econômicos e sociais para as cidades sede. Defendidos por uns e criticados por outros, os grandes eventos esportivos tem se mostrado como poderosos viabilizadores dos chamados grandes projetos urbanos. Diante de seus impactos na cidade e na sociedade, e em especial nos assentamentos precários e favelas do Rio, movimentos sociais têm se organizado em torno desses megaeventos questionando seus legados prometidos e principalmente a quantidade de dinheiro destinado a sua realização. A história da cidade do Rio de Janeiro nos mostra que bairros inteiros vêm lutando por melhores condições de habitabilidade, já outros lutam pelo básico direito a permanência e contra as práticas remocionistas, característica essa tão presente nas cidades que recebem grandes eventos esportivos. O trabalho visa estudar uma experiência de organização comunitária que questiona os megaeventos e ao mesmo tempo reivindica intervenções básicas de infraestrutura no bairro da Rocinha. O grupo chamado Rocinha Sem Fronteiras se reúne há nove anos, uma vez por mês em um espaço cedido por uma igreja dentro da Rocinha. É um grupo apartidário que tem conseguido provocar importantes discussões e reflexões junto à população residente da Rocinha desenvolvendo rodas de conversas com políticos e autoridades públicas em um espaço de diálogo horizontal entre moradores e convidados.

Palavras Chave

Participação Popular; favela; Rocinha; Megaeventos

Abstract

Lima Neto, Nelson Felix; Gonçalves, Rafael Soares (Advisor); **The recent urban interventions in Rocinha and the participation of residents in the process: the experience of the group Rocinha Without Borders.** Rio de Janeiro, 2015. 119p. MSc. Dissertation - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This early 21st century definitely marked the entrance of the city of Rio de Janeiro in the global rotation of cities that receive large and important political, cultural and sport events. History shows us that the latter, the sports, has significant political, economic and social impacts for the host cities. Defended by some people and criticized by other, major sports events have proved to be powerful enablers of so called major urban projects. Due to their impacts in the city and in society, and especially in slums and favelas of Rio, social movements have been organized around these mega events, questioning their pledged legacies and mainly the amount of money intended for their realization. The history of the city of Rio de Janeiro shows us that entire neighborhoods have been fighting for better living conditions, others fight for the basics right to stay in their homes and neighborhoods, and against the removal policy, this feature so present in cities that receive major sports events. This paper looks at a community organization experience that questions the mega events, while claiming basic interventions on infrastructure in the Rocinha neighborhood. Called “Rocinha Without Borders,” the group have been meeting once a month for six years in a space provided by a church in Rocinha. They are a nonpartisan group that has managed to cause important discussions and reflections with the resident population of Rocinha, developing meeting of conversations with politicians and public authorities in a horizontal dialogue between residents and guests.

Keywords

Popular participation; slum; Rocinha; mega events.

Sumário

| | | |
|-------|---|-----|
| 1 | Introdução | 15 |
| 2 | As Favelas do Rio De Janeiro | 22 |
| 2.1 | A origem da favela | 22 |
| 2.2 | O poder público e as favelas | 25 |
| 2.2.1 | A política urbana de exclusão dos trabalhadores pobres | 33 |
| 2.3 | O surgimento de favelas na zona sul carioca | 36 |
| 2.3.1 | O surgimento da Rocinha | 40 |
| 2.3.2 | A favela da Rocinha | 41 |
| 3 | O Rio de Janeiro, Grandes Eventos e a Política Urbana | 49 |
| 3.1 | O Rio de Janeiro e os grandes eventos | 49 |
| 3.1.1 | Por que sediar um megaevento esportivo? | 54 |
| 3.1.2 | Os megaeventos e seus “legados” | 61 |
| 3.2 | O arcabouço legislativo das políticas urbanas pós CF 88 | 68 |
| 3.2.1 | O PAC e o PMCMV | 72 |
| 3.2.2 | O PAC na Rocinha | 76 |
| 3.3 | Os resultados da articulação dessas políticas e os megaeventos | 84 |
| 4 | Participação Popular na Rocinha Desde o PAC 1 | 87 |
| 4.1 | A rocinha e suas demandas | 90 |
| 4.1.1 | “Telefante”, o elefante branco da Rocinha | 93 |
| 4.2 | Um exemplo de mobilização política e comunitária. A experiência do grupo Rocinha Sem Fronteiras | 97 |
| 5 | Considerações Finais | 105 |
| 6 | Referências Bibliográficas | 111 |
| | Apêndice | 118 |

Lista de Figuras

| | |
|--|----|
| Figura 2-1 - Rocinha 1975 | 43 |
| Figura 2-2 - Rocinha 1985 | 43 |
| Figura 2-3 - Rocinha 1997 | 44 |
| Figura 2-4 – Rocinha 2012 | 45 |
| Figura 2-5 - Rocinha e seus sub-bairros | 46 |
| Figura 2-6 - Circuito da Gávea | 47 |
| Figura 3-1 - Centro de Convivência, Cultura e Comunicação - C4 (obra concluída) | 77 |
| Figura 3-2 Complexo Esportivo da Rocinha (obra concluída) | 78 |
| Figura 3-3 Conjunto Habitacional da Rocinha (obra concluída) | 78 |
| Figura 3-4 Simulação da projeção do Hospital da Rocinha (projeto modificado) | 79 |
| Figura 3-5 Simulação dos projetos dos Planos Inclinados da Rocinha (obras não realizadas) | 79 |
| Figura 3-6 Passarela da Rocinha (obra concluída) | 80 |
| Figura 3-7 Abertura da Rua 4 (obra concluída) | 81 |
| Figura 3-8 Unidade Rocinha (obra concluída) | 82 |
| Figura 4-1. Projeto de estação na estrada Lagoa-Barra | 94 |
| Figura 4-2. Projeto de traçado do teleférico da Rocinha e planos inclinados | 95 |
| Figura 4-3. Panfleto distribuído na Rocinha | 96 |

Lista de Tabelas

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Dez maiores favelas da cidade - Município do Rio de Janeiro - 2010 | 42 |
| Tabela 2 - Problemas e Conflitos em cidades anfitriãs | 58 |

Lista de Acrogramas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

ONG – Organização Não Governamental

EUA – Estados Unidos da América

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

RSF – Rocinha Sem Fronteiras

CHISAM – Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

BNH – Banco Nacional da Habitação

PIB – Produto Interno Bruto

CEDAE – Companhia Estadual de Água e Esgoto

CFUL – Cada Família Um Lote

RA – Região Administrativa

UPMMR – União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha

SABREN – Sistema de Assentamentos de Baixa Renda

IPP – Instituto Pereira Passos

IPTU – Imposto Predial e Território Urbano

CBF – Confederação Brasileira de Futebol

FIFA – *Fédération Internationale de Football Association* (Federação Internacional de Futebol)

AFA – Associação de Futebol Argentino

BBC – British Broadcasting Corporation

ONU – Organização das Nações Unidas

COI – Comitê Olímpico Internacional

PPP – Parceria Público Privado

BRT – *Bus Rapid Transit* (Transporte Rápido por ônibus)

LBCE – Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem

ANCOP – Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e Olimpíada

CF – Constituição Federal

EC – Estatuto da Cidade

PMC – Programa Morar Carioca

AMABB – Associação de Moradores e Amigos do Bairro Barcelos

IDS – Índice de Desenvolvimento Social

PT – Partido dos Trabalhadores

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PDT – Partido Democrático Trabalhista

COMLURB – Companhia Municipal de Limpeza Urbana

Estudar uma favela carioca hoje é, sobretudo, combater certo senso comum que já possui longa história e um pensamento acadêmico que apenas reproduz parte das imagens, idéias e práticas correntes que lhe dizem respeito. É, até certo ponto, mapear as etapas de elaboração de uma mitologia urbana. É também tentar mostrar, por exemplo, que a favela não é o mundo da desordem, que a idéia de carência (“comunidades carentes”), de falta, é insuficiente para entendê-la. É, sobretudo, mostrar que a favela não é periferia, nem está à margem (...) A favela elege políticos (ou os faz cair em desgraça), proporciona material para um produto midiático valioso sob a forma de medo ou estranheza, gera financiamentos nacionais e internacionais, tanto para ações diretas de caráter assistencial e/ou religioso quanto para pesquisas; a favela é o campo de batalha pela conquista da opinião pública. É o espaço de práticas de enriquecimento (lícito e ilícito), é o palco de ações que se traduzem em promoções na carreira, em prestígio ou desgraça junto aos pares (do quartel ou da academia, por exemplo). E sempre foi, sobretudo, o espaço onde se produziu o que de mais original se criou culturalmente nesta cidade: o samba, a escola de samba, o bloco de carnaval, a capoeira, o pagode de fundo de quintal, o pagode de clube. Mas também onde se faz outro tipo de música (como o funk), onde se escrevem livros, onde se compõem versos belíssimos ainda não musicados, onde se montam peças de teatro, onde se praticam todas as modalidades esportivas, descobrindo-se novos significados para a capoeira, misto de dança, esporte e luta ritualizada (Zaluar e Alvito, 1998, p.22).

1

Introdução

O presente trabalho pretende se debruçar sobre as recentes intervenções urbanas na Rocinha e a participação dos moradores nesse processo através da experiência do grupo Rocinha Sem Fronteiras e tentar entender de que forma se organizam/estruturam os movimentos sociais urbanos em torno do direito à cidade dos favelados no contexto dos grandes eventos.

Gohn (2013) afirma que vários estudos sobre movimentos sociais se debruçaram sobre o tema, mas que ainda há o que chamou de lacunas a serem estudadas. Segundo ela essas lacunas são:

- 1 – o próprio conceito de movimento social;
- 2 – o que os qualifica como novos;
- 3 – o que os distingue de outras ações coletivas ou de algumas organizações sociais como as ONGs;
- 4 – o que ocorre de fato quando uma ação coletiva expressa num movimento social se institucionaliza;
- 5 – qual o papel dos novos movimentos sociais neste novo século;
- 6 – como podemos diferenciar um movimento social criado a partir da sociedade civil, por lideranças e de mandatários, de ações civis organizadas ao redor de projetos de mobilização social que também se autodenominam movimentos;
- 7 – quais são as teorias que realmente têm sido construídas para explicá-los. (Gohn, 2013, p.26-27)

Não se pretende aqui responder a todas as lacunas apontadas por Gohn, mas sim contribuir com sua reflexão e, talvez, tentar levantar elementos que ajudem a responder algumas delas. O objetivo central deste trabalho é estudar um grupo específico existente na Rocinha e suas ações na favela dentro de um contexto político e social específico: a preparação da cidade do Rio de Janeiro para receber os grandes eventos esportivos, como, por exemplo, a Copa do Mundo de Futebol Masculino de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

Esse contexto político e social é completamente atípico. Depois de sessenta e quatro anos, o Brasil seria, novamente, palco de um dos maiores eventos esportivos, a Copa do Mundo de Futebol. Para isso, segundo o então

Presidente da República, Luís I. L. da Silva, em entrevista coletiva em 2007, após o anúncio de que o Brasil seria a sede da copa, falou que os esforços para plena execução dos eventos já estavam sendo feitos bem antes da escolha do país.

Apenas dois anos depois da confirmação de que o Brasil sediaria a copa de 2014, é anunciada a vitória da cidade do Rio de Janeiro na disputa para sediar as olimpíadas de 2016¹. Diferentemente da copa do mundo, que foi realizada em 12 cidades brasileiras², os jogos olímpicos serão realizados apenas na cidade do Rio de Janeiro, o que rendeu à cidade o rótulo de “Cidade Olímpica”.

A realização de eventos como esse tem a capacidade de atrair turistas de várias partes do país e do mundo. Turistas esses que circularão e consumirão produtos e serviços na cidade. Sendo a Rocinha uma das favelas que há muitos anos tem sido o destino de inúmeros turistas, intervenções foram iniciadas, e embora necessárias, não contou com a participação da população local e se mostraram ínfimas perto do que a favela realmente precisa.

O turismo em favelas do Rio de Janeiro não é algo novo. Na Rocinha, por exemplo, a presença de turistas data do início da década de 1990. Esse turismo acontece através de agências³ ou através de guias informais, moradores da Rocinha. Para Medeiros (2007, pág.61)

a procura por estrangeiros às favelas cariocas é motivada pela possibilidade de vivenciar as emoções do “outro” – entidade potencialmente tão diversa quanto os aborígenes da Austrália, as vítimas do Holocausto e os favelados cariocas – é o que asseguraram os promotores. Para efeito de análise, divido os reality tours em dois tipos ideais: “tours sociais” e “tours sombrios”.

Entretanto, a questão do turismo em favelas é algo que nos leva a pensar seu significado e fazer algumas reflexões. Qual a vantagem para quem mora na favela e para a própria favela? O que os turistas procuram ou esperam encontrar nas favelas? Para Medeiros (2007, p.66) sobre os benefícios, no caso aqui, para a Rocinha é que

os passeios não oferecem à Rocinha a chance de usufruir em pé de igualdade os benefícios econômicos gerados com o turismo. Os turistas gastam muito pouco durante a visita (Carter, 2005) e, como não há nenhum tipo de distribuição dos

¹ As outras candidatas eram Chicago (EUA), Tóquio (Japão) e Madrid (Espanha).

² São elas: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

³ Essas agências estão cadastradas na Riotur. São elas: Be a Local, Don't Be a Gringo; Exotic Tours; Favela Tour; Jeep Tour; Indiana Jungle Tour; Private Tours; Rio Adventures.

lucros, os capitais suscitados pelo turismo são reinvestidos apenas minoritariamente na favela e sempre pela via da caridade.

Ou seja, a exploração das favelas pelo turismo é algo complexo e polêmico. No trabalho que nos propomos aqui, não será discutida essa questão, mas é importante ressaltar que a realização de grandes eventos esportivos no Brasil e no Rio de Janeiro é propulsora dessa prática nas favelas. Contudo, não em quaisquer favelas. As favelas visadas pelo turismo são as localizadas na zona sul da cidade, como a Rocinha, localizada entre dois dos bairros mais valorizados, Gávea e São Conrado. Outras favelas da Zona Sul também recebem turistas e com sua localização visada pelo mercado imobiliário, vêm sofrendo também a atuação do poder público.

Nesse cenário de preparação da cidade para os megaeventos, o Comitê Popular da Copa e Olimpíada mostrou através de dossiês que esses eventos estão violando diversos direitos da população. Diante disso, vêm surgindo movimentos sociais que questionam essas intervenções, que têm como consequência, por exemplo, a remoção de várias favelas. Esses movimentos são compostos por moradores, militantes e acadêmicos, que vêm se articulando para lutar contra as violações de direitos. Uma instituição que merece destaque nessa organização é, exatamente, o Comitê Popular da Copa e Olimpíada, originado a partir do Comitê Social do Pan⁴. O Comitê Popular tem o objetivo de “resistir à construção de uma cidade de exceção e pressionar para estabelecer um processo amplo e democrático de discussão sobre qual deve ser o real legado dos megaeventos” (Freire, 2013, p.105). O Comitê é, atualmente, um dos principais, se não o principal, fornecedor de informações sobre as consequências dessa preparação da cidade. Participam do Comitê representantes de diversos outros movimentos sociais de luta e garantia de direitos.

Através dos dossiês e demais estudos, o que temos notado é que a realização de grandes eventos esportivos no Rio de Janeiro tem se mostrado como facilitadora de ações de reconfiguração do espaço urbano por parte do poder público, com destaque para a expulsão de populações inteiras. Só na cidade do

⁴ “Movimento criado em 2005 por representantes de organizações não governamentais, associações de moradores, unidades acadêmicas e grupo ligados ao esporte (...) tinha como propósito ‘intervir criticamente na implementação dos Jogos Pan-Americanos, abrindo-o ao debate com segmentos da sociedade civil organizada e com a população diretamente afetada’” (Freire, 2013, p.103-104)

Rio de Janeiro já foram removidas mais de três mil famílias e há, pelo menos, mais oito mil ameaçadas⁵. O que só reforça a necessidade de a população se organizar e questionar as consequências desses eventos e as políticas urbanas implementadas que se articulam com essa preparação.

Não se pretende aqui fazer uma análise de todas as consequências em todas as favelas, mas sim, olhar para uma delas, a Rocinha, e para o que tem feito sua população local através da organização e mobilização social. O ponto de partida são as recentes intervenções realizadas na favela da Rocinha a partir da segunda metade da década passada, quando tiveram início as intervenções das obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Esse previu uma série de intervenções urbanas no local, mas a população foi privada do direito de participar da escolha dos projetos. E sendo ela quem vive e sofre com as carências do local, nada mais prudente que tivessem a oportunidade de contribuir e opinar sobre o que acham necessário para a Rocinha.

No primeiro capítulo será feito um breve olhar para as favelas desde o seu surgimento na cidade do Rio de Janeiro, em especial as do centro e zona sul. E a partir daí analisar a relação entre o poder público e as favelas numa época em que o Rio de Janeiro era a capital do país, o que só reforçou a atenção do poder público em relação às mesmas.

Buscar-se-á entender como o poder público tratou essa questão. A partir de uma breve pesquisa bibliográfica que trata do assunto vemos que, na verdade, as favelas foram consideradas o problema da cidade e que findá-las foi a intenção presente durante todo o século XX. Contudo, como se vê, elas estão presentes na cidade.

Ainda nesse capítulo será dada especial atenção ao surgimento das favelas na zona sul carioca com destaque para a Rocinha. Esta, segundo dados do censo IBGE 2010, possui 69 mil habitantes, sendo a favela mais populosa do Brasil. Dado este contestado pela população local, que afirma ser muito maior do que o informado pelo IBGE.

No segundo capítulo analisaremos a preparação da cidade para receber eventos esportivos, como a Copa do Mundo de Futebol Masculino de 2014 e as

⁵ Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro - Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro de maio de 2013, p.20.

Olimpíadas de 2016. A confirmação da realização destes dois eventos na cidade do Rio de Janeiro, objeto de estudo, fervor por parte da população e governantes, dividindo opiniões sobre o interesse em recebê-los.

Veremos que estes eventos consolidaram a entrada da cidade do Rio de Janeiro na disputa mundial de cidades que recebem megaeventos esportivos. Esse interesse em receber eventos esportivos será analisado tendo como base levantamentos de dados que mostram quais são os benefícios e as consequências desses eventos em cidades que já os receberam e para a cidade do Rio de Janeiro.

É dentro deste contexto, de preparação da cidade para sediar os megaeventos que o governo federal implementou duas de suas principais políticas urbanas: reforçou o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC para urbanização de favelas e o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV. Estas políticas atreladas às intervenções para atender aos megaeventos estão impactando a cidade de maneira considerável. Mas não toda a cidade, nem todas as pessoas. Aqueles que vêm sofrendo as consequências de todo esse processo de preparação da cidade têm endereço certo, a população de baixa renda de assentamentos precários e favelas.

A implementação destas duas políticas, o PAC e o PMCMV, mais precisamente o segundo, foi impulsionado, também, pela crise financeira mundial que teve início em 2008. Veremos que esta política foi primordial para a superação da crise no Brasil e para a retirada de populações inteiras de suas casas e bairros.

Ainda no segundo capítulo analisaremos a implementação destas duas políticas na favela da Rocinha. Iniciada na Rocinha na segunda metade da década passada, até hoje é possível encontrar obras inacabadas e outras que nem sequer foram iniciadas.

Prevista para receber a segunda fase do PAC, moradores questionam sobre as intervenções ainda não realizadas e outras previstas para acontecer e que não são objeto de demanda da localidade, como por exemplo, a proposta de construção de um teleférico sob a justificativa de que visa contribuir com o problema da mobilidade de moradores do alto da favela.

Tendo como base a experiência da construção do teleférico no Complexo do Alemão e na Providência, os moradores estão se mobilizando e discutindo em

torno de temas de seus interesses na Rocinha. Para isso, tem convidado representantes do poder público para debater com a população sobre suas demandas e cobrar respostas e ações.

É, exatamente, essa experiência que o terceiro capítulo mostrará. Há nove anos um grupo de moradores decidiu se reunir com o intuito de convidar a população da Rocinha para participar do processo de intervenção na favela. Esse grupo chamado Rocinha Sem Fronteiras (RSF) objetiva através de discussões mensais em torno dos mais variados temas, fornecer a população à oportunidade de estar frente a frente com aqueles que têm, por obrigação, atender as demandas da população. São convidados parlamentares, representantes de secretaria de políticas públicas, como por exemplo, a de segurança, transportes, saúde etc. Nessas reuniões, embora com temas variados, são discutidos assuntos que se relacionam entre si, sobre as mais variadas políticas públicas, com destaque para as políticas urbanas.

A população da Rocinha viu na proposta de intervenção do PAC a possibilidade de ter atendidas demandas históricas de infraestrutura, saneamento, transporte, entre outras. Contudo, o que se viu foi a completa falta de participação da população na escolha, implementação e execução dos projetos. E a atuação do grupo RSF vem se mostrando como uma nova experiência na Rocinha de mobilização comunitária com potencial para colher frutos para a coletividade. Estudar esse grupo e entendê-lo é o objetivo central desta pesquisa.

Para cumprir com esse objetivo, foi realizada participação como observador das atividades do grupo e feita entrevista com quatro integrantes que participam do grupo desde seu surgimento.

Nossa primeira hipótese é a que a experiência do grupo RSF tem se mostrado como espaço não só de mobilização social, mas como espaço que proporciona a conscientização da população; outra hipótese é de que durante esses nove anos de existência o grupo RSF desempenhou um papel político pedagógico na Rocinha até então não realizado por nenhum outros grupos ou instituições; e por último, acreditamos que o grupo RSF está mostrando uma nova forma de fazer política.

Cabe esclarecer, aqui, que a Rocinha é, formalmente, um bairro. Foi reconhecida como tal pela Lei nº 1995/93, contudo, no presente trabalho nos

referiremos à ela como favela. A opção pela nomenclatura “favela” se dá pelo nosso entendimento que “favela” representa mais do que atributos físicos. Para Silva (2013, p.43) na conceituação de “favela” há uma instância afirmativa, o que traz em si uma dimensão de resistência, de luta. Segundo ele

“entendo que favela é uma determinação subjetiva, isto é, um desejo dos pobres de permanecer na cidade, de construir estratégias cotidianas para uma vida melhor mesmo em situações de precariedade, violência e risco. As conquistas da favela, tanto no plano material quanto simbólico, pressupõem esse momento anterior, primeiro e constituinte, que é o sentido (pleno) da permanência na cidade. Corresponderia ao direito e às políticas públicas, portanto, tornar efetiva e juridicamente sustentável essa determinação. Chamo isso de ReFavela, resistência e lutas da favela.” (Silva, 2013, p.43)

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi a observação participante. Durante a realização da pesquisa participamos das reuniões do Grupo Rocinha Sem Fronteiras. A partir dessa observação foram identificados moradores que assiduamente participam do grupo, uns desde o início, outros que iniciaram suas participações em diversos momentos. Para a pesquisa esses moradores e participantes foram de fundamental importância, pois aceitaram participar da pesquisa concedendo seus valiosos tempos para serem entrevistados. As entrevistas foram realizadas utilizando um questionário com questões semiestruturadas (apêndice 1).

Além disso, foi feita pesquisa bibliográfica especializada sobre o assunto que culminou com uma maior apropriação teórica sobre o assunto.

E por último a experiência de vida, enquanto morador da Rocinha, foi determinante. Conhecer a localidade, ter livre acesso aos sub-bairros e sujeitos foi imprescindível para o sucesso da pesquisa. Tivemos a oportunidade, em 2010, de realizar estágio acadêmico na equipe do trabalho técnico social de uma das empresas que atuaram nas obras do PAC-Rocinha, na primeira fase. Ou seja, pudemos acompanhar a transformação da Rocinha desde 2010.

Conciliar o olhar de morador com o olhar de pesquisador foi um desafio, mas que muito contribuiu para uma melhor compreensão de inúmeras questões.

2

As Favelas do Rio De Janeiro

2.1

A origem da favela

Para discutir o tema “Favela”, consideramos importante situar o seu surgimento. Há diferentes histórias a respeito da sua origem. Uma das mais comuns é a atribuição do seu surgimento à ocupação feita por soldados que lutaram na Guerra dos Canudos (1896-1897). Após a guerra, eles foram para o Rio de Janeiro em busca da recompensa prometida. Assim, enquanto aguardavam a recompensa, instalaram-se nas encostas dos morros estruturando desta forma um novo modo de habitação.

O estudo sobre favelas na atualidade traz consigo a necessidade de se compreender, ou pelo menos tentar compreender, a origem das favelas.

O registro de habitação nos morros é anterior a este período. Relatos mostram que em meados do século XIX já havia construções, embora precárias, que servia de habitação em morros. Prova disso foi o Decreto nº 353, de 10 de junho de 1845 que previu o “desmonte do morro de Santo Antônio” (Gonçalves, 2013, p.46). E em 1880 já havia famílias vivendo em casebres de madeira nos subúrbios da cidade (Campos, 2005). Em 1893, famílias que moravam em um conhecido cortiço, o Cabeça de Porco, após a sua demolição, dirigiram-se à um morro próximo e construíram barracos que pudessem habitar. Não demoraria muito esse morro seria conhecido como Morro da *Favella*⁶, que atualmente tem o nome de Morro da Providência.

Dentro de uma perspectiva histórica, falar na origem das favelas é falar, obrigatoriamente, do Rio de Janeiro e do morro da Providência. Conhecida como uma das primeiras favelas do Rio de Janeiro está presente em boa parte da literatura que trata sobre o tema.

Antes dos morros se constituírem como local de moradia de populações pobres, o cortiço cumpriu essa função. O significado de cortiço descrito pelo dicionário *online* Michaelis é: “casa de habitação coletiva das classes pobres; série

⁶ *Favella* escrita dessa forma é como a palavra era utilizada no período de surgimento da favela.

de pequenas casas, em âmbito exíguo, destinadas à habitação de gente pobre”⁷. Outros dicionários dão definição similar à essa. Contudo, para Araújo e Pereira (2009, p.6) “um cortiço é muito mais do que isso, é um modo de morar, de viver de uma parcela da população”.

O cortiço Cabeça-de-Porco foi o maior cortiço da época contando com a presença de mais de quatro mil pessoas habitando-o. Piccine (2007, p.26) descreve a realidade vivida por essas pessoas.

Todas as definições a que fizemos referência apontam como habitação precária coletiva de aluguel, as moradias das classes mais pobres, de baixo preço de aluguel, com específicos problemas de superlotação de moradores e co-habitação forçada, localizadas principalmente em áreas próximas ao centro, de alta concentração espacial, sem verticalização, com instalações sanitárias em comum.

Os cortiços, que precederam as favelas no que se refere à moradia popular, entre 1850 e 1870, abrigavam cerca de 50% da população do Rio de Janeiro (Campos, 2004 apud Silva, 2010).

O fim dos cortiços foi evocado no final do século XIX. A eles foram atribuídos diversos problemas sociais vivenciados na época como, por exemplo, a criminalidade e epidemias. Segundo Gonçalves (2013, p.39)

Os cortiços eram, portanto, considerados como o principal foco de infecções sanitárias e os grandes propagadores das ‘epidemias sociais’: ‘Como é sabido, é nas estalagens e cortiços que vivem aglomerados as centenas de vagabundos, capoeiras, etc., que impestam moralmente esta cidade.’ A política de erradicação dos cortiços – que se iniciou durante o Império e se intensificou após a Proclamação da República (1889) – legitimava-se meio de um discurso higienista que sempre equiparava as camadas populares a grupos socialmente perigosos.

Dessa forma, sob o discurso sanitarista, de preocupação com questões de saúde, e os cortiços foram alvos dos poderes públicos e políticas que erradicaram instalações onde moravam os mais pobres. Ainda segundo Gonçalves (2013, p.41), referindo-se a Lílían F. Vaz, “os cortiços que sobreviveram às diferentes interdições legais durante o século XIX não resistiram nem às sucessivas reformas urbanas da primeira metade do século XX nem ao processo de valorização imobiliária”.

⁷ Definição do dicionário *online* Michaelis. Disponível em: http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/cortico%20_935562.html. Acesso em 2 de maio de 2015, às 17:40.

Essa política, de erradicação dos cortiços foi um dos fatores que contribuiu para a ocupação dos morros do centro da cidade. A população, buscando uma solução para não perder seus empregos ou ter o acesso a eles prejudicado pela distância do centro comercial, foi ocupar os morros próximos para, assim, continuar perto das oportunidades de emprego. Esse foi um ponto determinante para o surgimento de favelas na cidade (Silva, 2010). Tem-se aí um aumento expressivo de pessoas se deslocando para o morro da *Favela*. Os cortiços foram considerados a “semente da favela” (Valladares, 2000).

A origem das favelas tem diversos fatores motivadores. Como falado, à volta dos soldados que lutaram na guerra de Canudos foi uma delas. E foi exatamente isso que deu a importância histórica para o morro da Providência, sua associação com a guerra de Canudos. O responsável por propagar essa história foi Euclides da Cunha. Em 1902, foi lançado a primeira edição do livro de Euclides, *Os sertões*. Foi com base nesse livro que a favela ficou conhecida. O livro contava com imagens que impactaram os leitores, e é claro, fazia referências a guerra de Canudos e aos soldados que lá atuaram. Para se ter uma ideia da relevância da obra, o livro teve trinta edições.

A chegada de imigrantes estrangeiros após o fim da escravidão no país foi outro fato que impulsionou a ocupação dos morros. Com o fim da mão-de-obra escrava a vinda de imigrantes foi incentivada pelo governo para substituir os recém-libertos escravos. A questão dos imigrantes será melhor discutida no item 2.3.1.

A partir disso, tem-se, então, a favela tal como a conhecemos. Para Valladares (2000, p.8):

Definitivamente, a favela vai passando para o primeiro plano quando se intervém, pensa, ou discute a cidade e/ou o país, quando se planeja seu presente ou seu futuro. Sobre ela recai agora o discurso médico-higienista que antes condenava as habitações anti-higiênicas; para ela se transfere a visão de que seus moradores são responsáveis pela sua própria sorte e também pelos males da cidade. Assim, é no interior do debate sobre a pobreza e a habitação popular — mobilizando, desde o século XIX, as elites cariocas e nacionais — que vamos encontrar as origens de um pensamento específico sobre a favela carioca.

Essa forma de habitar a cidade, como veremos, foi de suma importância para a constituição do futuro do Rio de Janeiro. Ora incentivada, ora erradicada e reprimida, habitar os morros da cidade foi motivo de ações políticas antagônicas.

Gonçalves (2013, p.46) aponta que “os morros, pelo menos em um primeiro momento, tornaram-se uma solução possível – embora temporária – para a falta de moradias. Tratava-se de uma substancial concessão de social favorecendo as camadas populares.”

Vimos que desde antes do surgimento da favela o poder público teve papel determinante na vida da população pobre no que se refere as suas formas de habitar a cidade. No próximo item veremos um pouco de como se deu essa relação entre o poder público e as favelas.

2.2

O poder público e as favelas

Embora o surgimento das favelas date do final do século XIX (Pandolfi & Grynszpan, 2002), foi somente no início do século XX que o poder público passou a olhar para ela como lugar onde o Estado deveria intervir. Na verdade, antes desse momento o Estado já se fazia presente, mas através, apenas, de suas polícias que não raro faziam incursões em favelas e bairros populares da cidade. A partir desse momento, já no século XX, a atuação passa a ser também, através de uma política urbana que respondesse ao aumento populacional da cidade⁸. A política higienista foi aplicada aos cortiços e favelas. No entanto, os morros continuavam a ser ocupados e “o morador, antes de tudo, foi considerado pelo poder político um invasor” (Filho, 2003, p.2). Tal política se mostrava inapropriada para atender a questão das favelas, como a falta de serviços básicos de água, luz e saneamento.

Essa relação, como veremos, teve distintos momentos. Inicialmente, até meados do século XIX, o poder público teve uma postura totalmente contrária a existência de favelas. Suas ações tinham como objetivo sua erradicação e consequente extinção.

⁸ De 1890 à 1906 a população do Rio de Janeiro cresceu a uma taxa de 2,8% ao ano. Nesse mesmo período as construções prediais destinadas a atividades econômicas cresceram a uma taxa de 3,4%. Já as construções que serviriam de moradia cresceram, apenas, a uma taxa de 1% ao ano. Por conta desse aumento populacional o número médio de pessoas por residência passou de 7,3 para 9,8 pessoas (Valladares, 2013).

O primeiro documento público a citar as favelas no cenário carioca foi o Plano Agache em 1930 (Silva, 2010). Seu nome é uma referência ao seu criador Donat Alfred Agache⁹ (1875 - 1959). O plano Agache foi

a primeira proposta de intervenção urbanística na cidade do Rio de Janeiro com preocupações genuinamente modernas. Concluído em 1930, introduziu no cenário nacional algumas questões típicas da cidade industrial, tais como o planejamento do transporte de massas e do abastecimento de águas, a habitação operária e o crescimento das favelas. Além disso, com discussões emergentes que iam desde a necessidade de um zoneamento para a cidade até a delimitação de áreas verdes, ultrapassou os limites do Academicismo das intervenções predecessoras de Pereira Passos e Paulo de Frontin.¹⁰

Segundo Oliveira (2002, p.162), “o Plano Agache serviu de orientação para todos os projetos urbanísticos até a década de 60 do século XX, quando este foi substituído por um novo plano para a cidade, o Doxíadis”.

Embora esse tenha sido o primeiro documento a levar em consideração as favelas, a primeira ação pública no espaço urbano da cidade aconteceu antes, na gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906). Este fez uso da Carta Cadastral¹¹, reorganizando a sua comissão, da qual fez parte, aproveitando as propostas de 1874.

Ainda nessa fase inicial, a relação do poder público com as favelas e a prática de demolição dos cortiços, fez com que o contingente populacional das favelas aumentasse consideravelmente, gerando assim, sua expansão. A consequência disso foi a materialização de uma política de erradicação através da criação do Código de Obras de 1937. Ele continha orientações que deveriam ser

⁹ Arquiteto francês diplomado pela École des Beaux-Arts de Paris em 1905. É fundador da Sociedade Francesa de Urbanistas, tendo sido secretário-geral até o período entre guerras. Em 1927 é convidado para uma série de conferências sobre urbanismo no Rio de Janeiro, que culminam com sua contratação no ano seguinte para elaboração de um plano urbanístico para a cidade.

A partir de 1939, em seu exílio permanente no Rio de Janeiro, atua como consultor em matéria de urbanismo e elabora projetos para Porto Alegre, Goiânia, Curitiba, Campos, Cabo Frio, Araruama, Atafona, S. João da Barra, Petrópolis, Vitória, São Paulo e Araxá.

Fonte: <http://planourbano.rio.rj.gov.br/>. Acesso em 27 de abril de 2015, às 18:20.

¹⁰ Fonte: <http://planourbano.rio.rj.gov.br/>. Acesso em 27 de abril de 2015, às 18:20.

¹¹ A Carta Cadastral foi um documento feito em 1874 por uma comissão (Comissão de Melhoramento da Cidade) escolhida pelo então pelo Imperador no II Reinado. (...) Seu principal objetivo era fazer uma "cirurgia" em toda a cidade, a fim de higienizá-la, acabando com a epidemia de febre amarela e ao mesmo tempo, traçar um novo alinhamento das praças, ruas e casas, em diversos bairros da cidade, para facilitar a circulação de mercadorias e de pessoas e embelezamento da cidade. Devido à ausência de financiamento para o investimento, este projeto fracassou. (Ferraz, 2005)

tomadas para evitar a criação ou expansão das favelas. O parágrafo segundo do artigo 349 assim estabelecia:

A Prefeitura providenciará por intermédio das Delegacias Fiscais, da diretoria de Engenharia e por todos os meios ao seu alcance para impedir a formação de novas favelas ou para a ampliação e execução de qualquer obra nas existentes, mandando proceder sumariamente a demolição dos novos casebres, daqueles em que for realizada qualquer obra e de construção que seja feita nas favelas (...) (Valladares, 2000, p.19 apud Pandolfi & Grynszpan, 2002).

Parte considerável do Código de Obras era para tratar da preocupação com a criação de habitações populares nos morros. Evidenciamos isso ainda, no nono capítulo, ainda em seu artigo 349:

“A formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regulamente disposto ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacôrdo com as disposições dêste decreto, não será absolutamente permitida.”

“- 1º Nas favelas existentes é absolutamente proibido levantar ou construir novos casebres, executar qualquer obra nos que existem ou fazer qualquer construção.”

“- 7º Quando a Prefeitura verificar que existe exploração de favelas pela cobrança de aluguel de casebres ou pelo arrendamento ou aluguel do solo, as multas serão aplicadas em dôbro (...)”

“- 8º A construção ou armação de casebres destinados a habitação, nos terrenos, pátios ou quintais dos prédios, fica sujeito à disposições dêste artigo.”

“- 9º A Prefeitura providenciará como estabelecer o Título IV do capítulo XIV dêste decreto para a extinção das favelas e a formação, para substituí-las, de núcleos de habitações de tipo mínimo.”

(BRASIL. Decreto nº 6000 de 1 de Julho de 1937. Código de Obras. Disponível em: <http://www.osurbanitas.org/osurbanitas5/rafaelsgoncalves.html>. Acesso em 22/11/2012).

A criação do Código de Obras de 1937 representou um novo modo de atuação do Estado junto às favelas. Onde antes se via uma atuação pontual, passou agora a ter maior expressão. Foi a partir da implementação do Código, na gestão do prefeito Henrique Dodsworth, que foram criadas os primeiros Parques Proletários. (Pandolfi & Grynszpan, 2002).

Já no início da intervenção das autoridades públicas nas favelas, as mesmas foram associadas a ilegalidade e por esse motivo era justificado a falta de atenção e investimento nas mesmas (Gonçalves, 2006). Em meados do século XX, na década de 1940, em uma das primeiras tentativas de se analisar as favelas, estas

foram classificadas da seguinte forma: favelas em terrenos planos, favelas de morros, favelas estabelecidas (localizadas em terrenos mais distantes e, sendo assim, mais difíceis de serem removidas), favelas recentes (favelas recém formadas nas zonas central e sul da cidade), podendo ser localizadas em terrenos municipais ou particulares (Silva, 1942).

Já na década de 1950 as favelas tiveram uma aparente vitória, pois na gestão do então presidente Juscelino Kubitschek foi aprovada a Lei 2875 de 1956, que garantia o direito dos favelados de não serem expulsos das favelas por dois anos. Isso representou uma “aparente” vitória para os que lá residiam, mas, no entanto, corroborou para a legitimação da política de remoção. Conforme aponta Gonçalves:

Legitimou a política de remoção dos anos 1960 e 1970, pois criou um direito ainda mais precário de ocupação que não era, logicamente, *ad infinitum*. Segundo esta lei, assim que o Estado construísse moradias populares, os favelados eram obrigados a deixar suas casas. De fato, mantendo uma frágil paz social, esta lei consolidou a natureza juridicamente precária das favelas, e não estabeleceu um quadro juridicamente coerente para enfrentar à complexidade do problema (GONÇALVES, 2006, p.4).

Essa lei, assim que sancionada, influenciou ainda mais as ações assistencialistas e cada vez mais políticos investiram em pequenos feitos em troca de votos.

Conforme já fora sinalizado, os anos 1960 são marcados por uma política voltada para a erradicação e remoção de favelas. O Rio de Janeiro já não era mais nessa década a capital do país, mas sim o novo Estado da Guanabara, o que permitiu, a promulgação de sua primeira Constituição, que em seu artigo 66, parágrafo segundo se referia às favelas da seguinte forma:

As favelas serão assistidas e higienizadas, provisoriamente, com a criação de escolas primárias, centros médicos, centros recreativos e de orientação profissional e doméstica. Será estimulada a criação de vilas operárias, com total isenção de impostos, para remoção das favelas irrecuperáveis (Gonçalves, 2006, p.5).

Nessa década o Estado foi governado pelo jornalista Carlos Lacerda, eleito Governador da Guanabara (1960-1965), e sucedido por Negrão de Lima (1966-1971). O primeiro, visando requalificar o espaço do Estado da Guanabara, acabou com vinte e sete favelas, removendo 41.958 pessoas, que foram para os subúrbios

da cidade. Já o segundo, com um discurso a favor dos favelados, criou a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO), que objetivava urbanizar as favelas. Entretanto, na prática, Negrão de Lima acabou dando continuidade à política de erradicação das favelas de seu antecessor, tendo, assim, um mandato marcado pela ambiguidade política (Valadares, 1978 apud Gonçalves 2006). Já no período do governo militar foi criada a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM). Este órgão tinha o objetivo de desfavelizar a cidade, em especial, a zona sul, no período de 1968 até 1975¹². Ao todo a CHISAM acabou com cem favelas e removeu milhares de pessoas para os subúrbios da cidade. O objetivo, na época, foi estimular a especulação imobiliária e a construção civil. Prova disso foi a construção do condomínio Selva de Pedra no local onde estava a favela da Praia do Pinto, inteiramente removida após um incêndio. Ainda neste período, como já mencionado, foi criado, junto ao Sistema Financeiro de Habitação – SFH, o Banco Nacional da Habitação – BNH, sendo considerado um marco na política habitacional nacional, que possuía recursos suficientes para cumprir com seu objetivo, qual seja dar atenção ao déficit habitacional, em especial para a classe de baixa renda. Inicialmente, em 1964, com um bilhão de cruzeiros e posteriormente, em 1974, com ativos de trinta bilhões, apesar disso, ele não atingiu seu objetivo de acabar, ou diminuir, com o déficit habitacional, o BNH

desde a sua constituição teve uma lógica que fez com que todas as suas operações tivessem a orientação de transmitir as suas funções para a iniciativa privada. O banco arrecadava os recursos financeiros e em seguida os transferia para os agentes privados intermediários. Algumas medidas inclusive demonstravam que havia ao mesmo tempo uma preocupação com o planejamento das ações de urbanização aliada aos interesses do capital imobiliário. Exemplo disto foi à medida que obrigou as prefeituras a elaborar planos urbanísticos para os seus municípios, o que era positivo, mas a condição de serem qualificadas para a obtenção de empréstimos junto ao Serviço Federal de Habitação e Urbanismo era de que estes deveriam ser elaborados por empresas privadas. Até mesmo as cobranças das prestações devidas estavam a cargo de uma variedade de agentes privados, companhias habitacionais, iniciadores, sociedades de crédito imobiliário, entre outros, que além de reterem uma parte dos juros, conservavam os recursos financeiros provenientes das prestações recebidas durante um ano antes de o devolverem ao BNH (Botega 2008, p.6).

¹² Esse período é conhecido como o Milagre Econômico. As ações de estímulo do governo militar à economia levaram o Produto Interno Bruto – PIB do Brasil a um crescimento de 12% ao ano.

Vemos com isso que o BNH, apesar de ter sido criado para atender os que mais precisavam, os mais pobres, teve na verdade uma atuação que atendeu os objetivos das empresas privadas e das classes altas da sociedade. Nesse período cada vez mais ficam claras as tentativas de acabar com as favelas, eliminando-as da cidade. Mas a atenção dada às favelas dos subúrbios não se igualava à que foi dada às da zona sul, pois na tentativa de se valorizar a área nobre da cidade, desfavelizando-a, estimulou-se a formação de mais favelas nos subúrbios. Isso acontecia porque como nos subúrbios as chances dos moradores serem removidos eram menores, estes se sentiam mais tranquilos para investir em suas casas, sem o receio da remoção. Já as favelas da zona sul, como recebiam uma fiscalização bem mais rigorosa, os moradores não investiam tanto, o que resultou na crescente desigualdade socioespacial que se formou na cidade, pois as políticas desenvolvidas nos anos de 1960 e 1970, voltadas para as favelas, oscilavam entre a solução da questão habitacional, a erradicação e a remoção da população favelada (voltada mais para a erradicação e remoção do que para a solução), sem, contudo, conseguir realizar completamente nenhuma das três.

Na década de 1980, com importante relevância, é publicado o decreto 330, de 1982 que autoriza a construção de praças em favelas e garante o acesso à energia elétrica fornecida pela empresa Light e também os decretos estaduais 7.296 e 7.297, de 1984 que regularizaram, através de convênio com a CEDAE, as ligações de água e esgoto. Essas ações representaram uma mudança no tipo de atuação voltada para as favelas e não garantiram a permanência do morador nem o acesso ao solo, mas significou um primeiro reconhecimento da favela como parte da cidade (Gonçalves, 2006). Na mesma década, com a eleição de Leonel Brizola ao governo do Estado do Rio de Janeiro, a política urbana recebe um novo direcionamento. Com suas atenções voltadas para a população favelada, expande-se o acesso aos serviços básicos, como água, esgoto e energia. Para proporcionar a integração jurídica da favela com a cidade dita formal, o governador implementou o primeiro projeto de regularização fundiária, o chamado programa Cada Família Um Lote – CFUL. O objetivo desse projeto foi regularizar quatrocentos mil imóveis. Contudo, este programa, embora tenha sido um dos primeiros passos para se regularizar imóveis da favela, possuía uma meta audaciosa que não

atingiu, regularizando, somente, dezesseis mil imóveis, tendo concluído seu trabalho somente nas favelas do Pavão Pavãozinho e do Rio das Pedras.

Com a Constituição Federal de 1988, a questão habitacional ganha outro enfoque, pois em atenção aos pleitos das classes sociais mais baixas foi garantido o artigo 182 voltado para essa questão, que busca assegurar direitos mínimos:

Artigo 182 A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes.

(...)

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social, quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressa no plano diretor.

(BRASIL, Constituição, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 22/11/2012)

Com isso, a habitação ganha um status de política social, o que acarretará em uma nova forma de operação voltada para as favelas. Assim, a década de noventa é marcada por uma mudança na lógica de intervenção do poder público. O prefeito César Maia (1993-1996) tem uma atuação voltada para as favelas, não mais pela lógica remocionista, mas sim, de reconstrução do espaço através de urbanização de áreas desprovidas de serviços. Seus principais projetos foram: o Programa Rio Cidade e o Programa Favela-Bairro. Este segundo foi o mais ambicioso projeto de urbanização de favelas realizado até hoje após a Constituição de 1988 (Gonçalves, 2006). O Programa Favela-Bairro foi regulamentado pelo decreto 14.332, de 1995 e seu principal objetivo foi prover as favelas de infraestrutura básica, como saneamento e maior acessibilidade, pois a intenção foi de implantar os equipamentos e estruturas que a caracterizassem como um bairro qualquer. Embora tenha sido uma importante política, o programa sofreu fortes críticas, também, por não ter, de fato, arcado com todos os seus objetivos.

A primeira década do século XXI foi marcada por dois importantes acontecimentos para a política urbana. O primeiro foi a promulgação, em 2001, da Lei 10.257 que trata do Estatuto da Cidade, cujo objetivo é promover a melhor utilização do solo urbano. E o segundo a criação, em 2003, do Ministério das

Cidades, que surge no cenário político nacional com a proposta de articular em um único ministério as políticas urbanas e as de desenvolvimento. Embora esta primeira década do século XXI tenha tido avanços para a política urbana, registra-se também retrocessos, pois houve retorno de práticas remocionistas das favelas cariocas, tal qual ocorria nas décadas de 60 e 70. Em 2002, quando a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida para sediar os Jogos Pan-Americanos de 2007, algumas favelas foram removidas dando lugar a prédios de luxos, sob a alegação da necessidade de abrigar instalações para o referido evento. Ainda impulsionado por grandes eventos esportivos, que a Cidade do Rio de Janeiro recebeu e receberá, e com a suposta preocupação com a possibilidade de desastres relacionados com as chuvas de verão, há um retorno com força das remoções. A cidade está passando por uma reestruturação em sua infraestrutura urbana e uma das consequências do processo são as constantes ameaças de remoções que estão acontecendo, como por exemplo, a Vila Autódromo, localizada em Jacarepaguá, zona oeste do Rio de Janeiro. Os seus moradores estão enfrentando uma dura batalha por sua permanência no local, que é pretendido por empresários da construção civil e pela prefeitura do Rio de Janeiro, que alega haver a necessidade de intervir na área para dar continuidade às obras de estruturação da cidade para os eventos que se aproximam. Atualmente, essa favela encontra-se praticamente removida, havendo, apenas, a resistência de alguns poucos moradores. Esse ponto será melhor abordado no próximo capítulo.

As políticas habitacionais destinadas às favelas tiveram, sempre, uma inconstância, no início, as favelas foram ignoradas e com o seu crescimento a solução encontrada foi dar um fim em todas. Entretanto, este mesmo poder público que intencionou findá-las, também a motivou, pois à ausência de políticas públicas promoveu sua expansão e proliferação, uma vez que, longos anos de ausência de investimentos propiciaram a ação individual, ou seja, foi permitido que a população agisse por conta própria, criando suas soluções diante dos problemas surgidos, sem intervenção de políticas públicas capazes de solucionar a questão. A Rocinha é uma dessas favelas, que se constituiu e firmou na zona sul carioca. Falaremos da Rocinha, sua história e questões no item 2.3.2.

A relação do poder público é marcada de contradições. Para Silva (2010, p.73), “as favelas, apesar de incômodas, serviram como instrumento político,

como campo de atuação de políticos, que ofereciam barganhas para os favelados em troca de votos, que nessa época representavam quase 10% da população carioca”.

2.2.1

A política urbana de exclusão dos trabalhadores pobres

A política urbana da cidade do Rio de Janeiro jamais foi suficiente para atender a demanda da população em suas mais variadas necessidades. Entretanto, algumas políticas se destacam de maneira negativa com relação a maioria da população composta de trabalhadores¹³ pobres. Dentre as ações desempenhadas pelo poder público para com essa população, destaque pode ser dado para as práticas remocionistas que estiveram presentes por todo o século XX. Independente do período a política, que tinha como base a retirada da população pobre de determinados locais esteve presente constantemente como veremos a seguir.

As práticas remocionistas começaram antes mesmo de as favelas serem “consideradas um problema”. Segundo Neto (2012, p.11)

Com a Proclamação da República, o Rio de Janeiro passou por inúmeras transformações para se tornar a capital do Brasil e criar uma imagem positiva para cidade e para o país. E no início do século XX recebe forte influência europeia, em especial da capital francesa¹⁴, porque, Pereira Passos, prefeito da época, havia se formado em engenharia na École Nationale des Ponts et Chaussées em Paris e adotou os padrões parisienses de beleza, sob a justificativa de que o Rio de Janeiro precisava melhorar as condições de circulação de pessoas, mercadorias e serviços. Assim foram derrubados 590 prédios antigos e construídos 120 novos, tendo como consequência a retirada de inúmeras pessoas da zona central o que propiciou a expansão das favelas nos subúrbios da cidade.

Embora a política de remodelação, e consequente retirada da população pobre por Pereira Passos, tenha sido um marco na paisagem urbana da capital, a

¹³ O conceito de trabalhadores será aqui aplicado à toda a população que dispões somente da sua força de trabalho para sobreviver, independente de estarem trabalhando ou desempregados.

¹⁴ A França exerceu uma influência no Brasil bem antes dessa época. Diversas tentativas de ocupar o Brasil foram realizadas (em 1529, 1550, 1612 e 1811) e em todas elas os portugueses foram vitoriosos. Após a luta pelo território brasileiro vencida pelos portugueses, a influência francesa no Brasil se deu no campo das artes, idéias e costumes. Com o objetivo de civilizar o povo que aqui vivia, Dom João IV com o objetivo de promover a arte a cultura e os bons costumes, contratou, em 1816 a Missão Artística Francesa e era composta por Joaquim Lebreton, o pintor Jean-Baptiste Debret, Auguste Taunay, escultor, e Grandjean de Montigny, arquiteto.

intenção de retirar os pobres do centro para que ocupassem o subúrbio da cidade é anterior, ainda segundo Neto (2012, p.11)

Fazer com que os pobres ocupassem os subúrbios da cidade foi uma prática anterior à esse período. Em 1886 o relatório do Conselho de Saúde Pública sugeria que a população pobre deixasse a zona central da cidade e ocupasse a região periférica. Constava no relatório a afirmação de que “os moradores deveriam ser removidos para os arredores da cidade”.

Já a prática de remoção de favelas é iniciada logo nas primeiras décadas do século XX. Essa preocupação com a existência da favela especificamente na zona sul, inicialmente, foi gerada a partir do receio com a população abastada da sociedade, “para que ela não fosse incomodada”.

Com relação à essa política, alguns momentos específicos se destacam: o primeiro durante o governo de Herique Dodsworth¹⁵ (1937-1945), o segundo no governo de Carlos Lacerda¹⁶ (1960-1963), que removeu 41.958 pessoas, o terceiro no de Negrão de Lima (1966-1970) onde 70.595 pessoas foram removidas e por último, no governo Chagas Freitas¹⁷ (1970-1974), que removeu 26.665 pessoas (Gonçalves, 2013). Nesses períodos a zona sul foi o centro das políticas remocionistas devido seu crescimento e valorização.

Em 1941, com Henrique Dodsworth, foi iniciado um projeto de remoção de favelas da zona sul. Os moradores dessas favelas foram levados para os recém-criados Parques Proletários, na Gávea, Leblon e Caju. Essa ação durou até 1943. Para Valadares (1978, p.14)

¹⁵ De 1937 à 1945 Herique Dodsworth foi prefeito do Distrito Federal. Sua administração foi a mais longa de toda a história do Rio de Janeiro. Foi o responsável pela abertura da Avenida Presidente Vargas.

Fonte: O Rio de Janeiro na República do Brasil, Getúlio Vargas e o Estado Novo - 1930-1945. Governantes do Distrito Federal entre 1930 e 1945. Disponível em <http://www.marcellio.com/rio/hiregpdf.html>. Acesso em 1 de maio de 2015 às 18h.

¹⁶ Deputado Federal nas Legislaturas 1955-1959 e 1959-1963. Carioca, nascido em 30 de abril de 1914. Foi jornalista, escritor e empresário, fundador do jornal Tribuna da Imprensa e da editora Nova Fronteira. Um dos fundadores da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Foi eleito vereador do Rio de Janeiro em 1947 do Distrito Federal, deputado Federal em 1955 e em 1960 foi eleito Governador da Guanabara. Morreu no Rio de Janeiro em 22 de maio de 1977.

Fonte: Câmara dos Deputados. Biografia de Carlos Lacerda. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/discursos-em-destaque/serie-brasileira/decada-1950-59/biografia-carlos-lacerda>. Acesso em 1 de maio de 2015, às 18:40.

¹⁷ Carioca, formado em direito e atuou como jornalista. Foi deputado federal por três mandatos consecutivos de 1954 à 1966 e governador da Guanabara de entre 1970-1975.

Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ. Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/govgb/cfreitas.html>. Acesso em 9 de julho de 2015 às 17:45.

a política de erradicação de favelas fazia parte de um processo geral de renovação urbana da metrópole, de reorganização do uso do solo, enfim, de desenvolvimento urbano, ou do próprio quadro geral de transformações por que passava a sociedade brasileira.

Já no segundo momento, com Carlos Lacerda no governo, foi dada continuidade a política de remoção de favelas (da zona sul). Lacerda foi o responsável pela remoção da favela do Pasmado, em Botafogo. Sua relevância para a história se dá devido ao fato de Lacerda, bem antes de ser governador, ter feito uma forte campanha contra a existência de favelas. Ainda na década de 1940, Lacerda escreveu artigos com o título “A batalha do Rio de Janeiro”.

No período do governo de Negrão de Lima, que se dizia contrário as práticas remocionistas, também foi dada continuidade à política iniciada por Lacerda. Essa contradição entre o discurso de suas ações após assumir o posto de governador não é algo de se surpreender. O país estava sob governo militar, onde havia atenção e certo controle por parte dos militares em relação a candidatos que se mostrassem opositoristas, logo, quais seriam realmente as chances de Negrão de Lima realizar a política que discursou durante a campanha?

Nesse período o governo federal desenvolve projetos que visavam a extinção total das favelas e foi criado a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana – CHISAM.

As práticas remocionistas tiveram seu embasamento legal nos pontos apontador por Gonçalves (2013, p.232)

A política de remoção se apoiava, localmente, sobre três textos (...): a) o artigo 349 do código de obras de 1937, que determinava que a Municipalidade deveria erradicar as favelas e construir, em substituição, habitações de tipo mínimo; b) o artigo 6º da Lei das Favelas (Lei nº 2.875, de 19 de setembro de 1956), que aceitava os reassentamentos, desde que houvessem sido construídas habitações populares para os favelados; e finalmente, c) o artigo 66 da Constituição do estado da Guanabara, que preconizava a criação de bairros operários isentos de impostos, com vistas a erradicar as favelas consideradas irrecuperáveis.

Foi só na década de 1970, durante o regime militar, que se viu um enfraquecimento das práticas de remoção de favelas na cidade, em especial na zona sul. Ainda segundo Gonçalves (2013), a política de remoção foi um “fracasso social, político e econômico”. Ao invés de acabar com as favelas, estimulou-as, pois a tentativa de realocar a população favelada em condomínios não deu certo. As famílias que passaram por esse processo não puderam arcar com

despesas oriundas na nova moradia, o que fez com fossem para outra favela. Para ele “as remoções não conseguiram deter o processo de favelização, enfraqueceram ainda mais a legitimidade política do regime militar junto às massas e se mostraram um desastre financeiro” (Gonçalves, 2013, p.250).

2.3

O surgimento de favelas na zona sul carioca

No Rio de Janeiro existem inúmeras favelas. A definição de favela que se está utilizando nesse caso é o compreendido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Este se refere às favelas como um aglomerado subnormal. Este termo é utilizado, também, para se referir as seguintes localidades: Favela, invasão, grota, baixada, comunidade, vila, ressaca, mocambo e palafita.

“O IBGE considera aglomerado subnormal todo ‘conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (casas, barracos, palafitas etc.) carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais (abastecimento de água, disponibilidade de energia elétrica, destino do lixo e esgotamento sanitário) ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa”

Censo 2010: Aglomerados subnormais em 9 temas. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/infograficos/censo-2010-aglomerados-subnormais/>. Acesso em 25 de abril de 2015, às 21:30.

O sítio eletrônico (Blog) *Pauta do Dia – Jornalismo Policial* tentou elaborar uma lista com algumas centenas de morros e favelas do Rio de Janeiro¹⁸. A lista é extensa, mas mesmo assim, numa rápida olhada é fácil identificar que está incompleta.

Cabe aqui uma breve reflexão a respeito do fato de um sítio eletrônico denominado “Jornalismo Policial” fazer tal levantamento de favelas do Rio de Janeiro. Já que as polícias são umas das primeiras a “intervir” nessas localidades em nome do Estado (repressor), o que parece demonstrar, até hoje, essa relação entre criminalidade e favelas. Isso fica evidente na preocupação do referido sítio em elencar essa lista.

¹⁸ A lista está disponível em <https://robertatrindade.wordpress.com/morros-e-favelas/#comments>. Acesso em 25 de abril de 2015, às 22:00.

O surgimento de favelas na zona sul carioca, evidentemente, se deu de maneira diferenciada das demais regiões da cidade do Rio de Janeiro. A zona sul, tem peculiaridades que a distinguem fortemente das demais regiões. A cidade do Rio de Janeiro possui 6.320.446 habitantes¹⁹ (a população estimada em 2014 foi de 6.453.682 habitantes²⁰). Somente na zona sul da cidade há 1.009.170 pessoas²¹. Desse total, 174.149²² estão em favelas, o que representa 17% do total. Para se ter uma ideia, em 1950 a população total do Rio de Janeiro era de 2.375.280 habitantes e a população total das favelas era de 169.305 (Silva, 2010). Atualmente, as favelas da Zona Sul concentram um contingente populacional maior do que todas as favelas da cidade há 65 anos atrás. Isso mostra o que representa essa região para o estudo das favelas da cidade. Levantamentos do Censo 2010 mostram que 16% da população carioca está situada na zona sul da cidade.

Em 20 anos (de 1991 à 2010), a população das favelas cresceu 57%, enquanto o crescimento populacional da cidade do Rio de Janeiro no mesmo período foi de 15,5%. Em 1991, a população da cidade era de 5.473.952 e residentes em favelas era de 881.882. Em 2010, a cidade contava com os já mencionados 6.320.446, enquanto as favelas já tinham 1.393.314 pessoas. Segundo Vaz (1991, p.140 apud Silva, 2010, p.62):

Alguns dos fatores que contribuiu para o surgimento e/ou expansão das favelas da zona sul carioca foram os “momentos de exclusão social da evolução urbana da cidade”.

Ocorreram três momentos principais de exclusão social na evolução urbana da cidade: a proibição e demolição dos cortiços, as reformas e modernização da área central e o código de obras de 1937, que adotou a verticalização como solução para o problema da moradia, ratificando seu caráter elitista e lançando a moradia da classe de baixa renda na ilegalidade.

Esses momentos contribuíram para as primeiras ocupações de morros próximos ao centro da cidade devido a necessidade de permanecer perto do centro econômico e conseqüentemente das oportunidades de emprego. Para Lessa (2005, p.291 apud Silva, 2010, p.62-63), houve “a busca de proximidade com o mercado

¹⁹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, 2014.

²⁰ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, 2014.

²¹ Fonte – Cidade: IBGE. Censo 2010; Favela: estimativas IPP sobre o IBGE. Censo 2010.

²² Idem.

de subsistência e a redução de tempo de deslocamento, em detrimento da densidade e insalubridade nos ex-quilombos, cortiços e favelas”.

A zona sul, diferentemente do subúrbio, que teve sua ocupação intimamente ligada a construção de linhas férreas na área no início do século XX, teve sua ocupação, pelas classes abastadas, determinada pela implantação dos bondes na região. Com isso, o local, que antes fora estritamente utilizado como residências de finais de semana de famílias de classes alta e comunidades pesqueiras que já habitavam o local, começou a ser ocupado por uma população de extratos econômicos superiores. No entanto, essa ocupação trouxe consigo a vinda, também, de populações pobres e contou com o consentimento do Estado. Segundo Silva (2010, p.66):

este movimento das classes mais altas da sociedade carioca para a chamada Zona Sul foi acompanhado de perto pelo Estado e pelos agentes imobiliários, que ao mesmo tempo em que produziam o espaço voltado para as classes altas, criavam assim condições para a chegada de trabalhadores pobres aos locais reservados às classes altas. A ocupação da Zona Sul, portanto foi pensada, planejada e financiada pelos agentes de reprodução do espaço urbano que desejavam a reprodução do capital e atender as necessidades de uma população de alta renda, e que permitiram também a presença e ocupação de trabalhadores pobres no local para atender a demanda de mão-de-obra.

Esse acompanhamento feito pelo Estado e por setores imobiliários da vinda de populações pobres para a zona sul foi crucial para a própria formação da região. Várias favelas que lá estão tiveram seu surgimento determinado pela própria intenção de expandir o uso e ocupação do local. Alguns exemplos de favelas que surgiram para atender demandas da zona sul foram: a favela Vila Canoas, que foi formada por trabalhadores recrutados para a construção do Clube de Golfe da Gávea; a favela Parque da Cidade, na Gávea, formada por trabalhadores da área de preservação ambiental que também tem o nome de Parque da Gávea; a favela Chácara do Céu, que recebeu trabalhadores que iriam atuar na construção de uma linha férrea, obra que não foi concluída.

Algumas outras favelas foram surgindo para atuar na construção civil de bairros da região. É o caso das favelas Pavão-Pavãozinho, Cantagalo, Morro Azul e Santa Marta (Silva, 2010). Todas essas favelas foram compostas, basicamente, de migrantes nordestinos. Dessa forma, “as favelas na Zona Sul tinham uma razão de existir dentro da lógica capitalista vigente na cidade: servir como reserva de

mão-de-obra barata para atender as demanda de indústrias e serviços na área”. (Silva, 2010, p.87). E foram esses trabalhadores que contribuíram para que, nas décadas de 1930 e 1940, a zona sul fosse a região que mais cresceu na cidade, o que fez com que cada vez mais pessoas, migrantes e pobres vissem nessa região a possibilidade de se instalarem e terem melhores condições de vida através de acesso ao emprego e à serviços básicos.

Vemos, então, o quão importante foi a participação de trabalhadores do nordeste do país para a ocupação e desenvolvimento da zona sul do Rio de Janeiro.

O migrante tem relevante destaque para se compreender as favelas, seu surgimento e expansão. O Rio de Janeiro, por ter sido a capital do Império e da República, foi muito visada por aqueles que buscavam um destino, um lugar que pudessem encontrar melhores condições de subsistência.

Com a promulgação da Lei Áurea e a libertação dos escravos, a substituição de mão-de-obra escrava por assalariada não foi algo simples. Desde o início do século XIX já havia a presença de estrangeiros na capital, em especial portugueses. Mas com o fim da escravidão, a vinda de estrangeiros foi incentivada pelo governo com o objetivo de substituir os escravos. Já em meados do século XX, essa migração estrangeira para o Rio de Janeiro foi superada pela migração de outras partes do Brasil, em especial proveniente do nordeste brasileiro. Para Silva (2010, p.69-70)

essas levas de imigrantes, principalmente nordestinos, vão dar origem a novos pontos de concentração de população pobre e, conseqüentemente a novas favelas, pois ‘a população de uma região povoada pela pobreza e consolidada no tecido urbano cresce com sua reprodução interna e assimila poucos novos migrantes. As ondas de recém-chegados irão multiplicar novos pontos de concentração e pobreza’.

Algumas favelas do Rio de Janeiro se constituíram basicamente de populações vindas dessa região do país. É o caso da favela da Rocinha. Até hoje empresas de transporte interestaduais do estado do Ceará vendem passagens de ônibus que tem como destino direto a Rocinha.

No ponto 2.3.2 (A favela da Rocinha), veremos a importância que essa migração nordestina tem para a formação da favela da Rocinha, composta massivamente por pessoas vindas dessa região do país.

2.3.1

O surgimento da Rocinha

A Rocinha, a maior favelas da cidade do Rio de Janeiro, como visto no item anterior, está localizada na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. A origem da Rocinha é datada de 1920 e seu nome é influencia de seu surgimento. Em meados do século XIX uma conhecida feira funcionava no antigo Largo das Três Vendas, hoje chamada de Praça Santos Dumont, localizado no baixo Gávea. Os produtos dessa feira eram cultivados no Alto Gávea, local que era referido pelas pessoas como Rocinha. Nos anos de 1950, a Rocinha tem seu crescimento acentuado devido a chegada de um contingente populacional oriundo do norte e nordeste do país que vieram para o Rio de Janeiro para trabalhar, em busca de maiores oportunidades de emprego (Veloso, Pastuk & Pereira, 2012). Segundo Filho (2006, p.1)

Desde o surgimento em fins da década de 1920, a Rocinha povoou-se, inicialmente com operários fabris ou por outros tipos de trabalhadores manuais, desqualificados, temporários, frequentemente mal remunerados, portadores de nenhuma ou de baixa escolaridade. Muitos chegavam do interior sem nenhuma profissão urbana definida, aqui aprenderam algum trabalho masculino subalternizado, com seus tios ou irmãos mais velhos migrados, antes deles, para a cidade grande.

Nos anos de 1960, teve origem um dos sub-bairros mais movimentados da Rocinha, o bairro Barcelos. Local esse que atualmente concentra uma grande quantidade de comércios. O local onde se constituiu o bairro Barcelos era propriedade da Companhia Cristo Redentor.

Até os anos de 1970 a Rocinha vivenciou, além do aumento de moradores, uma precariedade em infra estrutura de serviços básicos. Somente a partir dessa década ela passou a receber serviços públicos, como por exemplo a energia elétrica fornecida pela Empresa *Light*.

Silvio Filho (2003), analisando a vida na Rocinha no período de 1940-1980, conclui que a população da Rocinha passou por um processo de vulnerabilização e com isso foi estigmatizada. Segundo ele

Desde fins do século XIX, ser favela era ser visto como um morador de um barraco de tábuas, coberto com telha de papelão pichado, ou, pelo menos já por

volta da década de 1970, de casa ou puxado de alvenaria indefinidamente inacabada, exibindo impudentemente suas entranhas de tijolos, regurgitando, às vezes, uma touceira de canos d'água salientes. Era viver entre a precariedade dos objetos, no incompleto da beleza, fazendo frequentemente, das sucatas que sobram da vida no asfalto, pelo menos o arremedo de um lar. (...) (Filho, 2003, p.4)

Já com relação à fatores que contribuíram para a vulnerabilização da população favela da Rocinha ele cita que

viver na Rocinha era, para muitos ser um homem 'sem endereço', uma vez que achar uma morada, podia levar, às vezes, até duas horas, caso se conseguisse. (...)

Não 'ter endereço' era poder exercer atos simples da vida econômica, era portar sobre si uma identidade negativa que potencializava as dificuldades para a sua vulnerabilidade social. (Filho, 2003, p.4)

A Rocinha passou a ter uma Região Administrativa (XXVII – RA) no ano de 1985 e a ser bairro da cidade a partir do ano de 1993 através da Lei 1995/93.

2.3.2 A favela da Rocinha

Segundo dados do IBGE levantados a partir do Censo de 2010, a Rocinha possui 23.347 domicílios e 69.161 habitantes. Entretanto, esse dado é questionado pela população local. Segundo o presidente da associação de moradores União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha (UPMMR), Leonardo Rodrigues Lima, em entrevista ao sítio eletrônico G1²³ muitos moradores não receberam a visita dos recenseadores. Segundo ele, após reunião com trezentos moradores da Rocinha, menos de dez afirmaram ter recebido a visita de um recenseador. Para Leonardo, a Rocinha possui entre cento e oitenta mil e duzentos e vinte mil habitantes.

Ainda com relação aos dados oficiais da Rocinha, o Sistema de Assentamentos de Baixa Renda – SABREN aponta que a favela possui uma área ocupada de 836.200m² e vinte e seis sub-bairros.²⁴ Contudo, essa segunda

²³ Maior favela do país, Rocinha discorda de dados de população do IBGE. A matéria está disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/12/maior-favela-do-pais-rocinha-discorda-de-dados-de-populacao-do-ibge.html>. Acesso em 25 de abril de 2015, às 23:00.

²⁴ Sistema de Assentamentos de Baixa Renda – SABREN. Para maiores informações <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren/>. Acesso em 26 de abril de 2015, às 23:30.

informação também não condiz com a realidade. A equipe do Trabalho Técnico Social da obra do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC da Rocinha, em 2010, fez um levantamento e constatou existir, pelo menos, trinta e dois sub-bairros. São eles: Bairro Barcelos, Cachopa, Cachopinha, Cidade Nova, Curva do “S”, Dionéia, Faz Depressa, Largo do Boiadeiro, Macega, Pastor Almir, Paula Brito, Pocinho Capado, Portão Vermelho, Quadra da Rua 1, Quadra da Rua 2, Raiz, Roupa Suja, Rua 1, Rua 2, Rua 3, Rua 4, Sete, Setor 199, Terreirão, Trapolim, Valão, Vila Cruzado, Vila Laborieaux, Vila União, Vila União, Vila Verde e Vila Vermelha.

Mesmo com os números oficiais levantados pelo Censo de 2010, que são questionados pela associação de moradores, ainda assim, a Rocinha aparece como a maior favela do Rio de Janeiro em número de habitantes como mostra a tabela a seguir

Tabela 1 - Dez maiores favelas da cidade - Município do Rio de Janeiro - 2010

| Favelas | Regiões Administrativas | Áreas de Planejamento | População IPP 2010 |
|-----------------------------------|-------------------------|-----------------------|--------------------|
| Rocinha | Rocinha | 2 | 69.161 |
| Complexo da Maré | Complexo da Maré | 3 | 64.094 |
| Complexo de Rio das Pedras | Jacarepaguá | 4 | 63.484 |
| Complexo do Alemão | Complexo do Alemão | 3 | 60.583 |
| Complexo da Fazenda Coqueiro | Bangu | 5 | 45.415 |
| Complexo da Penha (Vila Cruzeiro) | Penha | 3 | 36.862 |
| Complexo do Jacarezinho | Jacarezinho | 3 | 34.603 |
| Complexo de Acari | Pavuna | 3 | 21.999 |
| Complexo de Vigário/ Lucas | Vigário Geral | 3 | 20.570 |
| Complexo do Bairro da Pedreira | Pavuna | 3 | 20.515 |

Embora os dados sejam questionados, segundo o levantamento do Censo, a Rocinha teve um aumento populacional de vinte e três por cento, o que representa um total de treze mil pessoas em dez anos. Para se ter uma dimensão do tamanho da Rocinha as fotos abaixo mostram-na, com sua delimitação e seus sub-bairros.

Figura 0-1 - Rocinha 1975



Figura 0-2 - Rocinha 1985



Figura 0-3 - Rocinha 1997

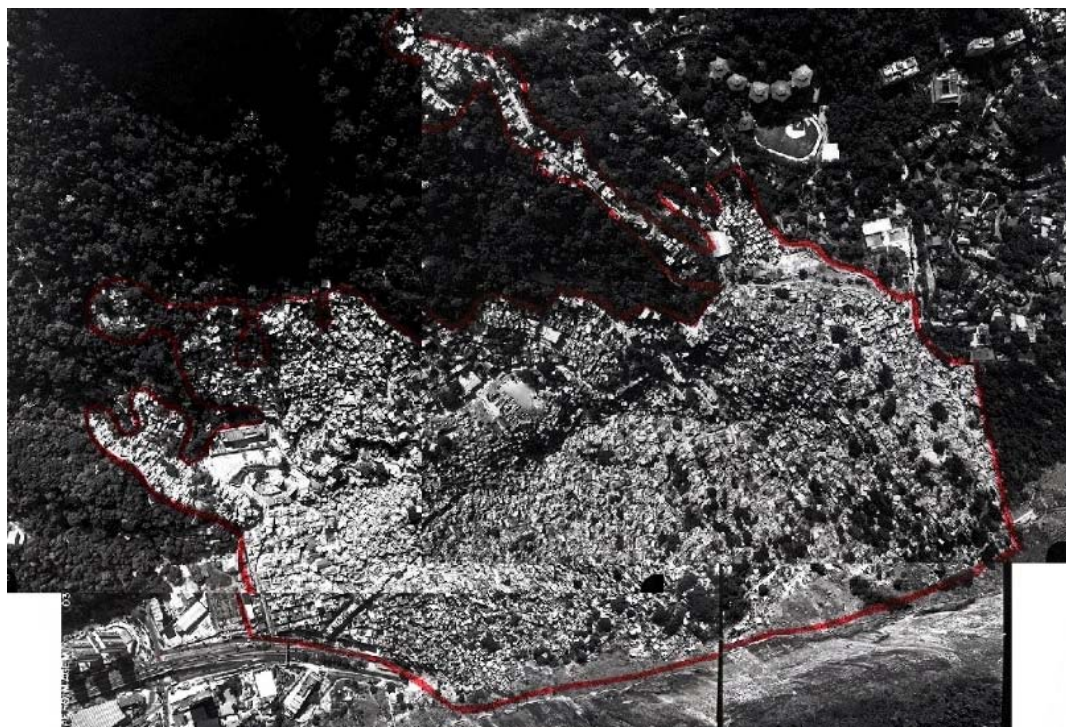


Figura 0-4 – Rocinha 2012



Apenas olhando as fotos não é possível ter a real dimensão das mudanças sofridas com o tempo em relação às formas de construção ou ao tamanho, mas nota-se, o aumento gradual da sua área e a redução de árvores presentes no seu interior.

A olho nu, também, é praticamente impossível diferenciar um sub-bairro do outro, já para quem mora na Rocinha isso se mostra mais simples do que parece, como veremos no último capítulo desse trabalho.

A foto abaixo auxilia nessa identificação dos sub-bairros.

Figura 0-5 - Rocinha e seus sub-bairros



A área da Rocinha foi de 1933 a 1954 circuito de corrida de “baratinhas”. “Baratinha” foi um modelo específico de carro que ganhou esse nome devido ao seu formato. O Circuito da Gávea, ou Trampolim do Diabo, como era conhecido, tinha seu trajeto composto pelas Avenidas Bartolomeu Mitre, Visconde de Albuquerque, Niemeyer e Estrada da Gávea. Está última é o principal acesso à Rocinha, indo de São Conrado à Gávea. O circuito foi descrito por Renato Barranco, Luis Ramos e Bob Sharp da seguinte forma

Com mais de 100 curvas e diferentes tipos de piso (asfalto, cimento, paralelepípedo e areia), o traçado era um verdadeiro desafio à perícia e ao arrojo dos pilotos.

O local de largada, em que os carros cruzavam os escorregadios trilhos de bonde, aumentavam o nível de periculosidade. Tudo isso junto rendeu o apelido de “Trampolim do Diabo” ao Circuito da Gávea, que completou 71 anos da primeira corrida de 1933 (atualmente já são 82 anos).

O automobilismo no Brasil ainda estava engatinhando. Em 1933, com esta inauguração do "Trampolim do Diabo" foi que realmente o Brasil passou a fazer parte do calendário do automobilismo internacional.

Fonte: Blog Historic Rally & Classic Race Cars. Disponível em: <http://luiscezar.blogspot.com.br/2006/11/circuito-da-gvea-alguns-blogeiros.html>

A foto abaixo mostra o circuito completo.

Figura 0-6 - Circuito da Gávea



Fonte: Blog Historic Rally & Classic Race Cars. Disponível em: <http://luiscezar.blogspot.com.br/2006/11/circuito-da-gvea-alguns-blogeiros.html>

Embora a Rocinha seja aqui referenciada como favela, ela é, na verdade, um bairro. Esse *status* de bairro lhe foi atribuída com o Decreto-Lei nº 1995, de 18 de junho de 1993, pelo prefeito César Maia.

O surgimento das favelas, embora tenham um contexto histórico em comum, é repleto de peculiaridades que distingue umas das outras. Com a Rocinha não é diferente. Localizada na região mais valorizada da cidade do Rio de Janeiro é cercada por dois dos bairros que possuem o IPTU – Imposto Predial e Território Urbano mais caro da cidade, Gávea e São Conrado.

Na verdade, a própria Rocinha é repleta de diferenças internas. Seus vários sub-bairros não são iguais. Ela possui pontos muito valorizados, geralmente localizados próximo ao asfalto, e espaços altamente degradados, como no caso do sub-bairro Macega, onde é possível encontrar casas de madeira e ausência de saneamento básico e urbanização.

Esse ponto será discutido no próximo subitem.

3

O Rio de Janeiro, Grandes Eventos e a Política Urbana

3.1

O Rio de Janeiro e os grandes eventos

O Rio de Janeiro, desde o início do século, vem se candidatando para sediar grandes e importantes eventos políticos, culturais e esportivos. Qualquer que seja o tipo do evento é, certamente, visto nos principais jornais da cidade e tem repercussão antes, durante e após sua realização. Destaque pode ser dado a alguns deles, os esportivos: a Copa do Mundo de Futebol Masculino de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. A atenção dada a esses eventos pela mídia e pela política local é considerável, levando-se em consideração o tempo de antecedência para a preparação do local para a sua realização.

Segundo Manzenreiter e Horne (2006 apud Costa 2013, p.160), os megaeventos são

eventos que ocorrem em larga escala, possuem um caráter dramático e espetacular, seduzem as massas populares e recebem o reconhecimento internacional; eles provocam consequências importantes para a cidade anfitriã ou para o país que serve de sede; beneficiam de uma elevada cobertura e atenção da mídia e representam uma interrupção na administração ordinária do tecido urbano.

Estes, mais do que uma agenda de competições esportivas, possuem uma função de extrema relevância para a sociedade, a política, cultura e economia local. Segundo Costa (2013, p.160)

O papel dos megaeventos esportivos tem sido associado ao desenvolvimento econômico, à regeneração urbana, à impactos sociais positivos (Hall, 1992), ao crescimento ou consolidação de *urban coalitions* (Jonas, 1992) úteis para o gerenciamento da cidade em todos os seus aspectos.

A partir desse entendimento sobre o que são e quais têm sido o seu papel, os governantes, com destaque, é claro, para os da cidade do Rio de Janeiro, têm dispendido, nesse início do século XXI, esforços políticos com o intuito de fazer da cidade o destino de eventos esportivos e visando as possibilidades proporcionadas por tais eventos passou a estar presente em diversas disputas

mundiais se candidatar à eles. Candidatou-se para sediar os Jogos Olímpicos de 2004 e 2012, mas não obteve sucesso.

A primeira conquista da cidade foi sua escolha para sediar os Jogos Pan-Americanos de 2007, anunciado em agosto de 2002. A partir daí foi iniciada, então, uma transformação da cidade para receber o evento.

Antes mesmo da realização dos Jogos Pan-Americanos em 2007, e durante a transformação da cidade para sediá-lo, o Brasil, através da Confederação Brasileira de Futebol – CBF, no dia 13 de dezembro de 2006, oficializou sua candidatura junto a Federação Internacional de Futebol (FIFA²⁵) para sediar a Copa do Mundo de Futebol Masculino de 2014. Candidata única²⁶, fato que não agradou o presidente da FIFA²⁷, Joseph Blatter, o Brasil foi anunciado, em outubro de 2007, como sede da Copa do Mundo de 2014.

Com o anúncio, a transformação que vinha sendo feita no Rio de Janeiro, estendeu-se para mais doze cidades do país²⁸ para receber os jogos da Copa. O Rio de Janeiro, uma das 12 cidades, que já vinha se transformando para o Pan 2007, apenas continuou desenvolvendo intervenções na cidade, agora visando não só o Pan 2007, mas também a Copa. Entretanto, as intervenções urbanísticas na cidade durariam até o início da Copa e, ainda assim, muitas não seriam concluídas a tempo²⁹.

²⁵ A sigla FIFA originalmente significa *Fédération Internationale de Football Association*.

²⁶ A Federação Colombiana de Futebol formalizou sua candidatura para sediar a Copa de 2014 no último dia do prazo determinado pela FIFA para apresentações de candidatas. Contudo, no dia 11 de abril de 2007 a Federação Colombiana voltou atrás e desistiu de sediar o evento alegando "não ter condições de arcar com os altos custos para adequar o país aos encargos que a Fifa exige". A Associação de Futebol Argentino – AFA seria outra candidata, mas também desistiu de concorrer. Fonte: Cronologia da candidatura do Brasil à Copa do Mundo de 2014. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2007/10/cronologia-da-candidatura-do-brasil-a-copa-do-mundo-de-2014-1662987.html>. Acesso em 31/05/2015, às 21:20

²⁷ A FIFA demonstrou claro incômodo com a candidatura única do Brasil. Em entrevista exclusiva à BBC ele falou sobre o assunto e sobre sua proposta de acabar com o esquema de rodízio por continente, onde só os países daquele continente disputam para sediar a Copa. Dessa forma, cidades de diferentes continentes poderiam competir para receber a Copa. Fonte: O material jornalístico produzido pelo Estadão é protegido por lei. Disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,fifa-critica-candidatura-unica-do-brasil-a-copa-de-2014,64166>. Acesso em 31/05/2015, às 21:30.

²⁸ As 12 cidades que receberam jogos da Copa foram: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Curitiba, Salvador, Recife, Natal, Fortaleza, Manaus e Cuiabá.

²⁹ Praticamente todas as 12 cidades que receberam jogos da copa apresentam obras inacabadas após a copa. Só 53% das obras de infraestrutura ficaram prontas antes da copa. Disponível em: <http://trivela.uol.com.br/o-que-copa-mundo-deixou-de-infraestrutura-para-cidades-sede/>. Acesso em 31/05/2015, às 22:00.

Desde a década de 1990, a partir da Eco 92, a cidade do Rio de Janeiro tenta receber um grande evento esportivo na cidade. Naquele momento foi formada uma grande comoção popular em torno da campanha da cidade para receber os jogos olímpicos de 1996. Contudo, o evento foi realizado em Atlanta – EUA.

Passada a década de 1990, na segunda metade dos anos 2000 o Rio de Janeiro recebeu o Pan 2007. Este marcou a entrada da cidade do Rio de Janeiro no circuito internacional de cidades que sediam megaeventos e passa a competir com outras cidades de outros países para sediar outros grandes eventos esportivos (Gonçalves, 2013). Prova disso, foram as seguintes escolhas da cidade do Rio de Janeiro para receber outros eventos:

- 2011 – Jogos Militares;
- 2012 – a conferência da Organização das Nações Unidas – ONU sobre o Meio Ambiente (Rio+20);
- 2013 – a Copa das Confederações;
- 2013 – as Jornadas Mundiais da Juventude;
- 2014 – Copa do Mundo de Futebol Masculino; e
- 2016 – Jogos Olímpicos.

Como foi possível ver, o Pan 2007 foi a abertura de portas para outros eventos esportivos. Na verdade, os megaeventos parecem ter essa capacidade, a de trazer outros eventos para a cidade. Nas palavras de Berre (2013, p.48)

o próprio megaevento desaparece em favor do seu próximo – cada megaevento sendo avaliado em função do seu carácter exemplar (a imitar ou a evitar), para um outro megaevento a chegar no próximo futuro. É assim, por exemplo, que o casamento real em 2011 entre o Príncipe William e Kate Middleton, considerado um sucesso, foi também um teste de gestão de fluxos e de segurança para as Olimpíadas que iam decorrer em Londres no ano seguinte, 2012. (...)

Seguindo essa lógica, o Rio estará, entre 2014 e 2016, em competição contra ele próprio. (...)

Assim, além de ser um não-evento, o megaevento é fundamentalmente pretexto para um outro jogo muito mais potente, jogado em outras instâncias, muito mais além dos valores de competição fraterna e da nobreza do esporte.

Até o final do século XX, o Brasil sediou poucos eventos como esses. A primeira Copa realizada em solo brasileiro aconteceu em 1950. O Maracanazo,

vitória da seleção uruguaia contra os donos da casa, é ainda hoje lembrada pelos torcedores uruguaios nos jogos entre as duas seleções.

Já se tratando de evento olímpico, o Brasil, também, já possui na sua história a experiência de sediar eventos parecidos, mas de menor porte: como os Jogos Pan-Americanos de 1963, em São Paulo, e mais recentemente o de 2007 no Rio de Janeiro. Mas deixando de lado os assuntos propriamente esportivos, o importante é tentar compreender o contexto em que se inserem esses eventos na realidade e atualidade brasileiras, em especial a carioca, e o que isso vem acarretando à dinâmica da cidade.

Sediar eventos esportivos no Brasil vem sendo alvo de discussões no mundo acadêmico e político. Há defensores da realização dos eventos esportivos e há aqueles que se posicionam contra a sua realização. Um estudo feito por Tavares (2005 apud Amaral, Silva, Santos e Vargas 2012) pode ajudar a compreender quem são os sujeitos que são a favor e contra a realização dos megaeventos esportivos no Brasil. Segundo ele, após analisar a realização de Jogos Olímpicos anteriores, há vencedores e perdedores. Os vencedores são:

1. O Comitê Olímpico Internacional (COI), principal responsável pelo evento e escolha das cidades sede;
2. Os governos;
3. Os políticos da administração municipal, que potencializam sua imagem e ampliam seu capital político;
4. O conjunto de empresas da área da indústria de construção, que lucram absurdamente com a realização de obras para atender aos eventos;
5. As classes médias e superiores;
6. Os trabalhadores com o aumento de emprego. Os megaeventos, através da demanda de obras, possibilita a geração de emprego e renda através da contratação de mão-de-obra desqualificada.
7. Os patrocinadores nacionais e internacionais, que investem nesses eventos; e
8. As redes de televisão que recebem a concessão de transmissão e também lucram com os eventos.

Esses seriam aqueles que teriam motivos para defender a realização dos Jogos Olímpicos na cidade. Uns possuem maior capacidade de disseminação da proposta de se receber um evento, como por exemplo, as redes de televisão.

Já os aspectos negativos apontados por Tavares (2005) são:

1. A ocorrência de desequilíbrio entre oferta e demanda da área de turismo;
2. Ainda o setor de turismo, quando associado às ameaças de terrorismo;
3. O aumento de preço e supervalorização durante os Jogos;
4. A construção de novas instalações esportivas como implicadores de efeitos ecológicos não desejáveis; e
5. A realocação de recursos e efeitos ecológicos contidas em um impacto mais amplo que a mudança.

A realidade brasileira permite acrescentar à lista de perdedores outros sujeitos, como as populações que foram obrigadas a sair de suas casas para dar lugar a obras que visavam esses eventos. Ainda nesse capítulo serão analisados os impactos dos megaeventos esportivos na cidade e na população.

A realização desses eventos em solo carioca foi determinante para se pensar a cidade a partir de então. Segundo Gonçalves (2013, p.2)

A conquista desses eventos modificou complementemente a forma de planejar e gerir a cidade, mobilizando importantes recursos públicos e atraindo vultosos investimentos privados. No entanto, a forma de concepção da cidade a partir da estruturação de grandes eventos opera como uma espécie de âncora das políticas de empresariamento urbano e reitera a visão de espaço como se este fosse inerte e vazio de significados.

Carlos Vainer (2014, p.77) corrobora com a afirmação e acrescenta

Os megaeventos contribuem e contribuirão para gerar cidades mais desiguais e segregadas, em que as parcerias público-privadas operam como meios de transferência líquida de recursos públicos (financeiros, fundiários, políticos) para o setor privado. Nossas cidades terão problemas ambientais ainda mais graves e serão ainda menos capazes de lidar com os desafios de uma mobilidade urbana asfixiada. As novas formas institucionais de exceção e o governo paralelo também tornam nossa cidade e seu governo mais autoritário e menos transparentes.

Vê-se, então, que a realização de grandes eventos esportivos no Brasil, mais precisamente na cidade do Rio de Janeiro, apresenta questões que suscitam discussões e polêmicas. É preciso compreender o que está por detrás desse

interesse em sediar eventos de grande porte e o que isso significa para o país e as cidades que o recebem.

3.1.1

Por que sediar um megaevento esportivo?

Sediar um grande evento esportivo tem sido o interesse de diversas cidades do mundo. A título de exemplo, os Jogos Olímpicos de 2016 teve quatro cidades interessadas em receber o evento: Rio de Janeiro (Brasil), Chicago (Estados unidos), Tóquio (Japão) e Madri (Espanha). Cidades tão diferentes de distintos países, mas com promessas semelhantes, caso fossem eleitas para receber o evento: intervir nas zonas urbanas das cidades³⁰. Segundo Ferreira (2014, p.9), “percebeu-se então que grandes eventos, sobretudo os esportivos, que movem paixões nacionais, tinham a grande ‘qualidade’ de serem popularmente aceitos. A ideia era associar esses eventos às obras de requalificação urbana desejada”.

Os megaeventos esportivos possuem algumas características específicas. Segundo Horno e Manzenreiter (2006 apud Curi 2013, p.77)

um megaevento esportivo possui sete características principais: 1) é um evento cultural, comercial e esportivo de escala grande; 2) tem um caráter dramático; 3) tem um apelo popular massificado; 4) tem significado internacional; 5) tem consequências significantes para a cidade ou país-sede; 6) provoca uma atenção imensa da mídia; e 7) representa uma descontinuidade no andamento ordinário de campeonatos esportivos.

O interesse em sediar grandes eventos, sejam eles esportivos, políticos ou culturais, possuem características e necessidades específicas. No caso que ocorreu no Brasil, a Copa em 2014, e que ainda ocorrerá, os Jogos Olímpicos de 2016, houve e há necessidades para a execução dos eventos e que também se resumem em intervenções urbanas na cidade.

³⁰ A cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, prometeu fazer o reflorestamento da Floresta da Tijuca, com plantio de 24 milhões de árvores e melhorar a qualidade do ar. A cidade de Chicago prometeu Adoção de sistemas de uso de água responsável e criar programa para limitar a emissão de carbono. Tóquio prometeu criar o Plano de infraestrutura da cidade, de 10 anos, prevendo anéis viários no entorno da zona urbana (Inter-City, Shinjuku, Shinagawa) e realizar o plantio de 1000 hectares de área verde. E Madri prometeu construir quatro hospitais e cinquenta e cinco centros de saúde até 2016. Essas ações até são, sim, úteis, importantes e necessárias, mas não são determinantes para a realização do evento.

Fonte: Olimpíada de 2016 – O que as cidades prometem. Disponível em: <http://esporte.uol.com.br/olimpiada/2016/>. Acesso em 01/06/2015, às 17:20.

O interesse em sediar grandes eventos acontece por diversos motivos. Um deles é devido a sua capacidade de gerar consenso político em torno de questões e decisões que não seriam tão simples fora do contexto da realização de tais eventos, como por exemplo a destinação de recursos públicos para determinados fins. Dessa forma, “o megaevento é um show ideal cuja transparência e atratividade devem ser inquestionáveis, sem que, mais uma vez, nada aconteça” (Berre, 2013, p.55).

Eles têm se mostrado importantes para projetar as cidades para o mundo. Através deles a cidade é alvo constante das mídias internacionais.

A história brasileira, mais precisamente a do Rio de Janeiro, mostra como essa exposição das cidades através de eventos foi utilizada no passado. Gonçalves (2013) analisando distintos períodos históricos, os inícios dos séculos XIX e XX, constata que eventos importantes foram realizados na cidade e que tiveram significativo papel na construção da visão a cidade que o Rio de Janeiro passaria ao mundo. Segundo o autor

As exposições internacionais exerceram, a partir da segunda metade do século XIX, um relevante poder simbólico, expondo ao mundo a modernidade dos países anfitriões.

(...) a cidade do Rio de Janeiro abrigou e promoveu, a partir de 1861, várias exposições nacionais, preparatórias às grandes exposições universais ou comemorativas das grandes datas nacionais, como a exposição artística industrial fluminense, que celebrava o quarto centenário do Descobrimento do Brasil (1900). (Gonçalves, 2013, p.4 - 5)

Olhando para a história da cidade do Rio de Janeiro percebe-se grande semelhança entre esta e o atual momento em que vive a cidade, onde os megaeventos esportivos vêm sendo o motivo de significantes intervenções de renovação em determinadas áreas.

Essa tática tem como marco os Jogos Olímpicos de Barcelona em 1992. A partir dele a realização desses eventos ganharam novos contornos. Segundo Capel (2010 apud Amaral, Silva, Santos e Vargas 2012)

La realización de los Juegos Olímpicos de Barcelona en 1992 representó un hito significativo ese sentido, tanto por su impacto para la ciudad organizadora como por su repercusión a escala mundial. Las ciudades que le sucedieron tuvieron muy en cuenta el caso de Barcelona 92 para organizar las Olimpiadas de Atlanta (1996), Sydney (2000), Atenas (2004), y Pekín (2008). De manera similar se hizo en los Juegos Olímpicos de Invierno de Salt Lake City (2002) y en los de Turín

(2006). La lucha que ha existido en relación con la atribución de los Juegos Olímpicos de 2012 (asignados a Londres), y de 2016 (a Rio de Janeiro), y el sentimiento de frustración de Madrid y otras ciudades que aspiraban a organizarlos, es una buena muestra de las consecuencias positivas que se atribuyen a la celebración de las Olimpiadas. De manera similar sucede con la pugna por los campeonatos del mundo de fútbol y otras competiciones deportivas. La elección de Valencia como ciudad final de la Copa América de navegación 2007, se consideró que situaría a la ciudad en el mundo del turismo, y atraería a un buen número de visitantes. Y la celebración del reciente Campeonato en Sudáfrica ha vuelto a mostrar la trascendencia de estos acontecimientos. [...] Son muchos los efectos positivos. Pero es posible que tengan también consecuencias menos favorables. Es importante reevaluar lo que se hace, gestionar bien lo conseguido, no dilapidar la herencia reunida; y plantear la cuestión de si las inversiones hubieran sido más rentables en otras direcciones (por ejemplo, en equipamientos para los ciudadanos). Que después de tantos años en los que nos han martilleado en Barcelona con la consigna de “global, global”, una exposición organizada a comienzos de 2010 por un prestigioso centro cultural, financiado por la administración pública (el CCCB), nos descubre que hemos de pensar “local, local” es bien significativo, y puede inquietarnos de si no hemos perdido el tiempo, o si quisimos ir demasiado deprisa.

O modelo de Barcelona foi seguido a partir de então e tanto os seus pontos considerados positivos quanto suas consequências se apresentaram de maneira similar nos países que seguiram seu modelo. Segundo Delgado (2007 apud Gonçalves 2013, p.15)

a organização dos Jogos Olímpicos nessa cidade (de Barcelona) se tornou um verdadeiro paradigma do que hoje se conhece como Marketing Urbano, ou seja, uma estratégia de promoção e venda da própria cidade transformada em mercadoria.

Mas, então, quais os pontos que sustentam os argumentos de quem defende a realização de um megaevento esportivo e quais são os argumentos dos que o criticam?

Costa (2013), analisando os prós e contras de se sediar um megaevento, identifica que estes podem ser divididos em aspectos econômicos (podendo ser positivo ou negativo, direto ou indireto) e sociais. Com isso, os aspectos econômicos, positivos e diretos, obviamente, são defendidos pelos sujeitos que têm o interesse em receber um evento, como os líderes políticos em geral, devido a capacidade de os eventos gerarem o consenso político necessário em torno de decisões e a concentração de recursos financeiros para determinados objetivos e o setor privado, com a especulação imobiliária e possíveis incentivos à economia. Segundo Costa (2013, p.162), os benefícios diretos

consistem em atrair fluxos de capitais e de turistas antes, durante e depois dos jogos, nas consequências positivas das transformações urbanas relacionadas com a construção/melhoramento de instalações esportivas ou das infraestruturas gerais, na criação de serviços de telecomunicações eficientes, no impulso das economias locais, na maior oferta de emprego (especialmente em alguns setores como os da construção civil), no longo prazo, na disponibilização de baixos custos de transportes, graças à modernização das malhas rodoviárias e ferroviárias, além do aumento dos recursos destinados aos transportes públicos. Outros benefícios indiretos poderiam ser maiores do que aqueles diretos, mas muito mais complexos de se contabilizar: eles podem incluir a receita de publicidade que apresenta a cidade anfitriã ou o país anfitrião como sendo um potencial destino turístico ou de negócios no futuro, a melhora na percepção da cidade ou do país sede por parte de um público internacional e um aumento do orgulho cívico da população local e nacional.

Outra característica, talvez uma das mais valorizadas por determinados setores, é a projeção da cidade ou país sede do evento para o mundo. Ou seja, nas palavras da autora, a cidade é “colocada no mapa” através da realização de importantes eventos.

Todos esses pontos apresentados, como informado no início, se referem aos (possíveis) pontos positivos. Há, porém, como veremos abaixo aspectos negativos de sediar um grande evento, que não se resumem somente a já citada práticas remocionistas.

Um primeiro fator negativo é a crucial questão do orçamento para a execução do evento. Para uma cidade ou país se candidatar para sediar um evento, ela precisa apresentar um projeto com a listagem das intervenções que pretende fazer. Essas intervenções serão feitas com base num orçamento previsto anteriormente. Nele é discriminado quanto e como serão aplicados os investimentos na cidade para que esta esteja de acordo com as exigências dos órgãos competentes (no caso a FIFA para copa e o COI para as olimpíadas) e de onde provirão tais recursos.

Esse primeiro ponto relacionado ao orçamento se dá precisamente devido ao descompasso que há entre o orçamento previsto e o que é aplicado de fato. As experiências anteriores exemplificam um pouco dessa oscilação financeira: nas olimpíadas de 1992, em Barcelona, na Espanha, após os jogos, o país herdou uma dívida em torno de \$4 bilhões de dólares; em Nagano, no Japão, em 1998, o prejuízo ficou em \$11 bilhões e em Atenas, na Grécia, no ano de 2004, a dívida

chegou a \$40 bilhões³¹. Uma explicação dá conta de que os projetos apresentados aos devidos órgãos não apresentam os reais valores porque isso causaria uma insatisfação, contrária ao evento, por parte da população. Dessa forma, após a confirmação de que uma dada cidade receberá o evento, surgem justificativas para a elevação dos custos, como por exemplo, a valorização de terrenos.

Outro relevante ponto a ser levado em consideração são os impactos sociais causados por um evento esportivo de grade porte. Estes são muito mais difíceis de serem contabilizados devido sua subjetividade e os estudos sobre os seus prós e contras se complexificam. A tabela 2 mostra um pequeno e claro resumo dos problemas sociais e conflitos cidades que receberam os jogos olímpicos desde 1988.

Tabela 2 - Problemas e Conflitos em cidades anfitriãs

| Cidade Anfitriã | Problemas sociais e conflitos |
|------------------------|---|
| Seul 1988 | Cerca de 720.000 pessoas despejadas (9% da população total), aumento dos preços imobiliários, falta de transparência nos processos de tomada de decisões, repressão contra os protestos dos residentes, mudanças na regulação urbana para a construção das infraestruturas olímpicas. |
| Barcelona 1992 | Aumento de 150% nos custos de hospedagem (a habitação tornou-se tão inacessível que pessoas com baixa renda foram obrigadas a deixar a cidade), falta de transparência nos processos de tomada de decisões, mudanças na regulação urbana para a construção de infraestruturas olímpicas, participação limitada dos grupos mais atingidos nas tomadas de decisões. |
| Atlanta 1996 | Cerca de 9.000 notificações de detenções foram de pessoas sem-teto, de minoria étnica, como parte de uma campanha olímpica inspirada no mote “limpe as ruas”. Cerca de 30 mil pessoas foram desalojadas pela gentrificação e pelo desenvolvimento relacionados aos Jogos Olímpicos. Falta de transparência nos processos de tomada de decisões. |
| Sydney 2000 | Desalojamentos e gentrificação. |
| Atenas 2004 | Centenas de comunidades “rom”, residentes em Atenas, foram desalojadas sob o pretexto de preparativos relacionados à Olimpíada, despejos pela gentrificação nas áreas envolvidas. Falta de transparência nos processos de tomada de decisões, participação limitada de grupos atingidos pela maior parte das decisões tomadas. |
| Pequim 2008 | Mais de 1.25 milhões de pessoas foram desalojadas para o redesenvolvimento urbano relacionado com a Olimpíada (9,60% do total da população), falta de transparência nas tomadas de decisões, violenta repressão contra os habitantes, falta de planejamento para abrigar 20% dos habitantes despejados. |
| Vancouver 2010 | Criminalização e a remoção dos sem-teto. |
| Londres | Distorção do mercado residencial imobiliário; assédio aos trabalhadores; |

³¹ Nesse caso, a dívida contraída pela Grécia com os jogos foi considerada um dos fatores que levaram o país a entrar numa crise sem precedentes.

Matéria OLIMPÍADA FOI PRENÚNCIO DE CRISE GREGA, DIZEM ANALISTAS. Disponível em:

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/11/111117_atenas_2004_crise_grega_tp.shtml.

Acesso em 21 de abril de 2014.

| | |
|------|--|
| 2012 | apuramento dos assentamentos, firmas e atividades esportivas; desvios dos fundos da loteria destinados à financiar ONGs, aumento da securatização e da militarização dos espaços públicos. |
|------|--|

Fonte: COHRE, 2007 e ROLNIK, 2009; OMENA, 2011: <http://www.gamesmonitor.org.uk> apud COSTA, 2013, p.167-168

Nota-se que os desalojamentos (ou remoções) foram uma recorrente consequência das intervenções realizadas nessas cidades. Uma dessas características é onde ocorrem essas remoções, locais habitados por uma população mais empobrecida, em geral as favelas. Algumas dessas remoções representam a clara substituição de uma classe social por outra. É o caso da ocupação Quilombo das Guerreiras³² e da Vila Autódromo³³, esta última, organizada, ainda resiste à remoção e cobra a promessa do prefeito que afirmou que os moradores não seriam removidos³⁴. Essa prática é chamada de processo de gentrificação e segundo Hamnett (1991, p.178 apud Brum, 2013, p.197) esse processo

de maior atenção (das autoridades e do mercado imobiliário) de áreas da cidade por causa dos ‘Grandes Eventos’ tem levado ao fenômeno da gentrificação, ou seja, a ocupação por classes de maior poder aquisitivo de uma área previamente ocupada por classes mais pobres, num processo de valorização econômica da área e transformações físicas e sociais.

Embora esse início de século tenha marcado a entrada da cidade do Rio de Janeiro, e consequentemente o Brasil, no mercado mundial de importantes cidades no contexto de grandes eventos, a prática de utilizar importantes eventos (não só esportivos) para mostrar a cidade ao mundo está fortemente presente na história do Rio de Janeiro. O estudo de Gonçalves (2013) mostra como essa prática se apresentou nos séculos XIX e XX. Na obra é abordada a forma que a espetacularização da cidade se apresentou nesses séculos citados.

³² Um prédio da Companhia das Docas, pertencente à União e desocupado desde 1986, localizada na Avenida Francisco Bicalho, foi ocupada em outubro de 2006 por 50 famílias. Segundo estudos realizados pelo Comitê Popular da Copa há a intenção de se construir no local um megaempreendimento internacional composto por 5 torres com 50 andares cada chamado *Trump Towers Rio*. (Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. *Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro*. Maio de 2013).

³³ Ainda segundo o Dossiê Megaeventos, depois da realização dos jogos olímpicos, 75% da área de 1,18 milhão de m² será destinada à empreendimento habitacional de alto padrão. (Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. *Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro*. Maio de 2013)

³⁴ Famílias cobram plano de urbanização da Vila Autódromo. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2014/05/16/familias-cobram-plano-de-urbanizacao-da-vila-autodromo/>. Acesso em 30 de junho de 2015

Esses espetáculos foram importantes para a relação que a cidade queria ter com o restante do mundo. Durante esses períodos a preocupação com a imagem da cidade fez com que seus governantes intervissem na paisagem urbana. Revitalizar e renovar foram as palavras-chave desse processo e “qualquer resistência, ação ou pensamento de críticas ao projeto de renovação urbana pode ser tomado como agressão, desamor à cidade, falta de patriotismo” (Gonçalves, 2013, p.3). Para Ferreira (2014, p.7) “a palavra ‘renovação’ urbana soa como música para enfrentar uma situação social que não agrada nem às elites nem aos governantes”.

O que vem acontecendo na cidade atualmente, as intervenções urbanas, não é algo inédito. Ainda a partir da obra, é possível ver semelhança entre os eventos esportivos que foram realizados e que ainda serão na cidade do Rio de Janeiro nesse início do século XXI e os eventos que aconteceram nos séculos passados. Segundo Gonçalves (2013, p.9)

A organização de grandes eventos nas primeiras décadas do século XX exerceu um forte papel pedagógico para construir uma nova sociedade e eliminar os fatores de diversidade. A construção de um pretenso consenso sobre o futuro da nação se manifestava também na forma de intervir no espaço urbano. A urgência temporal para preparar a cidade permitiu negociatas diversas, com uso indevido do dinheiro público e concessão de benefícios a certos grupos econômicos, sobretudo aqueles ligados com a construção civil e o mercado imobiliário.

Os grandes eventos de hoje possuem forte semelhanças com os do passado, mas ganharam novos elementos. Segundo Maricato (2014, p.22-23)

A estética do ambiente resultante disso é pautada pela arquitetura e pelo urbanismo do espetáculo, seguindo as ideias de alienação diante do fetiche desenvolvidas por Guy Debord. Soma-se ao quadro a exploração de símbolos e imagens por meio de show midiático de alcance planetário, transmitindo para um público de mais de 1 bilhão de pessoas em 204 países. Venda e exploração de imagens são parte importante do negócio.

A partir disso, os megaeventos, mais especificamente os esportivos, são muito mais do que atletas competindo por um prêmio, são uma nova forma de se repensar a cidade. Para Barre (2013, p.46)

Parte visível de um processo muito mais amplo, os megaeventos seriam então o pretexto para repensar, planejar e executar uma transformação profunda da cidade do Rio, afim de urgentemente fazer dela uma cidade “de fluxos”, “global”, “cosmopolita”, “inteligente”, “criativa”, “tecnológica”, “festiva”,

“sede” (host city), e talvez, sobretudo, afinal, “(ainda mais) atrativa” – isto é, principalmente, para os investidores e o turismo de massa.

Os atuais eventos, sob os argumentos de que gerarão um legado para a população, exercem um papel de suma importância para a aceitação dos grandes projetos urbanos que são desenvolvidos nas cidades. Entretanto, esses legados, além de não ficarem claros quais serão, pergunta-se para quem serão esses legados? Estes vêm sendo questionados por diversos sujeitos e de diferentes formas.

Nos próximo subitem vamos olhar melhor para os legados dos megaeventos e seus discursos.

3.1.2 Os megaeventos e seus “legados”

Como pode ser visto, a questão dos megaeventos esportivos são de grande complexidade. Estes tem a capacidade de influenciar nas mais variadas questões inerentes à cidade e a vida da população, seja para o bem ou para o mal.

Os megaeventos trazem consigo, antes mesmo da sua realização, aspectos relacionados ao que se convencionou chamar de legados. Estes seriam o que de concreto os megaeventos deixariam para a cidade, sejam em termos objetivos (construções, instalações, equipamentos etc.).

Os legados são comumente utilizados para se defender a realização de um grande evento esportivo num determinado país ou cidade. Segundo Magalhães (2013, p.108)

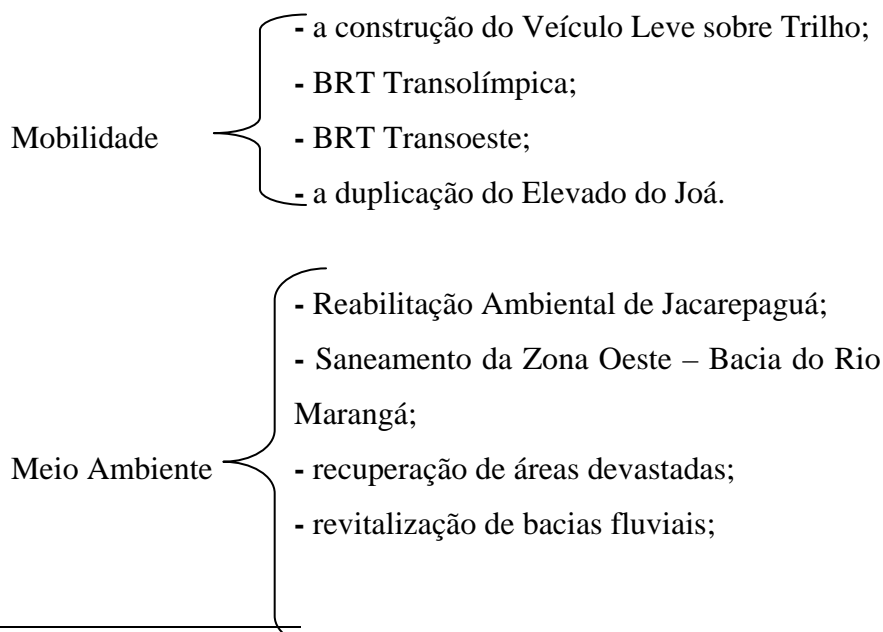
o “legado” ao qual se referem os atores que a mobilizam se desdobraria em duas dimensões: a primeira seria relacionada ao “legado físico” e a segunda, ao “legado da autoestima” ou da imagem da cidade. O “legado físico” se referiria propriamente às intervenções levadas a cabo pela administração pública no espaço urbano, como ressaltado acima. O “legado da autoestima” expressaria que, em função da realização das Olimpíadas e, como consequência do “legado físico”, um novo período teria se aberto para a cidade, rompendo com o estado anterior de abandono e situando-a num círculo virtuoso aberto atualmente: “Você têm um legado físico, tangível, renovação da Zona Portuária, e você tem o intangível, que é a mudança da imagem da cidade”.

Sobre os legados dos megaeventos, no dia 16 de abril de 2014 a prefeitura lançou o documento Plano de Políticas Públicas – Legado dos Jogos Olímpicos e

Paraolímpicos 2016. Esse documento apresenta todos os projetos vinculados à realização dos Jogos Olímpicos de 2016, informa de que instância governamental é a responsabilidade, os custos dos projetos e o grau de evolução dos mesmos (por exemplo, se está sendo elaborado, em construção ou concluído). Ao total são 27 projetos previstos para a cidade do Rio de Janeiro que se relacionam com os Jogos Olímpicos ou que foram incentivados pelo momento atual, em que a cidade está recebendo um volume significativo de investimentos³⁵ em função dos megaeventos.

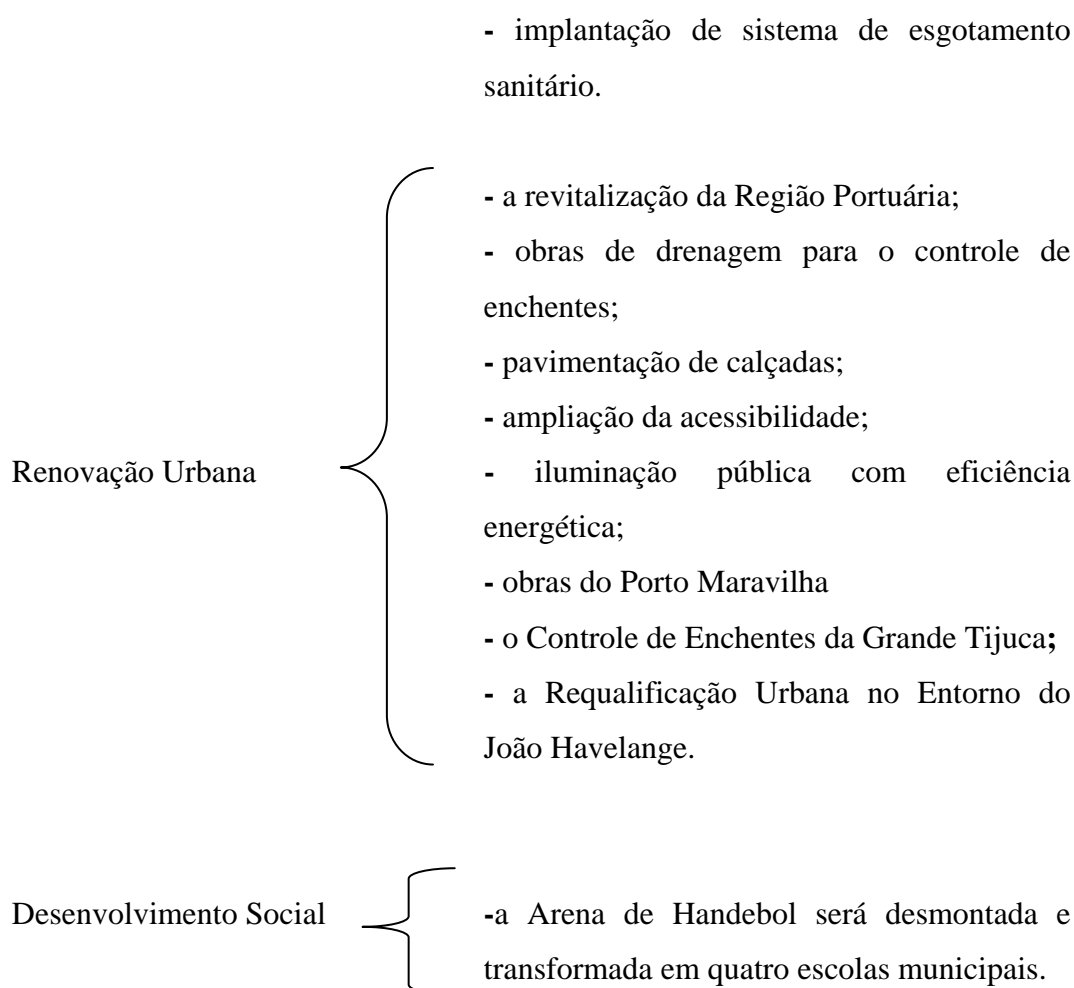
A prefeitura da cidade do Rio de Janeiro é responsável por quatorze projetos, o governo estadual por dez projetos e o governo federal está responsável por três. O custo total previsto para a execução desses projetos é de R\$ 24,1 bilhões. Desse total, 43% são recursos privados, vindo das Parcerias Público Privado – PPP e 57% recursos públicos.

Os 14 projetos do âmbito municipal terão um custo estimado em R\$ 14,3 bilhões de reais. Desse total, a prefeitura é responsável por 28% dos investimentos (R\$ 3,9 bi), já 8% (R\$ 1,2 bi) são recursos federais e 64% (R\$ 9,2 bi) são recursos privados oriundos das PPP's. Os projetos na prefeitura se dividem nas seguintes áreas: mobilidade, meio ambiente, renovação urbana e desenvolvimento social. São eles:



³⁵ Os investimentos públicos e privados na cidade do Rio de Janeiro motivados pelos megaeventos esportivos ultrapassam os R\$40 bilhões.

Fonte: O DIA ON LINE. Eventos esportivos atraem R\$ 40 bi em investimentos. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/economia/2014-02-28/eventos-esportivos-atraem-r-40-bi-em-investimentos.html>. Acesso em: 30 de junho de 2015.



Já os 10 projetos de responsabilidade do governo estadual totalizam R\$ 9,7 bilhões de reais. Desse total, 12% (R\$ 1,15 bilhões) são recursos privados e 88% (R\$ 8,55 bilhões) são recursos do governo, ou seja, dinheiro público. No caso do governo estadual, os recursos privados são, basicamente, destinados as obras da construção da linha 4 do metrô, que vai ligar Ipanema a Barra da Tijuca.

Os projetos do governo do estado se dividem nas áreas de mobilidade e meio ambiente. São eles:



Por último, os legados do governo federal previstos no plano de políticas públicas se resumem na construção do Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCE) e em investimentos em infraestrutura esportiva.

Através do Ministério do Esporte estão construídas e reformadas alguns dos locais de treinamento oficiais das Olimpíadas de 2016.

Os investimentos desembolsados pela união somam R\$ 264 milhões de reais.

Tudo isso, como já informado, foi divulgado no último dia 24 de abril de 2015. E é em torno disso que se reforçam os discursos a favor das Olimpíadas na cidade e contra as críticas feitas aos Jogos, que não são poucas.

Todos esses projetos de intervenções estão presentes na cidade desde que esta foi escolhida pra receber os jogos da Copa e ser a sede dos Jogos Olímpicos e seus impactos são sentidos direta ou indiretamente pela população da cidade. Não toda a população, mas, sobretudo, a população mais pobre.

A preparação da cidade para receber os megaeventos apresenta inúmeros exemplos de violação de direitos fundamentais. O dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro (2013) faz uma série de levantamentos sobre consequências desses eventos para a cidade e a população. Um deles é a quantidade de pessoas que estão ameaçadas ou que já tiveram que sair de suas casas e bairros para que lá receba obras, equipamentos ou instalações que visavam atender aos eventos. Essas remoções, dentro do contexto dos megaeventos, ganharam outros propulsores e estão relacionadas à Copa e as Olimpíadas, como já dito anteriormente, para a realização de obras viárias, construção dos corredores de transporte dos BRT's Trancarioca, Transoeste e Transolímpica, para realização de obras de ampliação do aeroporto, para atender ao interesse turístico na Zona Portuária, sob os argumentos de serem as áreas consideradas de risco e sob o discurso do interesse ambiental. Todos esses fatores se tornaram justificativa para remover famílias e bairros inteiros. Ao total o número de ameaçados somam mais de 8 mil famílias e os que já foram removidos totalizam 3 mil³⁶.

O início do século XXI marcou também o retorno de uma prática comumente presente na história do Rio de Janeiro, as práticas remocionistas.

Atualmente, a partir da preparação da cidade para os megaeventos, a prática remocionista ganhou uma nova rotulação. O poder público vem se referindo à essa prática como “reassentamentos” ou “realocação”. Segundo Magalhães (2013, p.97-98)

O termo deixa de ser usado abertamente pela administração (embora mantido por grandes jornais e movimentos sociais). Isso se dá no contexto das obras preparatórias para os Jogos Olímpicos de 2016 e da Copa do Mundo de 2014,

³⁶ Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro - Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro de maio de 2013, p.20.

especialmente diante das críticas que esse novo enquadramento passaria a receber, notadamente daqueles que estavam experimentando as suas consequências concretas. Os “reassentamentos”, termo que já vinha sendo usado por setores da própria administração, passam a ser utilizados com mais frequência e o deslocamento dos moradores passaria a ser significado como um “legado” desses megaeventos esportivos.

A partir desse entendimento, a população alvo dessa prática seria “beneficiada”, pois estaria indo para outro lugar com condições legais diferenciadas da anterior.

Vê-se então que os argumentos em torno dos legados que os megaeventos deixariam para a cidade serviram para reacender um antigo desejo de erradicação das favelas da cidade. Ainda nas palavras de Magalhães (2013, p.102-103)

os megaeventos se configurariam, nessa conjuntura, como uma espécie de ancoragem moral que vem permitindo a dimensão assumida pelo reordenamento do espaço urbano no Rio de Janeiro atualmente em curso, cuja justificativa mais comum seria justamente a do “legado”. Ou seja, as intervenções que têm implicado mudanças nos usos e fluxos dos espaços da cidade ocorreriam em função do “legado” que os Jogos Olímpicos (e, em menor escala, a Copa do Mundo), deixariam para aquela. Isso se referiria, inclusive, para as ações nas favelas, cuja inclusão no “pacote olímpico” criaria as condições para que as intervenções do tipo erradicação incorporassem uma justificativa que, nos marcos dessa elaboração, buscaria se sobrepujar a qualquer crítica. Assim como em relação ao “risco”, não se poderia ser contra algo que tão somente procuraria melhorar as condições de vida das pessoas, especialmente as mais pobres, e modernizar a cidade, cuja concretização se devia à realização desses Jogos.

Os megaeventos esportivos se tornaram um fator determinante no que se refere à intervenção na cidade, o que se fosse num contexto fora dos megaeventos, seria impossível por em prática.

Os megaeventos poderiam ser usados para tentar reduzir um pouco da desigualdade social, mas isso só seria possível se seus frutos e consequências fossem divididos igualmente entre as pessoas. Contudo, o que se vê, pelo contrário, é a manutenção de problemas já existentes e até o seu alargamento. Para Furrer (2002 apud COSTA 2013, p.169), por exemplo

as Olimpíadas devem contribuir para o desenvolvimento sustentável da cidade anfitriã e da região através de seus legados econômico, social e ambiental; devem ser concebidas desde o começo como uma oportunidade para direcionar importantes desafios urbanos regionais; devem promover soluções e inovações para manter ou, até mesmo, aumentar a qualidade de vida dos moradores; devem conduzir a gestão dos recursos locais e regionais (financeiros, sociais e ambientais) de forma a permitir que os requisitos dos Jogos Olímpicos sejam satisfeitos como suportes da harmonia social e econômica nos ambientes urbanos

e regionais, além de proteger a integridade cultural e a diversidade biológica; devem incluir a população através de genuínos processos de consulta popular desde o começo dos projetos e devem respeitar as agendas locais; devem beneficiar igualmente todas as camadas da população; devem identificar e localizar os riscos, assim como aliviar o sofrimento e os inconvenientes provocados às populações locais.

O legado de um megaevento, como pode ser visto, é muito difícil de ser mensurado. Eles são cercados de interessados com diversas motivações. Por um lado há a população que espera ser beneficiada com investimentos na cidade que proporcionem melhores condições de vida para todos e, por outro, há sujeitos que querem associar sua imagem ao evento, como os políticos, atribuindo à si e à seu governo os benefícios conquistados. Há aqueles que esperam lucrar, uma vez que os eventos são fonte não só de uma imagem, mas também de novos produtos comercializáveis. Os megaeventos criam uma disputa pelos seus legados (Curi, 2013).

Está mais do que claro que os megaeventos são uma oportunidade. A questão é perguntar se os investimentos públicos destinados aos megaeventos compensam. E se compensam, para quem.

A atuação da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e Olimpíada (ANCOP) se tornou um importante meio de levantamento e divulgação de dados e das violências cometidas pelas autoridades que atuam em nome da realização desses eventos. A sociedade também vem tendo papel preponderante. As manifestações populares se intensificaram em 2013 com a proximidade da Copa e deu um sinal de que os que estavam insatisfeitos com o contexto não eram poucas pessoas.

Disso tudo, mesmo antes da realização dos Jogos Olímpicos, um legado já é visível, “neste caso, parece ter sido uma cidadania mais ativa, uma vida cívica mais capacitada para transformar os rumos e destinos da cidade” (Vainer, 2014, p.76).

A questão das práticas remocionistas influenciadas pelos megaeventos tem outras ramificações. A cidade do Rio de Janeiro vem pondo em prática, políticas (não só do âmbito municipal, mas do Estado também) urbanas que, independente dos megaeventos, contribuem para aumentar o número de pessoas removidas de suas casas. Analisaremos essas políticas melhor no próximo item.

3.2

O arcabouço legislativo das políticas urbanas pós CF 88

A política urbana no Brasil, historicamente, apresentou contradições em sua condução. Como vimos no capítulo anterior, essa política, durante o século passado, ora exerceu influência sobre o surgimento de favelas, ora viabilizou a sua extinção (Gonçalves, 2013). O modelo de uso do solo vem gerando a segregação socioespacial. Para Rolnik (2002, p.2), “parte importante do funcionamento das cidades é a própria política urbana, que no Brasil foi intensamente utilizada como instrumento de exclusão e perpetuação de privilégios e desigualdades”.

O êxodo rural inchou as cidades brasileiras. A população urbana do país está estimada em 84,4% (IBGE, 2010).

A CF-88, de forma abrangente, faz referências a questão urbana. Em seu capítulo II, nos artigos 182 e 183 estão previstos o que segue

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

A atual política urbana tem como foco o pleno desenvolvimento das funções urbanísticas da cidade. A legislação atual se tornou um marco regulatório no que se refere a política urbana (Celene, 2013). Apenas a letra da constituição de 1988 não foi suficiente para que se garantir o que estava previsto pelos artigos 182 e 183. Para regular os dois artigos foi criada, mais de dez anos após a promulgação da CF-88, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade. Essa lei, outro marco regulatório da política urbana, prevê uma série de instrumentos para o desenvolvimento da política urbana e prevê, também, que fica a cargo dos municípios a regulação da gestão urbana das cidades, mas sem eximir a união e os estados de participarem e atuarem junto.

O Estatuto da Cidade tem como princípio a sustentabilidade das cidades, ou seja, uma cidade que seja planejada para atender a população, mas que não comprometa seus recursos naturais para as gerações futuras. Para se proporcionar isso, o Estatuto prevê medidas e sanções para garantir as práticas sustentáveis. Entretanto, na prática, isso não é algo tão simples assim de se garantir.

No Estatuto da Cidade é esclarecido quais são as competências dos entes da federação. O artigo 3º do Estatuto determina as competências referentes ao governo federal. Como consta no artigo 3º

Art. 3º Compete à União, entre outras atribuições de interesse da política urbana:

I – legislar sobre normas gerais de direito urbanístico;

II – legislar sobre normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em relação à política urbana, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional;

III – promover, por iniciativa própria e em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

IV - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico, transportes urbanos e infraestrutura de energia e telecomunicações;

V – elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.

Algumas peculiaridades do Estatuto foram as competências atribuídas aos municípios, que a partir de então ganharam centralidade na condução da política urbana através de uma descentralização política administrativa³⁷ desencadeada a partir da CF-88. Essa descentralização da condução da política foi pensada visando o desenvolvimento de ações políticas que tivessem foco em demandas em nível local.

O artigo 4º, da seção I, do capítulo II aponta quais são os instrumentos da política urbana e quais instâncias governamentais responsáveis. Há uma centralidade do papel do município em relação às questões locais.

Dentre os instrumentos de política urbana à disposição dos municípios, um deles é crucial para o desenvolvimento das políticas, o plano diretor. Sua aplicação é obrigatória para cidades com mais de vinte mil habitantes. Já os municípios que não possuem esse contingente populacional não são obrigados, mas podem ter um plano diretor.

O plano diretor é base para se garantir um preceito previsto pela CF-88 e que comumente é utilizado por movimentos sociais, em especial os que lutam contra as práticas remocionistas, o conceito de “função social da propriedade urbana”³⁸. Segundo o artigo 39 do Estatuto das Cidades:

A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei.

³⁷ O artigo 30 da CF-88 lista quais são, a partir de então, as atribuições dos municípios.

³⁸ A função social é descrito nos seguintes artigos da CF-88:

Art. 5º, Inciso XXIII – a propriedade atenderá a sua função social;

Art. 170, inciso III – função social da propriedade; e

Art. 182, parágrafo 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

O plano diretor é o instrumento que determina quando a propriedade está cumprindo sua função social. O artigo 7 do capítulo III do Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro diz que

A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no Art. 3º desta Lei Complementar.

O Estatuto da Cidade, como pode ser visto, é considerado um marco na legislação urbana. Mas, como especificado, é o plano diretor que vai tratar de todo regramento do dia a dia da cidade. O novo Estatuto das Metrópoles (lei nº13.089 de 15 de janeiro de 2015), estabeleceu a possibilidade que os Estados realizem planos de desenvolvimento urbano integrado de suas regiões metropolitanas ou de suas aglomerações urbanas;

A elaboração do plano diretor municipal compete ao poder executivo, deve ser aprovado em forma de lei complementar pela Câmara dos Vereadores e deve contar com a ampla participação popular. Mas, infelizmente, essa participação popular, prevista em lei, está longe da realidade. Para Villança (2015), o Estatuto da Cidade é uma lei vinda de cima para baixo, que não contou com a participação popular e que, em certo sentido, prejudica sua implementação, a construção de cidades mais justas e o seu próprio entendimento. Ainda segundo o autor, o Estatuto da Cidade não define o que é, exatamente, a “propriedade urbana” disposta no parágrafo segundo do artigo 182 da CF-88, nem o que se quer dizer com “ordenação do uso do solo”, previsto no artigo 2 do Estatuto da Cidade.

Uma característica do Estatuto – como de muitas leis no Brasil – é que ele vem de cima para baixo, vem da razão pura para a prática social, do pensamento para a sociedade. Assim, em vez de emanarem da sociedade (virem de baixo para cima), muitas leis pretendem corrigi-la pela implantação do “certo”, vindo de cima para baixo. Muito do Estatuto da Cidade procura dirimir hipotéticas dúvidas ou polêmicas originadas na razão abstrata e não na prática social, originadas nas disputas e contestações levadas aos tribunais.

(...)

Apresenta inúmeros dispositivos irrealis de cumprimento impossível ou infiscalizável, destinados a serem ignorados pelos que deveriam cumpri-los. Apoiase fortemente, por exemplo, no desmoralizado e pouco utilizado Plano Diretor – que nesse caso mais dificulta do que ajuda. Se por um lado, por meio do seu artigo 41 o Estatuto da Cidade amplia muito sua inútil obrigatoriedade,

definida originalmente naquele mesmo artigo 182, por outro, exige algo que a Constituição já exigia, ou seja, um Plano Diretor para os municípios que pretendessem utilizar instrumentos previstos no parágrafo 4º do artigo 182. (Villança, 2015)

Ainda assim, mesmo com todas as críticas à essa legislação, o EC e os planos diretores municipais são os norteadores da política urbana. E devido ao dinamismo das cidades, os planos diretores devem ser revistos a cada dez anos. Trata-se, assim, de um planejamento para a cidade, não para o governo, por isso sua revisão não deve estar atrelada a um governo ou outro. A participação nas discussões dos planos diretores deve ser uma bandeira levantada por movimentos sociais urbanos, em especial os que lutam por uma política pública habitacional.

Dentro desse contexto, nos últimos anos, o país vem vivendo uma série de intervenções urbanas. Elas estão fortemente atreladas à implementação das obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e ao Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, ambos oriundos do governo federal e implementados no país inteiro.

Fortemente presentes e divulgados no governo Lula, esses dois programas foram dois dos principais do governo.

3.2.1 O PAC e o PMCMV

Não há, aqui, a pretensão de se fazer uma análise profunda das políticas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC nem do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV. A escolha da abordagem desses dois programas se deu pela compreensão de que foram dois dos principais programas desenvolvidos pelo governo petista, em âmbito federal, no que se refere à política urbana e vem sendo tema de discussões no âmbito acadêmico nas mais variadas áreas do conhecimento (Pinto, 2007; Silveira & Julio, 2013; Eduardo e Julio, 2013; Pereira, 2013; Rizek, Amore & Camargo, 2014. Jardim, 2015; Moura, 2014; Chagas, Carvalho & Marquesan, 2015, Rolnik et al. 2015). Com isso, o objetivo, aqui, é apresentar os dois programas olhando para alguns de seus dados.

Esses dois programas foram lançados já dentro de um contexto de preparação do país para receber megaeventos esportivos, mas esse não foi o único

motivo. Como veremos, o Programa Minha Casa Minha Vida teve um papel estratégico para o país num cenário econômico mundial peculiar.

No que se refere ao primeiro, lançado em 2007, pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC previa um investimento de 503 bilhões de reais em intervenções urbanas. Essas intervenções seriam destinadas em diferentes áreas, como mobilidade, logística, recursos hídricos, habitação, geração e transmissão de energia, infraestrutura social e urbana. O objetivo de tudo isso era promover três pontos: “a aceleração do crescimento econômico; aumento do emprego; e melhoria das condições de vida da população brasileira”. Para isso, medidas deveriam ser tomadas: “incentivar o investimento privado; aumentar o investimento público em infraestrutura; e remover obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos) ao crescimento”³⁹. A primeira etapa do PAC estava prevista até o ano de 2011. Entretanto, diversas promessas não foram cumpridas, algumas delas não havia nem sequer iniciadas até outubro de 2011, último ano do programa⁴⁰.

Atualmente, o PAC está em sua segunda edição, que foi iniciada ainda em 2011 com previsão de término em 2014. No entanto, igualmente a primeira edição, os atrasos vêm fazendo parte da realidade. Segundo a ONG Contas Abertas, o 11º Balanço do Programa apontam que apenas 31,7% das obras do PAC 2 foram concluídas⁴¹ até o ano de 2014.

Ao que tudo indica, esse quadro não deve se alterar muito. Recentemente o ministro do planejamento, Nelson Barbosa, anunciou um corte do orçamento da união no valor de R\$ 69,9 bilhões de reais. Os ministérios que tiveram a maior redução no orçamento foram o Ministério das Cidades com corte de 54% do seu orçamento (redução de R\$ 17,23 bilhões), o Ministério da Saúde com corte de 11,3% (redução de R\$ 11,77 bilhões) e Ministério da Educação com corte de

³⁹ Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010. Governo Federal, 22 de janeiro de 2007. Disponível em: www.fazenda.gov.br/divulgacao/publicacoes/...pac/r220107_pac.pdf. Acesso em 26 de junho de 2015.

⁴⁰ No ano de 2014 um levantamento apontou que uma em cada quatro obras do PAC 1 não haviam sido concluídas.
Fonte: Dilma quer lançar PAC 3 antes de terminar as obras do PAC 1. Disponível em: <http://folhapolitica.jusbrasil.com.br/noticias/130780598/dilma-quer-lancar-pac-3-antes-de-terminar-as-obras-do-pac-1>. Acesso em 26 de junho de 2015.

⁴¹ Estavam previsto um total de 54.095 projetos. Desses, apenas 17.148 ficaram prontos até o mês de outubro de 2014.
Fonte: Contas Abertas. Disponível em: <http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/10725>. Acesso em: 26 de junho de 2015.

19,3% (redução de R\$ 9,42 bilhões de reais). Essa redução, medida tomada pela União visando um reajuste de gastos. Essa medida, de contenção de despesas, visa o atingimento de uma meta de superávit primário⁴².

Esse corte do orçamento do Ministério das Cidades afetará diretamente os projeto e obras do PAC. Dos 54% de redução do orçamento do referido ministérios, 37% seriam destinados para as obras do PAC. Com isso, o governo federal vai priorizar as obras e projeto em fase de conclusão⁴³.

A primeira fase do programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, foi anunciado em 2009 com previsão de término em 2011, com a ousada meta de produzir um milhão de unidades habitacionais. Ainda em 2011, foi anunciada a segunda fase do programa com uma meta correspondente ao dobro da primeira fase. Segundo o Portal Brasil, até março de 2015, o programa atingiu o número de 3,857 milhões de unidades, sendo 2,169 milhões de moradias entregues e 1,688 milhão de unidades a serem concluídas⁴⁴.

O programa buscou atender a população mediante a criação e divisão de três faixas salariais. A faixa 1 visando atender famílias com renda bruta de até R\$ 1.600,00, a faixa 2 para famílias com renda entre R\$ 1.600,00 e R\$ 3.100,00 e a faixa 3 para famílias com renda entre R\$ 3.100,00 e R\$ 5.000,00. A quantidade de unidades habitacionais prometidas para a primeira fase do programa foi dividida entre as faixas da seguinte forma: 400 mil para a faixa 1; 400 mil para a faixa 2; e 200 mil para a 3. Já na segunda fase, o número de unidades destinadas à faixa 1 foi de 1.200.000 (um milhão e duzentas mil), para a faixa 2 foi de 600 mil e para a faixa 3 foi de 200 mil unidades.

Embora este seja o principal programa habitacional do governo federal e sendo o déficit habitacional do país um grave problema, é preciso compreender o contexto que permitiu o surgimento do programa PMCMV. Este se deu estrategicamente. No ano de 2007 começou-se a observar uma crise no setor

⁴² Cidades, saúde e educação lideram valor de cortes no orçamento. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/05/cidades-saude-e-educacao-lideram-valor-de-cortes-no-orcamento.html>. Acesso em: 27 de junho de 2015.

⁴³ PAC sofre contingenciamento de R\$ 25,9 bilhões no orçamento de 2015. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/economia/2015/05/pac-sofre-contingenciamento-de-r-259-bilhoes-no-orcamento-de-2015>. Acesso em 27 de junho de 2015.

⁴⁴ Portal brasil. Minha Casa Minha Vida atinge 3,857 milhões de moradias. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/05/minha-casa-minha-vida-atinge-3-857-milhoes-de-moradias>. Acesso em 28 de junho de 2015.

imobiliário dos EUA. Essa crise teve seu ápice entre 2008 e 2009. Dessa forma, sendo os EUA um dos países que mais importa no mundo, os países que exportavam para lá foram fortemente afetados. As Bolsas da Europa, Ásia e a do Brasil tiveram consideráveis perdas⁴⁵. É dentro desse contexto que se insere o surgimento do PMCMV. Estando o mercado mundial enfraquecido, a solução dada foi o aquecimento da economia interna através do PMCMV. Para isso, a construção civil tem se mostrado eficaz. Segundo Rolnik (et al 2015, p.130):

Para além do enfrentamento das necessidades habitacionais, o lançamento do programa surgiu como medida emergencial para minimizar o impacto da crise internacional de 2008 sobre o emprego e o crescimento econômico no Brasil. O PMCMV foi concebido com o intuito de promover o aquecimento da economia por meio do estímulo ao setor da construção civil, segmento que gera demanda expressiva por mão de obra de baixa qualificação, sendo frequentemente mobilizado como elemento de políticas econômicas anticíclicas em momentos de recessão.

Como se vê, o PMCMV, embora surja como um importante e necessário programa habitacional, ele tem um claro intuito de proteger, o máximo possível, o país dos efeitos da crise financeira mundial incentivando e estimulando a economia interna.

Ainda segundo a autora, analisando o desenvolvimento do PMCMV nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas, este, além de não combater uma histórica segregação socioespacial brasileira, reforça essas características, uma vez que, os empreendimentos do programa, em especial os da faixa 1, são construídos nas periferias das cidades, em locais sem infraestrutura adequada. Segundo a autora:

a despeito dessas especificidades locais e da diferença do padrão periférico de hoje em relação a contextos anteriores, identificou-se o programa como um vetor de reprodução da segregação socioespacial nas cidades brasileiras, o que é uma consequência inevitável do modelo que orientou sua formulação, permeado por objetivos que vão além da promoção do direito à moradia. (Rolnik et al., 2015, p.129)

(...)

o programa reitera uma série de características do processo de urbanização dessas regiões metropolitanas, marcadas historicamente pela segregação socioespacial, reforçando a lógica de que o lugar dos pobres é nas periferias, o que se verificou

⁴⁵ UOL Notícias Economia. Entenda a crise financeira dos Estados Unidos. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultnot/2008/03/31/ult4294u1176.jhtm>. Acesso em 28 de junho de 2015.

especialmente no caso dos empreendimentos destinados à Faixa 1. (Rolnik et al., 2015, p.147)

Esses dois programas apresentados foram dois dos principais programas do governo federal nos últimos anos. Estes programas tiveram um importante papel para a atuação do poder público com relação às favelas do Rio. Várias delas receberam obras do PAC, do PMCMV ou as duas. Já em algumas, onde os dois programas estiveram presentes, seus moradores foram realocados de suas casas para apartamentos do PMCMV para que se realizassem obras do PAC. Esse foi o caso do PAC na Rocinha, por exemplo. Previsto para receber uma série de intervenções do PAC, a Rocinha, mesmo após o término de todo os prazos, inclusive o PAC 2, vem questionando até hoje a não conclusão de obras do PAC 1, encerrada em 2011. Isso é o que veremos no próximo subitem.

3.2.2. O PAC na Rocinha

Iniciado na Rocinha em 2009, a primeira fase do Programa de Aceleração do Crescimento – Rocinha (PAC-Rocinha) previu uma série de intervenções na Rocinha. Planejou construir o Centro de Convivência, Cultura e Comunicação (C4), um complexo esportivo, conjuntos habitacionais, uma creche modelo, um hospital, dois planos inclinados, abertura de ruas e a substituição da passarela⁴⁶. As fotos abaixo mostram as projeções feitas dos projetos para a Rocinha, sendo que algumas delas já foram concluídas e outras não.

⁴⁶ Observatório das Metrópoles. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. Disponível em: http://web.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?view=article&id=321:programa-de-aceleracao-do-crescimento-pac-2007-2010-e-as-intervencoes-urbanisticas-nas-favelas-cariocas&option=com_content&Itemid=50&lang=pt . Acesso em 28 de junho de 2015.

Figura 0-1 Centro de Convivência, Cultura e Comunicação - C4 (obra concluída)



Fonte: Observatório das Favelas

Figura 0-2 Complexo Esportivo da Rocinha (obra concluída)



Fonte: Governo do Estado do Rio de Janeiro

Figura 0-3 Conjunto Habitacional da Rocinha (obra concluída)



Fonte: Governo do Estado do Rio de Janeiro

Figura 0-4 Simulação da projeção do Hospital da Rocinha (projeto modificado)



Fonte: Governo do Estado do Rio de Janeiro

Figura 0-5 Simulação dos projetos dos Planos Inclinados da Rocinha (obras não realizadas)



Fonte: Observatório das Favelas

Figura 0-6 Passarela da Rocinha (obra concluída)

Fonte: Governo do Estado do Rio de Janeiro



Figura 0-7 Abertura da Rua 4 (obra concluída)



Fonte: www.g1.com.br (Foto: Tássia Thum/G1)

Esses projetos não demoraram muito, sofreram alterações. O hospital (o Centro Integrado de Assistência a Saúde) não se concretizou e o projeto foi substituído por uma Unidade de Pronto Atendimento – UPA (figura 3.4). O governo chegou a divulgar um vídeo com a projeção da estrutura que seria o hospital⁴⁷. Na animação percebe-se que a estrutura teriam três pavimentos, diferentemente da atual UPA, que só possui um pavimento, com uma estrutura facilmente desmontável, como se vê na figura a seguir.

Figura 0-8 Unidade Rocinha (obra concluída)



Fonte: PAC Rocinha / Complexo Esportivo & CIAS/UPA. Vídeo de inauguração do Centro Esportivo e da CIAS pelo PAC Rocinha⁴⁸

O projeto de construção de dois planos inclinados, que até chegaram a ter as obras iniciadas, não foram concluídas até a produção desse trabalho. Já a construção de uma creche modelo, anunciada em 2007, ano de início das obras do PAC, só foi inaugurada quatro anos após o fim do prazo da primeira fase do PAC 1, em 2014, após reivindicações da população e cobertura jornalística da mídia.

Com uma proposta diferente do que os moradores das favelas estão acostumadas, o PAC-Rocinha previu a realização de um trabalho social. Para

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IysahP90v9Y>. Acesso em 28 de junho de 2015.

isso, através do Trabalho Técnico Social na Urbanização de Favelas, instalou na Rocinha o Canteiro Social. Com o objetivo de “transformar as intervenções físicas em desenvolvimento territorial, congregando as obras que geram transformação do território com crescimento econômico e com a participação comunitária”⁴⁹. Essa proposta reconhecia que as políticas urbana e habitacional voltada para as favelas, historicamente, apresentou as seguintes características⁵⁰:

- descontinuidade nas ações do poder público para esses espaços;
- ausência da participação da comunidade;
- deteriorização de projetos;
- insatisfação da população;
- abandono das áreas;
- poucas oportunidades de participação da comunidade no planejamento e implantação da intervenção;
- participação restrita a algumas lideranças;
- participação não institucionalizada;
- intervenções não massivas, pontuais, descontínuas, com falta de manutenção e ausência de controle urbanístico;
- resultados bem menores do que os esperados (expectativa frustrada); e
- impressão de “Ausência do Estado” na Comunidade

O trabalho técnico social na Rocinha foi realizado antes das obras e deveria permanecer para até após o término das obras. E embora o PAC-Rocinha tenha proposto uma metodologia diferente de políticas urbanas anteriores, na prática, o que se viu foram semelhanças com políticas passadas.

⁴⁹ Governo do Estado do Rio de Janeiro. Trabalho Técnico Social. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=10&cad=rja&uact=8&ved=0CEwQFjAJ&url=http%3A%2F%2Fwww.emop.rj.gov.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2014%2F06%2FTrabalho-Tecnico-Social-Geral.pdf&ei=ZqOQVaGxG4m0-QHI0YLYCA&usq=AFQjCNHTjYh9s7bF8D8fsZ_qgNFlAHf1gQ&sig2=PV5g1OY5j9sWJwHz6yPqaw. Acesso em: 28 de junho de 2015.

⁵⁰ As características descritas aqui foram apresentadas à população pela coordenadora da equipe técnica do trabalho social do PAC, Ruth Jurberg, através da apresentação Trabalho Técnico Social na Urbanização de Favelas. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/palestras/seminario_efetividade_promocao/urbanizacao_favelas_PAC.pdf. Acesso em: 28 de junho de 2015.

O PAC e o PMCMV auxiliaram o início de uma forma específica de se gerir a cidade, marcada pela gestão do prefeito Eduardo Paes.

Veremos um pouco dos resultados dessas políticas do diferentes entes da federação associado à preparação da cidade do Rio de Janeiro para receber os megaeventos esportivos (Copa e Olimpíadas).

3.3

Os resultados da articulação dessas políticas e os megaeventos

Como pode ser visto neste capítulo, visando a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, a cidade do Rio de Janeiro, nos últimos anos, vem se preparando para receber esses grandes eventos.

Idêntico a outras cidades do mundo que já receberam grandes eventos esportivos, a população mais empobrecida do Rio de Janeiro é a que mais sofre, sendo uma das graves consequências da preparação da cidade, o aumento da segregação socioespacial, através do retorno de práticas remocionistas. Uma vez que há políticas públicas habitacionais, independente de sua eficácia enquanto política, o poder público aponta a retirada da população como opção mais viável. Um exemplo disso é o que vem acontecendo com a Vila Autódromo, em Jacarepaguá. Alguns moradores aceitaram a proposta da prefeitura de ir para um apartamento do PMCMV próximo à localidade⁵¹. Para o movimento de resistência isso é uma questão delicada. A aceitação por parte de alguns moradores enfraquece o movimento de resistência.

Essa prática se tornou uma ação comum por parte da prefeitura, ou seja, negocia de forma particular para fragmentar a mobilização local. O mesmo aconteceu com moradores do sub-bairro Laboriaux, na Rocinha, que abordados individualmente aceitaram propostas da prefeitura. Entretanto, a população local, também organizada, tem conseguido garantir sua permanência.

As políticas apresentadas nesse capítulo, o PAC e o PMCMV, no nosso ponto de vista, têm tido influências sobre essa prática (remocionista), pois, sob os argumentos de que as obras do PAC são necessárias ao bem comum e que o PMCMV vai atender aos que mais precisam, os tratores do poder público passam

⁵¹ Moradores da Vila Autódromo se inscrevem para receber apartamento no Parque Carioca. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br>. Acesso em 30 de junho de 2015.

por cima da história de vida de inúmeras famílias. O que além de gerar a segregação socioespacial, já que as construções do PMCMV são construídas longe dos centros e da zona sul do Rio, essas políticas estão contribuindo e reproduzindo para o surgimento de “cidades dormitório”. E com isso, um problema é gerado a partir dessa questão. Para Veríssimo a

concentração de população de baixa renda em uma região que não oferece empregos e serviços adequados aos seus moradores torna-se, como visto, uma grande *região dormitório*, produzindo deslocamentos pendulares que mobilizam meios de transporte em apenas determinados horários. (Veríssimo, 2015)

Ainda segundo o autor, essa política tem contribuído para o desemprego, uma vez que, ir para tão longe dos empregos, além de se gerar um gasto maior, em certas ocasiões até inviabilizam a permanência nos empregos.

No âmbito municipal, as políticas urbanas caminham no mesmo rumo das federais. O principal programa urbano da atual gestão, o Programa Morar Carioca é marcado pela forte violação de direitos (Gomes & Motta, 2015). Ainda segundo as autoras

podemos afirmar que estão presentes nos programas de urbanização no Rio de Janeiro, estratégias próprias do neoliberalismo, que são mobilizadas para promover novos arranjos de regulação pelo mercado. Seus impactos revelam-se na polarização e fragmentação do tecido urbano, com a expulsão dos moradores de favelas localizadas, sobretudo, no centro e bairros da zona sul da cidade. (Gomes & Motta, 2015, p.22)

A atual política urbana brasileira e a carioca em paralelo aos megaeventos, estão criando o que Magalhães (2013) chamou de “reatualização de remoções de favelas”. Segundo ele, como já apontado no item 3.1.2, sob os argumentos de que os megaeventos deixarão um legado, o clamor a essa prática vem se tornando cada vez mais comum.

Isso tudo nos leva a compreensão de que se vem produzindo e reproduzindo a ideologia de que as cidades devem ser entendidas pelos governantes como empresas. Que esta deve ser pensada e administrada como uma mercadoria a ser vendida, a produzir lucros, com compradores específicos. Segundo Vainer (2002, p.83):

pode-se afirmar que, transformada em coisa a ser vendida e comprada, tal como a constrói o discurso do planejamento estratégico, a cidade não é apenas uma mercadoria mas também, e sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um

agrupos de elite de potenciais compradores: capital internacional, *visitantes e usuários solváveis*.

Dessa forma, ainda segundo o autor, ver a cidade como uma empresa significa

concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações. Agir estrategicamente, agir empresarialmente significa, antes de mais nada, ter como horizonte o mercado, tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado. É o próprio sentido do plano, e não mais apenas seus princípios abstratos, que vem do mundo da empresa privada. (Vainer, 2002, p.86)

Essa soma de fatores tem resultado em manifestações por parte da sociedade que clama por cidades mais justas. Várias são as organizações e movimentos que reivindicam, mas uma delas, em especial, a população favelada, tem um papel importante. Sendo esta, muitas vezes, alvo dessas políticas, como descrito no primeiro capítulo, sua organização tem especial significado na consolidação do direito à cidade. Segundo Gomes e Motta (2015, p.6)

o alcance do direito à cidade parte da resistência, neste caso, da população favelada que sofre mais de perto os impactos da busca incessante pela valorização do capital na cidade. Não poderia, assim, ser encontrado nas intervenções urbanas e programas de urbanização por parte do Estado no contexto do desenvolvimento capitalista no Brasil, mas sim no processo de luta coletiva por uma cidade mais inclusiva em um outro modelo de sociedade.

Essa ação coletiva, felizmente, é encontrada nas mais diversas favelas que vem sofrendo as consequências dessas políticas e que já estão recebendo seu injusto legado da Copa e Olimpíadas. Já outras, independente de sofrerem, diretamente, consequências advindas dos megaeventos também lidam com a ameaça de remoção, com a precarização urbana e com demandas coletivas, de interesse comum da população local (demandas de infraestrutura urbana, mobilidade, saneamento básico etc.). E para reivindicar isso, a organização comunitária também foi uma estratégia encontrada para a superação de suas demandas. Esse é o caso da experiência que nos propomos a estudar aqui. No próximo capítulo, abordaremos a experiência que vem sendo desenvolvida há alguns anos na favela da Rocinha, o Grupo Rocinha Sem Fronteiras. Uma forma diferenciada e suprapartidária que vem desempenhando um papel político de suma importância para a população local e para a melhoria das condições de vida e habitabilidade na Rocinha.

4

Participação Popular na Rocinha Desde o PAC 1

O presente capítulo se propõe a analisar a mobilização política da população da Rocinha do ano de 2008. O recorte feito no presente capítulo tem como marco o início das intervenções do Programa de Aceleração do Crescimento na Rocinha – PAC/Rocinha. A divulgação de que o programa seria realizado na Rocinha deixou a população atenta, pois desde o programa Favela-Bairro, moradores da Rocinha tem se mobilizado e organizado para acompanhar, discutir e tentar fazer parte de tais propostas.

Como pode ser visto no capítulo anterior, o PAC Rocinha, iniciado em 2008, previu uma série de intervenções na localidade. Durante a execução das obras, a população teve a possibilidade de participar de reuniões que visavam o acompanhamento do andamento dos trabalhos. As reuniões eram realizadas no Canteiro Social do PAC – Rocinha⁵². Esses canteiros foram uma novidade no que se refere à possibilidade de participação da população local. Com o objetivo de ser, exatamente, um espaço de favorecimento da participação e de controle social, os canteiros sociais deveriam permanecer na localidade durante alguns meses após a conclusão das obras. No caso da Rocinha, as obras do PAC 1 foram paralisadas em 2010 e não chegaram a ser concluídas no prazo. Com isso, a atuação da Equipe Técnica do Trabalho Social do Canteiro Social foi encerrada logo após o início da paralisação das obras.

A execução das obras do PAC na Rocinha foi marcada por longos atrasos⁵³ e constantes alterações de projetos⁵⁴ que impactavam diretamente a população. Com o início das obras do PAC na Rocinha, a população local buscou garantir

⁵² Canteiro de Obras. O PAC chega à Rocinha, Alemão e Manguinhos. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: http://download.rj.gov.br/documentos/10112/243527/DLFE-31029.pdf/Boletim_Marco_2008.pdf. Acesso em 12 de julho de 2015, às 19h.

⁵³ Por exemplo, como visto no capítulo anterior, a construção da creche modelo só foi inaugurada quatro anos após o fim do prazo da primeira fase do PAC 1.

⁵⁴ A título de exemplo, a obra de alargamento da Rua 4 sofreu uma alteração. Inicialmente, um dos lados da Rua 4 deveria ser desocupada para que fosse possível o seu alargamento. Após a realização do fundamental trabalho de comunicação e esclarecimento feito pela equipe do trabalho técnico social do PAC, os responsáveis pela obra decidiram alterar o projeto, fazendo com que o outro lado da Rua 4 tivesse que ter seus moradores retirados para um dos apartamentos construídos ou indenizados pela retirada de suas casas. Essa mudança gerou uma série de reclamações por parte dos que foram afetados.

que demandas da Rocinha, que não estavam previstas no projeto, fossem incorporadas ao mesmo. Uma das maneiras encontradas pelos moradores foi através da participação nas reuniões regulares do Canteiro Social.

Nesse mesmo período, já vinham acontecendo reuniões de um grupo de moradores, de discussão e mobilização. Esse grupo, que foi batizado de Rocinha Sem Fronteiras (RSF), ganhou notoriedade atualmente e, há 9 anos, vem se reunindo mensalmente na Rocinha. Trazendo sempre um convidado diferente (geralmente autoridades públicas e representantes da sociedade civil eleitos para cargos públicos) discute os mais variados temas inerentes à Rocinha, como, por exemplo, a questão do transporte, da saúde, de segurança, e do lixo. Embora o grupo Rocinha Sem Fronteiras tenha desempenhado até hoje um interessante trabalho junto à população local, suplantando, em parte, o papel histórico desempenhado pela associação de moradores.

A principal função das associações é, sem dúvida, uma função social: constituídas de membros solidários, elas visam à constituição de uma comunidade de interesses baseada na defesa de direitos sociais iguais. Elas visam à criação de formas de inserção social e de responsabilização, assumindo o papel de mediação entre os cidadãos e instituições. (Wautier, 2001, p.11 apud POZZE, 2010, p.32)

Chama-nos a atenção o fato de que a Rocinha possui três associações de moradores, a Associação de Moradores de Laboriaux e Vila Cruzado, a União Pró Melhoramentos do Morro da Rocinha – UPMMR e a Associação de Moradores e Amigo Bairro Barcelos – AMABB.

A primeira delas foi recriada recentemente com a organização de moradores que lutaram contra a tentativa de remoção após as chuvas do ano de 2010, que ocasionou um deslizamento no local e a morte de duas pessoas.⁵⁵ A atuação das outras associações nessa ocasião foi extremamente tímida, o que motivou a organização dos moradores desses sub-bairros da Rocinha. Já as outras duas, mais antigas, apresentam formas de atuação distintas. A AMABB representa um dos mais movimentados sub-bairros da Rocinha e se dedica sobretudo a essa área. Já a UPMMR é a associação mais representativa da Rocinha.

⁵⁵ Chuva no Rio: após deslizamentos, Paes anuncia remoção em comunidade em Santa Teresa e na Rocinha. Jornal O Globo *on line*. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/chuva-no-rio-apos-deslizamentos-paes-anuncia-remocao-de-comunidades-em-santa-teresa-na-rocinha-3027921>. Acesso em: 13 de julho de 2015, às 19h.

O Canteiro Social do PAC Rocinha buscou atuar na localidade sempre mantendo as associações informadas da atuação da equipe técnica, mas tendo o cuidado para que a população não confundisse seus papéis.

Essa preocupação é compreensível se levarmos em consideração que os últimos três presidentes da UPMMR, Willian de Oliveira (Willian DJ), Luiz Claudio (Claudinho da Academia) e Leonardo (Leo Comunidade) tentaram se eleger para cargos públicos, tendo êxito, somente, o Luiz Claudio⁵⁶. Esse dado mostra como os interesses se misturam com relação ao cargo de presidente da associação de moradores e possíveis cargos políticos.

Outro dado relevante que legitimou a preocupação do Canteiro Social e que legitima a preocupação do RSF é o tipo de relação criada entre a associação de moradores da Rocinha com o poder público. Tanto as intervenções do PAC quanto a visita do, então, presidente Lula à Rocinha contou com a participação da UPMMR, com direito a divisão de palanque e de fala entre o presidente Lula, o então governador Sérgio Cabral, o prefeito Eduardo Paes, o vereador Luiz Claudio e o atual presidente da UPMMR, Leonardo.

Durante as obras do PAC, o candidato a vereador e presidente da UPMMR, Leonardo, contratou um carro de som para circular pela Rocinha informando para a população as melhorias na Rocinha e ressaltando os pontos positivos das intervenções. O detalhe disso é que a locução, ao final, atribuía todas as intervenções do PAC à UPMMR e ao seu presidente, como se isso só fosse possível devido à associação.

Independente das questões políticas existentes entre as associações, do tipo de relação que houve entre elas e o PAC-Rocinha e seu Canteiro Social ou com a que estão tendo com o grupo RSF, ainda sim, acreditamos que todos (instituições, programas e sujeitos) têm em comum o interesse em sanar as demandas existentes na Rocinha.

⁵⁶ Luiz Claudio de Oliveira era conhecido como Claudinho da Academia por ser o proprietário da academia R1, na Rocinha. Foi eleito presidente da associação de moradores da Rocinha em 2007-e em 2008 assumiu o cargo de vereador do Rio de Janeiro pelo PSDC. Com 73% do seu eleitorado sendo da Rocinha, o mandato de Claudinho foi marcado por denúncias de ligação com o tráfico de drogas na Rocinha, que teve o apoio de traficantes e que moradores foram coagidos a votar nele. Claudinho faleceu no dia 19 de junho de 2010 vítima de infarto.

4.1

A rocinha e suas demandas

Com o objetivo de identificar características e avaliar os moradores da Rocinha e conhecer os principais problemas da favela a partir da opinião dos moradores, foi realizado, de julho de 2008 à maio de 2009, um Censo Domiciliar. Foram visitadas 25.135 residências e, na oportunidade, as pessoas responderam um questionário. Uma das perguntas dizia respeito ao que estava faltando para que a moradia fosse melhor. Das 25.135 moradias recenseadas, em 12.474 (49,6%) moradias não foi respondida essa pergunta. Do total de pessoas que responderam a pergunta, 45,1% delas (5.715) apontaram como sendo o necessário melhorar os seguintes pontos: saneamento básico / rede de esgoto; urbanização / pavimentação / asfalto / calçamento / iluminação pública / transporte coletivo / energia elétrica / telefone público; limpeza pública / coleta de lixo; abastecimento de água potável; ventilação natural; obra nas valas / muro de contenção; segurança pública / acabar com a violência / combate ao tráfico de drogas; área de lazer; hospital / posto de saúde; melhorar o acesso a residência / reformar o caminho / reformar os becos / reformar as escadas; melhorar o trânsito; educação / escolas; iluminação natural; e conclusão das obras do PAC⁵⁷.

Esta pesquisa ajudou a compreender o porquê da Rocinha ter um dos piores Índices de Desenvolvimento Sociais (IDS) da cidade do Rio de Janeiro.

Em abril de 2008, foi divulgado pelo Instituto Pereira Passos (IPP) o relatório do Índice de Desenvolvimento Social: comparando as realidades microurbanas da cidade do Rio de Janeiro. Esse relatório analisa dez indicadores, divididos em quatro dimensões. São elas:

- Dimensão de Acesso a Saneamento Básico: indicadores dos domicílios com serviço de abastecimento de água adequada, com serviço de esgoto adequado, e com serviço adequado de coleta de lixo;
- Dimensão de Qualidade Habitacional: número médio de banheiros por pessoa;

⁵⁷ Complexo da Rocinha Rio de Janeiro Relatório Final. Censo Domiciliar. Março de 2010. Disponível em: http://www.ciespi.org.br/ambiente_primeira_infancia/media/documentos_webmapa/PAC-ROCHINHA-DOMICILIAR-Marco-2010.pdf. Acesso em 14 de julho de 2015, às 10h.

- Dimensão Grau de Escolaridade: indicadores de analfabetismo em maiores de 15 anos, dos chefes de domicílio com menos de quatro anos de estudo e dos chefes de domicílio com 15 anos ou mais de estudo;
- Dimensão da Disponibilidade de Renda: indicadores de rendimento médio dos chefes de domicílio em salários mínimos, dos chefes de domicílio com renda de até dois salários mínimos e dos chefes de domicílio com rendimento igual ou superior a 10 salários mínimos⁵⁸.

Segundo o estudo, a XXVII Região Administrativa – RA (Rocinha) está na 31ª colocação num total de 32 RA's, com a nota de 0,458. Já o ranking do IDS comparado por bairros, tem a Rocinha na 151ª colocação, com a pontuação de 0,458, num total de 158 bairros. Esses dados mostram como a Rocinha tem deficiências que contribuem para a falta de habitabilidade e condição de vida.

Contudo, nos últimos anos, a saúde, um dos três componentes da política de seguridade social, apresentou melhorias. Segundo Maria Helena Carneiro, enfermeira e diretora do Centro Municipal de Saúde, da Rocinha, Albert Sabin

O grande avanço da Rocinha nesses últimos anos, não tenha dúvida, foi a saúde, e pra isso eu bato palmas para o nosso Secretário e para a nossa equipe toda, e eu faço parte dessa equipe. A gente começou a retomar esse processo que começou em 1980, trazendo a saúde mais próxima da população, com força e com empenho público. Há vontade política, ampliar o acesso à saúde faz parte da Carta do Prefeito, e isso não é barato. E quem está traduzindo isso na ponta do processo, que são os gestores, têm que vestir a camisa de fato. Tem que fazer acontecer, traduzir de fato, por que tem tudo para fazer acontecer. A Rocinha tem que estar feliz, a gente conseguir botar 100%, agora a gente tem que operacionalizar. Antes, éramos responsáveis pelo mesmo número, mas sem ter capacidade, e hoje nós temos. (Veloso, 2012, p.297)

Comparando a Rocinha, hoje, com a de 25 anos atrás pode-se dizer que no quesito saúde avançou bastante. O Centro Municipal de Saúde, da Rocinha, Albert Sabin foi reformado, teve seu espaço ampliado podendo, assim, atender a mais pessoas e com mais conforto. Foi construída uma Unidade de Pronto Atendimento – UPA. Entretanto, ainda não é suficiente para atender a demanda presente na Rocinha. Sendo ainda o Hospital Municipal Miguel Couto constantemente recorrido pela população.

⁵⁸ Cavallieri & Lopes. Índice de Desenvolvimento Social - IDS: comparando as realidades microurbanas da cidade do Rio de Janeiro. Instituto Pereira Passos – IPP / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Abril de 2008, p.2-3.

A questão da saúde é de suma importância se levarmos em consideração o número de casos de tuberculose na Rocinha. Estudo apontou que, “em 2009, a incidência de tuberculose na comunidade era de 380/100 mil habitantes” (Silva, Sousa & Sant'anna, 2014, p.548). Como vimos, um dos fatores apontados pela população para melhorar suas condições de moradia é a circulação de ar. O Censo IBGE apontou que há na Rocinha uma população estimada de 69 mil habitantes⁵⁹, o que acarreta numa densidade demográfica considerável. Esses dois fatores, falta de circulação de ar e a densidade, são apontados pelos moradores como sendo os grandes colaboradores da causa de tuberculose.

O crescimento demográfico da Rocinha agrava uma série de problemas, como a produção e coleta de lixo e o déficit no saneamento. (...) Além disso, são recorrentes os problemas de falta de água em função da interrupção no fornecimento, fato agravado pela distribuição inadequada do recurso disponível. (Velloso, 2013, p.205)

Isso só mostra o quão necessário é a prestação de serviço de saúde na Rocinha, atrelado, é claro, a outras políticas e ações. Uma delas é o investimento em saneamento básico. Mas isso, infelizmente, não foi suprido pelo PAC – Rocinha. Um dos moradores⁶⁰ entrevistados diz que

No PAC 1, a sua filosofia era a de acabar com parte da falta de saneamento básico. Mas, infelizmente, as obras foram feitas, paradas e nada sobre o saneamento. Foram feitas outras obras que apareceram.

Outra questão que se apresenta fortemente na Rocinha, que o PAC não chegou nem perto, é a questão da infraestrutura em determinados sub-bairros. A Macega e a Roupas Sujas são dois deles. As duas áreas são as mais precárias da Rocinha, sendo possível encontrar casas de madeira em locais sem urbanização, com difícil acesso, o que é também, outro ponto levantado pelo Censo Domiciliar da Rocinha. Nas palavras de Coutinho

Se em nossa comunidade já é comum o sentimento de abandono e descaso, em algumas localidades da maior favela do Brasil a revolta é ainda maior. As localidades da Macega e Roupas Sujas são lugares que nunca receberam qualquer

⁵⁹ No primeiro capítulo vimos que esse dado é questionado pela associação de moradores local. A associação alega que os recenseadores não visitaram boa parte população e afirmam que na Rocinha há mais de 100 mil habitantes. Entretanto, o número de habitantes levantados pelo IBGE já põe a Rocinha como a maior favela do Brasil.

⁶⁰ A identidade as pessoas entrevistadas neste trabalho será preservada. Dessa forma seus nomes foram ocultados ou modificados.

intervenção do governo, não existe nem um prego que tenha sido colocado pelo poder público.

As casas da Macega, que são em parte construídas de madeiras na encosta do morro, mostram a verdadeira pobreza que se esconde nas obras de fachada construídas pelo PAC em torno da Rocinha. Para se chegar nesses lugares são centenas de degraus e caminhos improvisados onde correm esgotos.⁶¹

A Rocinha possui inúmeros sub-bairros, todos eles com histórias diferentes que se correlacionam. Contudo, sua formação e desenvolvimento é altamente diferenciada. Alguns sub-bairros possuem condições de habitabilidade precária, já outros são completamente urbanizados e acessíveis e praticamente sem questões que dificultariam a vida.

Mesmo sabendo dessas diferenças, pois elas são apresentadas pelos moradores sempre que o Estado se propõe a intervir nas favelas, as intervenções se dão sempre nos locais mais próximos às ruas, onde o acesso é mais fácil. Já onde mais se precisa, nos sub-bairros localizados nos alto da favela, o Estado não chega.

Para se lutar por uma intervenção mais equitativa na Rocinha, os moradores questionam algumas propostas e sugerem outras. O que não é algo simples de se fazer.

Atualmente moradores da Rocinha vem questionando uma intervenção prevista para o local, a construção de um teleférico. Esse ponto é polêmico, pois o poder público se refere ao teleférico como sendo uma solução de mobilidade na Rocinha, o que é questionado, como veremos, pela população.

4.1.1. “Telefante”, o elefante branco da Rocinha

Na contramão dessa situação, de reivindicação por serviços e melhorias, a população da Rocinha vem se organizado contra a intenção de se construir um teleférico no local, que vem sendo chamado de “telefante”.

Prevista para receber o terceiro teleférico em favelas da cidade, pois já há um no Complexo do Alemão e um na Providência, moradores da Rocinha vem

⁶¹ COUTINHO, Davison. Os invisíveis da Rocinha: Roupas Suja e áreas abandonadas. Colunistas – Comunidade em Pauta. Jornal do Brasil *On line*. Publicado em 26 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.jb.com.br/comunidade-em-pauta/noticias/2014/06/26/os-invisiveis-da-rocinha-roupa-suja-e-areas-abandonadas/>. Acesso em: 16 de julho de 2015, às 20h.

travando uma luta com o poder público e internamente com outros moradores. Não há um consenso por parte da população local a respeito da construção do empreendimento. De um lado, há o grupo de moradores que são contra a construção de um teleférico. Esse grupo é representado pelo grupo Rocinha Sem Fronteiras, SOS Rocinha⁶² e a Associação de Moradores do Laboriaux e Vila Cruzada. E há, também, outro grupo conhecido como Movimento Rocinha 100% (identificado como sendo os “amarelinhos” devido a cor da camisa que usam). Este segundo grupo defende tanto o investimento em saneamento quanto a construção de um teleférico. Um detalhe importante é que esse grupo é ligado à União Pró-Melhoramentos do Morro da Rocinha – UPMMR. Essa associação vem demonstrando interesses políticos pessoais de alguns de seus integrantes.

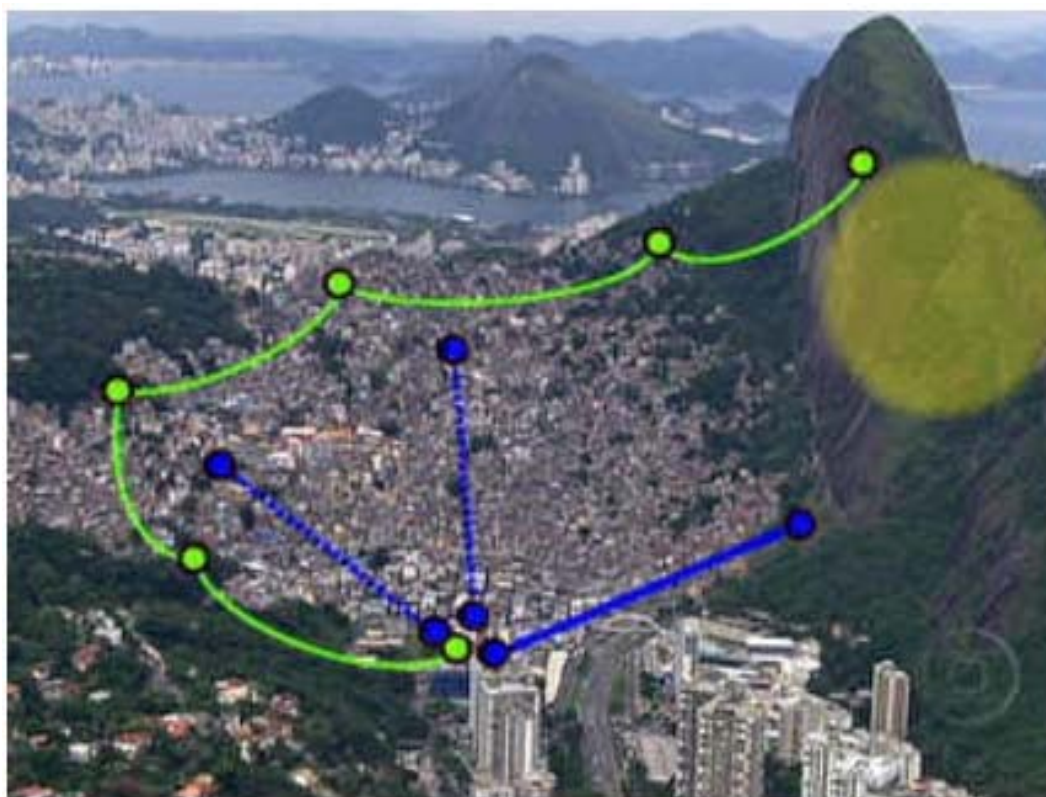
O PAC 2 da Rocinha tem o orçamento previsto de R\$ 1,6 bilhões de reais. Desses, R\$ 700 milhões estão destinados para a construção do teleférico. E é exatamente esse valor, que o grupo de moradores que é contra o teleférico, quer que seja investido em saneamento e outras melhorias. Os custos para a construção do teleférico impediria, por exemplo, as obras do saneamento integral da favela.

Figura 0-1. Projeto de estação na estrada Lagoa-Barra



⁶² O SOS Rocinha é um movimento que se articula e mobiliza em torno da questão do saneamento básico e contra a construção do teleférico.

Figura 0-2. Projeto de traçado do teleférico da Rocinha e planos inclinados



Numa tentativa de dialogar e conscientizar os demais moradores da Rocinha, o grupo Rocinha Sem Fronteiras produziu e distribuiu nas ruas e vielas da favela um panfleto (figura 4-3) simples, mas didático apontando cinco razões para não ser a favor da construção de um teleférico. As razões levantadas estão descritas no panfleto abaixo:

Figura 0-3. Panfleto distribuído na Rocinha



5 razões para não querer o Telefante

- 1 Não é prioridade:** a prioridade urgentíssima é saneamento básico na Rocinha.
- 2 É brutalmente invasivo:** 4 mil moradores vão perder suas casas. Você pode ser um deles.
- 3 Não resolve:** não é acessível a cadeirantes e idosos, não transporta material, mas os turistas vão adorar.
- 4 É tecnicamente inadequado:** planos inclinados são solução melhor em qualquer quesito.
- 5 Tem altos custos de construção e manutenção:** depois de feito, a população paga o mico.

Rocinha sem Fronteiras

A experiência do teleférico do Complexo do Alemão e os materiais produzidos que apontam sua ineficácia, seus impactos e elevados custos corrobora com as lutas dos moradores da Rocinha. Para Augusto, um dos entrevistados

a elite política, os governantes querem um projeto que dê visibilidade, que foi o que aconteceu no morro do Alemão, onde os teleféricos lá não circulam como estava programado, onde é voltado mais para a presença política do que para deslocamento dos trabalhadores. Para ter um teleférico você tem que conectar o seu local de saída a um comércio, a uma escola, a um centro acadêmico. Nada disso é conectado e de lugar nenhum para nada. As pessoas portadoras de deficiência física, não podem pegar o teleférico porque ele é contínuo, ele não

para. Não tem acesso, você pode acessar o RJTV no *YouTube* tem várias notícias sobretudo do Alemão, aquele projeto de um jornalista que pertence a comunidade.

De fato, num teleférico, não é possível um cadeirante utilizar porque o mesmo não para. As pessoas precisam entrar nele enquanto ele se move, o que para um idoso será um desafio. Outra questão é o fato de o teleférico não permitir que as pessoas o acessem portando bolsas, ou seja, se um morador quiser subir com suas compras não poderá. Materiais de obras também não são permitidos. Com isso, vê-se que um teleférico serve, basicamente, para pessoas circularem, mas sem qualquer outra coisa que não seja uma mochila ou uma bolsa. A partir disso nos perguntamos a seguinte questão: quem vai utilizar os teleféricos se não é possível entrar nele com compras, um botijão de gás ou qualquer outro tipo de produto e material que famílias consomem comumente? Para quem, de fato, será destinado os teleféricos?

Teleféricos não podem funcionar quando está chovendo ou ventando. Ou seja, em momentos em que a população mais precisaria ele não poderia ser usado.

Outra questão é o seu alto custo de manutenção. No Complexo do Alemão, segundo o secretário de Estado de Transportes, Carlos Roberto Osório, a receita do teleférico cobre apenas 10% do total de seu custo, sendo o restante pago pelo estado.

A população local da Rocinha, através do grupo Rocinha Sem Fronteiras, em posse dessas informações, tem tentado dialogar com o Estado alertando-o de que a Rocinha não precisa de um teleférico e que os altos valores previstos para se construir um teleférico poderiam ser direcionados para obras de saneamento básico, por exemplo.

Vamos conhecer melhor essa experiência de mobilização social e política presente na Rocinha.

4.2

Um exemplo de mobilização política e comunitária. A experiência do grupo Rocinha Sem Fronteiras

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, estudamos a história do grupo e participamos de suas reuniões e dos trabalhos de divulgação. Foram, também, entrevistados quatro participantes do grupo. Esses participantes fazem parte do

grupo desde sua fundação, têm entre 26 e 68 anos de idade e são todos moradores da Rocinha. Como já informado, suas identidades foram preservadas e seus nomes substituídos por fictícios.

Durante a os primeiros anos da década de 2000, acontecia na Rocinha, encontros de um grupo/coletivo vinculado ao Partido dos Trabalhadores – PT. Esse grupo, essencialmente político partidário, realizava discussões na Rocinha sobre os mais variados assuntos. Convidando políticos vinculados ao PT para virem à Rocinha, realizavam debates que tinham o objetivo de mobilizar a população local em torno de temas inerentes à Rocinha. No ano de 2005, o grupo apresentou um esgotamento enquanto espaço de mobilização e discussão e começou a ser questionado devido ao fato de ser vinculado a um partido político específico. A preocupação partia da necessidade de se agregar a população da Rocinha como um todo. Segundo um dos moradores entrevistado, Sr. Mário

Nós tínhamos um grupo, o grupo do PT e ele (o Guilherme um dos participantes) sempre ia às reuniões e um dia ele chegou e disse: ‘eu queria criar uma outra coisa, um grupo que fosse suprapartidário. Vocês me ajudam?’. E eu falei: ‘sem problema, a gente ajuda’. Aí naquele mesmo dia nós fizemos um acordo de fazer a reunião do PT no primeiro sábado e do (grupo) Rocinha Sem Fronteiras no terceiro (sábado). O grupo não tinha nem nome e depois de uns 6 ou 8 meses foi criado um nome e aí muita gente do PT foi saindo, aí foi misturando um pouco as coisas. Aí eram as mesmas pessoas que estavam participando dos dois grupos, então nós pensamos, vamos deixar um grupo só né?!

Foi assim que teve início a criação de outro grupo comunitário. Com características muito parecidas com a do grupo vinculado ao PT, os moradores da Rocinha e participantes decidiram criar outra forma, suprapartidária e com novas características. Uma delas era não limitar a participação apenas de políticos e autoridades vinculados ao PT, mas sim ampliar para qualquer partido. Na visão do Augusto o novo grupo atua

Numa outra perspectiva que é suprapartidária, tem gente que está com filiação partidária, eu, por exemplo, sou filiado ao PSOL – Partido, Socialismo e Liberdade, tem gente do PT, tem gente do PDT e tem gente que não reza em cartilha partidária nenhuma, mas que quer participar. Eu acho isso muito interessante, porque tem gente boa em todos os partidos e tem gente ruim em todos os partidos, o que agente precisa é trazer uma consciência desses oprimidos. Eu acho que é isso.

A intenção era, também, discutir questões inerentes à Rocinha e, principalmente, mobilizar moradores a lutarem por direitos e melhorias na

localidade, o que no formato anterior parecia não estar cumprindo com esse objetivo.

Essa mudança surtiu o efeito que se esperava. O grupo aumentou e hoje recebe mais participantes do que antigamente. “Quando nós começamos, nós éramos quatro pessoas e hoje a gente nunca tem menos de vinte. Então é porque as pessoas estão se interessando e se informando” (Mário). Atualmente, durante as reuniões, é possível contabilizar mais de 50 participantes na atividade. Esse número varia de acordo com o tema e o convidado.

Os entrevistados têm como motivação para participação no grupo um sentimento de pertença e a compreensão da necessidade de participar. Segundo a Sra. Carla:

Eu venho participando porque eu me sinto uma cidadã que mora naquela comunidade e precisa participar da vida daquela comunidade. É uma das formas que eu vi, e já que eu moro nela, mas eu passo a maior parte do tempo fora dela, porque eu trabalho fora, é participando dos grupos, vendo como eu posso contribuir como cidadã, com aquele grupo, que é a comunidade que eu moro. E eu sempre achei, e falo isso para todo mundo, que a gente deve participar da vida, não só política e social do local que mora. Então minha participação vem por aí. Eu me sinto um pouco na obrigação de contribuir com a Rocinha. Na obrigação de retribuir de alguma forma. E minha retribuição, talvez, seja fazendo parte de um grupo, como o Rocinha Sem Fronteiras, que nada mais é que a tentativa de fazer com que aqueles moradores sejam ouvidos e se unam.

A atuação do grupo Rocinha Sem Fronteiras, na visão de outra participante, Sra. Patrícia, apresenta uma intenção mais ambiciosa.

Eu participo do grupo porque acredito que de alguma forma o grupo tá fazendo alguma diferença pra ajudar as pessoas a lutarem pelos seus direitos, ajudar a tornar a Rocinha um lugar melhor de se viver. Porque esse é o objetivo do RSF, é promover a cidadania, participação e o mais difícil deles é a mobilização social, o despertar para lutar em conjunto com as pessoas para conseguir desenvolver um pouquinho mais a vida minha e nossa.

Essa mobilização que é feita pelo grupo começa muito antes da reunião. Embora o grupo se reúna apenas no terceiro sábado de cada mês, participantes iniciam a divulgação duas semanas antes da reunião. Essa divulgação é feita pelas redes sociais (o RSF possui uma página no *Facebook*), através do envio de e-mails para os participantes, que ao menos uma vez participaram e informaram o e-mail e principalmente através de panfletagem nas ruas e vielas da Rocinha. Durante a realização da pesquisa, participamos dessa atividade para acompanhar

esse processo. São impressos 2000 panfletos, sendo mil deles um texto padrão e mil de um panfleto específico e menor que é anexado ao outro contendo informações sobre a próxima reunião do grupo. Essa panfletagem é só o primeiro passo da mobilização. Os seguintes perpassam as reuniões, discussões, participações em atos e a multiplicação dessa mobilização.

Embora o grupo não seja uma instituição formal, ao longo do tempo, através da sugestão de uma participante, foi iniciada a realização de atas. Isso proporcionou, além dos registros das reuniões, uma maior transparência e publicização das discussões. Essas atas são enviadas para todos os participantes.

O grupo cumpre um papel de suma importância quando cria espaços de discussão e reflexão, mas principalmente quando põe de frente a população com políticos e/ou autoridades públicas. Esses políticos e autoridades são das mais variadas áreas. Segundo Mário os assuntos

São sempre temas relacionados à comunidade. É um grupo que vive de ações temáticas sobre a comunidade. Nós discutimos tudo o que você possa imaginar, a questão do lixo, saúde, problema na CEDAE, a *Light*, o papel do parlamentar, UPP, o transporte, enfim. O que tem tomado muito mais tempo é o saneamento, sempre se repete.

Eu acho que os temas da comunidade acabam sendo políticos, não partidários. O que é a saúde? É uma questão política. O saneamento, é uma questão política, é uma questão de vontade política do governador Pezão.

Como veremos a partir das falas, o saneamento é um ponto recorrente nas falas dos entrevistados.

Valas a céu aberto, ligação clandestinas no sistema de esgotos e as diferenças entre a parte de baixo e a parte de alta da comunidade, onde o serviço é ainda mais deficitário são problemas que afligem moradores locais com relação ao esgotamento sanitário, segundo dados do PAC (2012). Segundo Neri (Idem), 88,9% das casas da Rocinha estão conectadas com a rede geral de esgoto, sendo 6,75% valas a céu aberto. (Velloso, 2012, p.205)

Dentre esses assuntos, um que se destaca é a segurança pública e uma presença garantida é a do comandante da Unidade de Polícia Pacificadora – UPP. Todos os ex-comandantes e o atual foram convidados a participar da reunião do RSF. Com um discurso muito parecido, ressaltam o trabalho do comandante anterior e destacam o que pretendem fazer dali em diante. Para a Sra. Carla, a segurança na Rocinha tem um papel de destaque e é influenciada pela (falta de) urbanização. Para ela é um dos temas mais importantes

Eu acho que através da urbanização, da acessibilidade de moradores idosos, principalmente, a gente conseguiria muitas outras coisas, por exemplo, a questão da violência. A gente continua tendo traficantes atuando em vielas da comunidade porque a Rocinha é enorme com muitos becos e com isso, o traficante que conhece a área tem um acesso muito melhor que o policial. Então nunca vai haver um policiamento tão efetivo quanto o que está na Estrada da Gávea. Não tem. Você vai na Rua 2, dentro de um beco, o traficante tá com uma metralhadora na mão, aí você desce a rua, um pouco mais abaixo, tá lá o policial. Então eu acho que se houvesse a urbanização correta, eu não estou falando isso porque quero que destrua parte da Rocinha para construir rua, não. Não é isso não. Mas a gente já viu, a partir da abertura da Rua 4, que é possível fazer uma obra e fazer uma acessibilidade melhor para aqueles moradores. E tem projetos. Se não tivesse, mas tem, de abertura, por exemplo, que começa ali no túnel e vai até a Rua 1.

Olha a diferença no transporte se você tem a Estrada da Gávea, mas há também uma outra via (mais rápida) que faz a mesma ligação. A Estrada da Gávea não engarrafaria tanto.

A fala da Sra Carla corrobora com nossa afirmação anterior de que, não só as intervenções urbanísticas, mas as políticas como um todo não adentram as vielas. De fato, enquanto morador da Rocinha, percebemos o quão diferente é a vida na Rocinha entre aqueles que moram perto da rua e aqueles que moram viela adentro.

Já para o Sr. Augusto, a questão da segurança pública, mais precisamente, a política de pacificação de favelas, e o combate às drogas pela polícia, é para ele o principal problema na Rocinha e impacta de diferentes formas a vida do favelado, mais até que o saneamento básico

O saneamento é importante, tira vidas a médio e longo prazo. Mas o investimento que o estado faz em segurança, podia fazer na área de educação e na área de saúde.

Numa disputa entre policias militares e traficantes que ficam trocando tiros de 06:00 até 12:00 vê quantas granadas foram jogadas, quantos tiros de fuzis, quanto armamento, quantos homens mobilizados. Se você regulamenta e legaliza as drogas, esse dinheiro ia tudo para a educação, daria para comprar giz, para melhoria nas salas de informática, compra de computadores, climatizar as salas, sobretudo na baixada fluminense, zona norte, zona oeste que são consideradas as mais quentes. Pagava um salário descente para os professores, ao invés dele dar aula em três, quatro escolas ele dava aula em uma escola com um salário compatível para ele se dedicar a melhoria daquela escola. Aí uma escola com uma sala de vídeo, uma biblioteca descente, um ginásio com piscina etc. Aí a gente ia fazer uma transformação.

O grande problema é que eles são preconceituosos, não gostam de favelados, não gostam de gays, não gostam de uma mulher emancipadora e libertária, são

patriarcalistas. Gostam de mulheres servindo, não gostam de mulheres com uma visão emancipadora de sociedade, libertária.

Ele (o policial) mata um negro favelado de 16, 17 anos porque ele é um imbecil? Não! (Ele mata) Porque a academia de polícia militar cria nele essa imbecilidade dizendo que os direitos humanos são só para bandidos. E ele mata e morre, fica negro matando negro.

Os moradores de favelas se acostumaram a viver sob convívio de traficantes, com constantes incursões de policiais e tiroteios, não que isso seja algo positivos, mas já faz parte da cotidianidade. E com as UPP isso não é diferente, pelo contrário, só escancara mais ainda essa questão. Agora, a população de favelas está se acostumando a passar por uma rua, encontrar dois ou três policiais, dobrar uma viela e encontrar alguém vendendo drogas.

Muitos, se não todas, essas pessoas que passam a atuar na venda de drogas o fazem devido a falta de, primeiro, oportunidades de emprego e, segundo, pela necessidade de manter condições objetivas de vida (se alimentar e vestir etc). Outro fator que muito influenciou a entrada de crianças e adolescentes para essa vida foi a falta de espaços de lazer. Com não há possibilidades de brincar, divertir, as referências do “legal e maneiro” eram essas pessoas que estavam sempre na vielas como se aquilo fosse algo interessante. Embora não seja, para uma criança ou adolescente aquilo tem significados.

Como vimos mais acima, o PAC se propôs a realizar obras de infraestrutura na Rocinha. Para os moradores entrevistados, os projetos não foram suficientes para atender as demandas locais. O problema é que o PAC 1 não realizou as obras previstas. Isso só reforça, para os moradores, a visão do PAC enquanto obra de fachada. Para a Sra. Márcia

A gente tá lutando para efetivar projetos que nem, sequer, saíram do papel no PAC 1. De reestruturação de algumas áreas da Rocinha, canalização, da vala, tratamento de esgoto, o plano inclinado lá debaixo na Roupa Suja, que é a área mais humilde da Rocinha. Várias famílias tiveram que sair dali, colocaram abaixo, prometeram um plano inclinado e até hoje nem, sequer, começaram. Só fizeram bagunça, virou um canteiro de obras, de lixo, de entulho, de ratos, o que acaba agravando ainda mais os problemas de saúde na rocinha. Já não tem saneamento aí vem colocar mais lixo e atrair ratos.

A gente tem até um processo que o ministério público tá investigando para se cobrar isso (a conclusão das obras) só que o governo só tá enrolando. Fica devolvendo prazo, prazo, não responde os ofícios dos promotores de justiça. Já tá rolando há mais de um ano. E quem denunciou foi o SOS Saneamento, o Rocinha Sem Fronteiras para cobrar medidas do ministério público.

O processo o qual a moradora se refere é o Inquérito Civil URB 694. No processo, basicamente, pretende-se “apurar a suposta ausência de finalização das intervenções do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1) para a comunidade da Rocinha, cuja finalização estava prevista para o mês de abril de 2011”. E no dia 6 de novembro de 2014, o RSF e o SOS Saneamento foram notificados (notificação 164/2014) a responder sobre o que o PAC 1 não havia concluído. A notificação foi respondida em 26 de novembro de 2014 pelo RSF, o SOS Saneamento e a associação de moradores do Laboriaux e Vila Cruzado, que informaram que as seguintes obras não haviam sido concluídas: obras no Caminho e Largo do Boiadeiro (a construção de um centro comercial no local) e obras de canalização do valão com obras no seu entorno. O processo ainda tramita na justiça.

Interessante notar que o papel de cobrar os interesses da Rocinha e exigir respostas, no que se refere as necessidades ou não cumprimento do PAC – Rocinha, não vem sendo desempenhado pela associação de moradores, mas sim por diferentes grupos. Não que somente a associação pudesse fazer isso, mas sendo ela uma representante institucional dos moradores, espera-se que ela atue de forma a lutar por melhorias do local.

Os participantes do RSF vêm depositando no grupo um papel e responsabilidade que se apresentam como desafio. O morador Mário diz que

A gente, enquanto grupo, a gente não tem uma linha. O nosso objetivo é se informar e informar. É fazer com as pessoas se tornem conhecedoras de seus direitos e deveres. Esse que é o objetivo principal.

A realidade cotidiana da população da Rocinha é como a de qualquer trabalhador, que acorda cedo, trabalha fora e chegam tarde. Como muitos trabalham nos finais de semana também, mobilizar para participar do grupo não é algo tão simples. A Sra. Márcia espera que

o grupo se fortaleça cada vez mais, que cada vez mais atraia as pessoas interessadas em somar, que a mobilização seja mais fortalecida. Que é muito difícil, isso, porque as pessoas não têm muito tempo. Às vezes não conhecem, apesar de quase dez anos tem gente que ainda não conhece apesar de ter campanha presencial, panfletagem, participação em debates fora da comunidade. Apesar dessas medidas tem gente que não conhece. E as que conhecem às vezes não tem tempo e não sabem como participar porque trabalham muito, dobram, trabalham horas extras. Tem esse fator que complica um pouquinho a mobilização.

Por esse motivo, os participantes do grupo podem ser divididos entre aqueles que estão sempre presentes em todas as reuniões e aqueles que participam esporadicamente. Como dito, essa participação esporádica vai depender do tema da reunião e do convidado.

Tem se tornado comum a reunião ser referência para moradores que estão sofrendo ameaças de remoção. Não raro aparecem na reunião em busca de informações a respeito desse processo e seus direitos. O RSF tem tido uma atuação que transcende as demandas da Rocinha. Suas discussões e reflexões levam em consideração problemas de um modo mais amplo. Augusto aponta, ao lado da segurança pública, como um dos principais problemas das favelas do Rio de Janeiro, a questão do saneamento básico, entendendo-o como sendo um problema que afeta, não só a Rocinha, mas as demais favelas da cidade. Segundo ele

O saneamento básico vai diminuir o número de pessoas com verminose. Insalubridade das casas nas favelas, porque a luta nossa não é só localizada aqui, agente dialoga com moradores de outras favelas. Essa é nossa luta, só falando em pertinência, eu acho que é a questão da necessidade alheia. O Rocinha Sem Fronteiras, ele não só informa e é informado, ele exercita um comportamento crítico, uma visão crítica da sociedade, uma sociedade desigual, um governo (que se diz) de esquerda que já tem doze anos governando, mas com uma prática de direita, agente constrói crítica também, não é só passador de informação.

Vemos, então, que o grupo Rocinha Sem Fronteiras e seus participantes vêm se tornando importantes sujeitos na luta pela conquista e garantia de direitos. Mais do que cobrar autoridades políticas de determinados serviços (polícia militar, Comlurb etc.), o RSF tem se preocupado em esclarecer qual é o papel dos parlamentares. Isso para que a população saiba como, quando e onde cobrá-los.

A mobilização feita pelo RSF se apresenta como de suma importância para a melhoria das condições de vida na favela da Rocinha e serve de exemplo para outras favelas, ocupações e bairros afetados por todas essas transformações. As cidades brasileiras nos últimos anos têm tido sua qualidade de vida afetadas por conta de diferentes fatores, entre eles a poluição do ar e condições de moradia. Segundo Gohn (2013), as favelas são as que mais sofreram com essa perda de qualidade, pois apresentam as expressões da questão social. É nesse cenário que o RSF, exigindo respostas, cobrando e mobilizando, luta contra o desenvolvimento urbano desigual.

5

Considerações Finais

Vimos que ações e políticas voltadas para a erradicação dos cortiços no final do século XIX e início do século XX foi um dos fatores que incentivou a ida de inúmeras famílias para os morros da cidade, inicialmente no centro, em busca de um lugar que lhes proporcionasse acesso à moradia e fosse próximo ao emprego. E embora não haja um consenso sobre o seu surgimento⁶³, Valladares (2000) afirma que o fim dos cortiços foi a “semente da favela”.

A partir disso, a atuação do Estado em relação às favelas, durante o século XX, foi marcada por ações e políticas contraditórias que ora visavam à erradicação, ora legitimavam sua permanência. Essa contradição esteve presente por durante todo o século XX. Paralelo a essa contradição, uma marca da ação voltada para as favelas, e que também esteve presente durante todo o século passado, foram as remoções destas e sua população.

Nesse início do século XXI, mesmo tendo apresentado importantes marcos no que se refere à política urbana, como por exemplo, a promulgação da Lei 10.257/2001 e a criação do Ministério da Cidade em 2003, tais contradições ainda persistem. Atualmente, à população de baixa renda de assentamentos precários vêm sendo negado direitos conquistados ao longo da história. Sendo o direito à moradia um deles, a justificativa é de que os ganhos e melhorias das obras de preparação da cidade para os grandes eventos serão da coletividade e as ações que prejudicam essa população de baixa renda são tratadas como se fossem inevitáveis. Verifica-se, assim, o retorno de políticas de transferência das populações das favelas para áreas distantes do centro e zona sul da cidade.

Dentro do contexto de preparação da cidade voltadas ao atendimento dos grandes eventos, o governo federal implementou duas de suas principais políticas urbanas, o PAC e o PMCMV. Estas, se, por um lado, beneficiam uma parte da população de baixa renda com investimentos em infraestrutura, mobilidade, urbanização etc., por outro corroboram com ações que tem como principal prejudicado a própria população de baixa renda, retirando-as de áreas valorizadas

⁶³ Como falado, a história do surgimento das favelas possui diversas versões, sendo a mais popular a que trata do retorno à cidade dos soldados que lutaram na guerra de Canudos.

da cidade. Contudo, essas mesmas políticas negam direitos à população quando não seguem o previsto no artigo 429 da lei orgânica da cidade do Rio de Janeiro⁶⁴, que é muito restritiva quanto às possibilidades de reassentamento e prevê, ainda, a manutenção da população realocada o mais próximo possível de seu local de moradia com plena participação popular durante o processo.

Esse segundo aspecto, do não cumprimento da lei com relação à ausência de participação na condução da política, é o que vem fazendo moradores da Rocinha a se organizarem contra projetos que não são prioridades no local e que foram elaborados sem a participação de moradores da Rocinha.

Não sendo, essencialmente, uma favela diretamente afetada pelas intervenções voltadas para os megaeventos, pode-se dizer que a Rocinha sofre influências desses eventos uma vez que o turismo na cidade é algo incentivado pelos eventos que aconteceram e que ainda está por vir. E é nessa perspectiva que a Rocinha vem recebendo intervenções do PAC desde o final da década passada.

As intervenções nessa favela, embora necessárias, não têm contado com a participação dos moradores em sua escolha, implantação e execução. E as reais necessidades da localidade não estão previstas para sanadas.

A impressão que tivemos, não só enquanto morador, mas sim, enquanto pesquisador é a de que poder público tem a ilusão de que toda e qualquer intervenção em favela é sempre para o bem da população e que esta sempre as receberá como sendo necessárias e positivas para a coletividade. O que não condiz com a realidade.

As ‘respostas às iniciativas das camadas populares’, que, ainda que comportem nuances conjunturais, foram geralmente feitas ‘*contra* os interesses dos moradores de favelas, ou, na melhor das hipóteses, *para* eles. Os moradores são sempre objeto de decisão. Quando muito, coadjuvantes. Nunca sujeitos da cidade, cidadãos’. (Valla, 1987, p.171 apud Oliveira et al., 1993, p.38)

⁶⁴ Art. 429 - A política de desenvolvimento urbano respeitará os seguintes preceitos:

VI - urbanização, regularização fundiária e titulação das áreas faveladas e de baixa renda, sem remoção dos moradores, salvo quando as condições físicas da área ocupada imponham risco de vida aos seus habitantes, hipótese em que serão seguidas as seguintes regras:

b) participação da comunidade interessada e das entidades representativas na análise e definição das soluções;

c) assentamento em localidades próximas dos locais da moradia ou do trabalho, se necessário o remanejamento;

Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em:

<http://www2.rio.rj.gov.br/pgm/leiorganica/leiorganica.html>. Acesso em 6 de agosto de 2015, às 20:00.

Desde a virada do século as cidades vêm se configurando como mercadorias que devem ser vendidas nas vitrines mundiais e suas gestões pensadas como se fossem empresas (Vainer, 2002), o que reforça, cada vez mais, necessidade da organização popular. E a Rocinha mostra, então, um exitoso exemplo de organização através do grupo Rocinha Sem Fronteiras. Um grupo sem vinculação partidária, onde a população tem voz e é posta de frente com aqueles que têm o dever de atender as necessidades da população.

Os integrantes do grupo que participaram dessa pesquisa consideram que o grupo RSF vem cumprindo com seus objetivos. Mário afirma que o aumento no número de participação no grupo mostra que o grupo vem surtindo o efeito que se esperava, que é a mobilização e participação. Segundo ele, “quando nós começamos, nós éramos quatro pessoas e hoje a gente nunca tem menos de vinte. Então é porque as pessoas estão se interessando e se informando”. Afirma, também, que a fala das pessoas em outros espaços é um sinal de que a população que participa do grupo está se apropriando das discussões e multiplicando-a.

Já Augusto aponta como fator de relevância a participação de jovens e adolescentes no grupo, para ele

Quando agente vê gerações chegando ao grupo e se interessando pelo debate. Quando as pessoas não debatem mais apenas greve, mas a legalização e regulamentação das drogas, que era um tema que não era tão discutido na década de 70, 80. Quando agente vê jovens discutindo busca pelos direitos civis, isso é gratificante.

A participação da juventude no cenário político e em movimentos sociais ou de mobilização social foi apontada por Pinto (2012) como sendo uma das novidades das suas novas configurações. Segundo ela

A presença da juventude como liderança desses movimentos faz lembrar os acontecimentos da década de 1960. No Chile a grande liderança é Camila Vallejo, de 23 anos, estudante de Geografia da Universidade do Chile (FECh). Junto a ela encontra-se um grande número de estudantes universitários. (Pinto, 2012, p.138)

O interesse por parte da população em participar do grupo esteve presente na fala de todos os entrevistados. Isso mostra que, mesmo com todas as dificuldades que impedem a participação de mais moradores, ainda sim, os resultados são apontados como positivos para a Rocinha e seus habitantes.

O grupo RSF pode ser, então, compreendido como uma organização comunitária. Para Oliveira (et al, 1993, p, 84)

A expressão organizações comunitárias refere-se portanto, inicialmente, aos diversos grupos existentes em cada favela, que se organizaram, espontaneamente ou não, em torno de interesses coletivos (lazer, creche, limpeza de valas, etc.), que extrapolam o próprio grupo, com a pretensão de atingir a maioria dos moradores da localidade, numa perspectiva solidária.

O grupo RSF atua, acima de tudo, para que a população da Rocinha tenha o direito de participar das decisões políticas e todas as etapas de projetos que são implementados na favela.

O grupo faz campanha para conscientizar a população das consequências das obras de um teleférico e defende que os investimentos previstos para construí-lo sejam aplicados em obras de saneamento básico. Como visto, isso não é um consenso dentro da Rocinha. Se a população em sua maioria ou aqueles que serão afetados decidirem se posicionar a favor, tentaremos contabilizar suas consequências futuras. Mas para isso eles precisam ter a ciência do que significa tal construção, quais serão os seus benefícios e malefícios e quem serão realmente beneficiados. As ações do poder público sugerem que este não tem a intenção de problematizar e muito menos dar visibilidade às consequências de suas ações. Isso se exemplifica na falta de informações básicas com relação aos projetos desenvolvidos na Rocinha, como por exemplo, seus prazos e abrangência de intervenção.

A construção de um teleférico na Rocinha e suas consequências é apenas um exemplo. A questão é, de fato, a necessidade de a população se organizar e se articular interna e externamente. E é, exatamente, o que o grupo RSF vem fazendo há nove anos.

A proposta de diálogo entre moradores e representantes do poder público é discutida pelo grupo RSF e feita através da discussão de temas que se correlacionam. A ideia é discutir e analisar a Rocinha em seus vários aspectos. Castells (2006, p.387) sugere a hipótese de que “quanto mais as contradições estejam sendo tratadas de modo fracionado, menores as possibilidades de confronto e de mobilização”. E o grupo RSF, com suas discussões temáticas, tem contribuído para, além da reflexão crítica de diferentes políticas, a conscientização da necessidade de organização popular no intuito de participar da condução e

avaliação das ações públicas despendidas na Rocinha e consequentemente em suas vidas. Ações essas, que, embora variadas, se relacionam e é parte da questão urbana na Rocinha. No passado

eventualmente ocorriam divisões nos grupos, em virtude de discordância quanto a prioridade, por exemplo, ocasionando a organização de um novo grupo. Muitos grupos surgiram de uma única reivindicação que não exigia desdobramentos, resultando que, uma vez alcançado o objetivo, esses grupos não conseguiam se articular numa perspectiva de mais longo prazo e se esfacelavam. (OLIVEIRA et al., 1993, p.81)

A mobilização na Rocinha no atual contexto se apresenta como necessária e urgente. Os moradores da Rocinha, através dessa mobilização, tem um papel político crucial de suma importância. Mais do que exigir o direito a participar do processo de intervenção na favela, contribuem com um importante direito, o direito à cidade. E lutar por essa participação tem, também, como cerne da questão, lutar por esse direito, que vem sendo negado por parte do Estado. Para Harvey (2012, p.74)

O direito à cidade é muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo, e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos, é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados.

O grupo RSF, como vimos, busca articular-se com outros movimentos sociais, entendendo que a negação da participação e controle social não é uma exclusividade da Rocinha. Para o trato da questão urbana na cidade do Rio de Janeiro essa articulação não é o suficiente, mas, ainda sim, é um importante passo. Ainda segundo Harvey (2012, p.86) há a falta de articulação entre os movimentos sociais urbanos. E se houvesse eles deveriam exigir

um maior controle democrático sobre a produção e a utilização do lucro. E uma vez que o processo urbano é um dos principais canais de uso desse dinheiro, criar uma gestão democrática da sua aplicação constitui o direito à cidade. Ao longo de toda a história do capitalismo, uma parte do lucro foi tributada, e em fases social-democratas a proporção à disposição do Estado aumentou significativamente. O projeto neoliberal dos últimos trinta anos caminhou para privatizar esse controle. (Harvey, 2012, p.86)

O grupo RSF, através de sua atuação, planta uma pequena semente que para brotar faz-se necessário que mais moradores da Rocinha e moradores de outras favelas que sofrem com questões parecidas, movimentos sociais e demais interessados participem, caminhem juntos. É preciso que todos entendam que o que acontece nas favelas não é um problema somente delas, mas sim de todos aqueles que vêm sendo negado o acesso à cidade, àqueles que vêm sendo excluídos dela.

A luta pelo direito à cidade não é uma luta entre favelado e não favelados. A luta pelo direito à cidade representa a luta de classes existente, e cada vez mais presente, em nossa sociedade. E a adoção dessa luta pelo direito à cidade pode ser um propulsor para o fortalecimento e união dos movimentos sociais.

Referências Bibliográficas

Acordos Globais. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2012/01/acordos-globais>. Acesso em 24 de junho de 2015.

AMARAL, Silvia Cristina Franco; SILVA, Dirceu Santos; SANTOS, Marcel Ivan dos and VARGAS, Gabriel Rocha. **A sociedade civil e os conflitos na construção dos megaeventos esportivos no Brasil.** Soc. estado. [online]. 2014, vol.29, n.2, pp.637-660. ISSN 0102-6992.

ARAÚJO, Larissa Oliveira Gonçalves & PEREIRA, Marilene dos Santos. **A vida nos cortiços:** o cômodo e o incômodo panorama do atendimento habitacional no centro de Santos.

BARRE, Jorge de La. Choque de futuro: o Rio dos megaeventos. In: O Social em Questão. Ano XVI, nº 29 (2013), Rio de Janeiro: PUC-Rio. Departamento de Serviço Social. ISSN: 1415-1804

BOTEGA, Leonardo da Rocha. A política habitacional no brasil (1930-1990). In: **Periódico de Divulgação Científica da FALS.** Ano I – Nº 02. Março, 2008

Brasil em Jogo. **O que fica da Copa e das Olimpíadas?** Rio de Janeiro: Boitempo editorial, 2014.

BRASIL. **Constituição, 1988.**

_____. **Lei nº 10.257**, de 10 de julho de 2001.

_____. **Lei nº 11.977**, de 7 de julho de 2009.

_____. **Decreto nº 6.276**, de 28 de novembro de 2007.

CAJUEIRO, Roberta Liana Pimentel. **Manual para elaboração de de trabalho acadêmicos.** Guia prático do estudante. Petrópoles – RJ : Vozes, 2012.

CARVALHO, Silvio de Almeida Carvalho. A favela da Rocinha: a memória de velhos e velhas na luta contra a vulnerabilidade social (1930-1993). In: **XII Encontro Regional de História: Usos e Passados**, 2006, Niterói. Anais do XII

Encontro Regional de História da Anpuh - Rio. Niterói: Associação Nacional de História Seccção Rio de Janeiro, 2006. v. 1. p.1-9.

_____. Vivendo de teimoso: driblando a vulnerabilidade social na favela da Rocinha (1940-1980). In: XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa, 2003, João Pessoa. **Anais Eletrônicos do XII Simpósio Nacional de História**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2003. p.1-8.

Cidades Rebeldes. **Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. Rio de Janeiro: Boitempo editorial, 2014

COSTA, Giuliana. Sedar megaeventos vale à pena? In: **O Social em Questão. Ano XVI, nº 29 (2013)**, Rio de Janeiro: PUC-Rio. Departamento de Serviço Social. ISSN: 1415-1804

CURI, Martin. **A disputa pelo legado em megaeventos esportivos no Brasil**. Horizontes antropológicos [online]. 2013, vol.19, n.40, pp.65-88. ISSN 0104-7183.

DRUMOND, Maurício. **Vargas, Perón e o esporte: propaganda política e a imagem da nação**. Estud. hist. (Rio J.) [online]. 2009, vol.22, n.44, pp.398-421. ISSN 0103-2186.

FERRAZ, Joana D`Arc Fernandes. **As reformas do espaço urbano e o lugar da pobreza**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005.

FILHO, Silvio de Almeida Carvalho. “Vivendo de teimoso”: driblando a vulnerabilidade social na favela da Rocinha (1940-1980). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. *Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa*. João Pessoa: ANPUH, 2003. CD-ROM.

FREIRE, Letícia Luna. **Favela, bairro ou comunidade?** Quando uma política urbana torna-se uma política de significados. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 1, p.95-114, 2009.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **A favela que se vê e que se vende: reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Outubro de 2007, vol.22, nº. 65, p.61-72.

_____. **Entre tapas e beijos: a favela turística na perspectiva de seus moradores**. *Sociedade e Estado*. Abril de 2010, vol. 25, nº. 1, p.33-51.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro**. História e Direito. Rio de Janeiro : Pallas : Ed. PUC-Rio, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilização civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2013.

LARA, Fernando Luiz. **Cidades na era Lula o lento abandono dos processos participativos.** *Rev. Inst. Estud. Bras.* [online]. 2014, n.58, pp.245-262. ISSN 2316-901X. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p245-262>.

Magalhães, Alexandre. **O "legado" dos megaeventos esportivos:** a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. *Horiz. antropol.*, Dez 2013, vol.19, no.40, p.89-118. ISSN 0104-7183

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Cidade História e Desafios.** Rio de Janeiro: FGV.

PANDOLFI, Dulce & GRYNSZPAN, Mario. PODER PÚBLICO E FAVELAS: UMA RELAÇÃO DELICADA. In: **Cidade: história e desafios** / Lúcia Lippi Oliveira, organizadora. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 2002. 295 p.

PEREIRA, Aliger dos Santos. **Uma avaliação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no estado da Bahia (2007-10).** *Revista Administração Pública* [online]. 2013, vol.47, n.1, pp.177-203. ISSN 0034-7612.

PICCINI, Andrea. **Cortiços na cidade:** conceito e preconceito na reestruturação do centro urbano de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2006.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL; AGACHE, A. **Cidade do Rio de Janeiro:** Extensão- Remodelação-Embelhecimento. Paris: Foyer Brésilien, 1930. Disponível em <http://planourbano.rio.rj.gov.br>, acesso em dia / mês / ano.

Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010. Governo Federal, 22 de janeiro de 2007. Disponível em: www.fazenda.gov.br/divulgacao/publicacoes/...pac/r220107_pac.pdf. Acesso em 26 de junho de 2015.

RIO DE JANEIRO, Lei Complementar 111/2011 – Plano Diretor.

ROLNIK, Raquel et al. **O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas:** aspectos socioespaciais e segregação. *Caderno Metrôpoles* [online]. 2015, vol.17, n.33, pp.127-154. ISSN 2236-9996. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3306>>. Acesso em 28 de Junho de 2015.

_____. **É possível política urbana contra a exclusão?** . Serviço Social e Sociedade, São Paulo - Editora Cortez, v. 72, p.53-61, 2002. Referências adicionais: Brasil/Português; Meio de divulgação: Impresso; ISSN/ISBN: 01016628.

_____. **Política urbana no Brasil. Esperança em meio ao caos?.** *Revista da ANTP*, São Paulo, 2003.

SILVA, Marta do Nascimento. **A Favela como expressão de conflitos no espaço urbano do Rio de Janeiro: o exemplo da Zona Sul carioca** [Livro]. - Rio de Janeiro : PUC-Rio, 2010. - p.157.

Site InfoEscola. Disponível: <http://www.infoescola.com/brasil/programa-de-aceleracao-do-crescimento-pac/>. Acesso em: 26 de junho de 2015.

TAVARES, O. **Quem são os vencedores e os perdedores dos Jogos Olímpico?** Pensar a Prática, v. 8, n. 1, Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 2005, p.48-55.

TOBAK, Bernardo G1 [Online] // G1. - Globo Comunicação e Participações S.A., 21 de Dezembro de 2011. - 25 de abril de 2015. - <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/12/maior-favela-do-pais-rocinha-discorda-de-dados-de-populacao-do-ibge.html>.

TONELLA, Celene. **Políticas urbanas no Brasil: marcos legais, sujeitos e instituições.** Sociedade estado. Brasília, v. 28, n. 1, p.29-52, Abril 2013.

Trabalho Técnico Social na Urbanização de Favelas. Disponível em: bvsms.saude.gov.br/bvs/palestras/.../urbanizacao_favelas_PAC.pdf. Acesso em: 28 de junho de 2015.

VALLADARES, Licia de Prado. **A Gênese da Favela Carioca.** A produção anterior às ciências sociais. RSCS. Vol. 15 a 44. Outubro, 2000.

_____. **A invenção da favela.** Do mito de origem a favela.com [Livro]. - Rio de Janeiro : Editora FGV, 2013. - 1ª : p.204.

_____. **Passa-se uma casa:** Análise do programa de remoção de Favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zaha editores, 1978.

VELLOSO, João Paulo do Reis (Coord.). **Favela como Oportunidade.** Plano de Desenvolvimento de Favelas Para sua Inclusão Social e Econômica. Fórum Nacional. Rio de Janeiro, 2012.

VELLOSO, João Paulo dos Reis; PASTUK, Marília; PEREIRA JUNIOR, Vicente. INSTITUTO NACIONAL DE ALTOS ESTUDOS. **Favela como oportunidade:** plano de desenvolvimento de favelas para sua inclusão social e econômica. Rio de Janeiro: INAE, 2012, p.445

VERÍSSIMO, Antônio Augusto. Blog: **À Beira do Urbanismo.** Habitação, Emprego e Mobilidade: subsídios para o debate sobre a localização da habitação de interesse social na cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://abeiradourbanismo.blogspot.com.br/2012/02/habitacao-emprego-e-mobilidade.html>. Acesso em: 22 de junho de 2015.

VILLANÇA, Flavio. **Estatuto da cidade: para que serve?** Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Estatuto-da-cidade-para-que-serve-%0d%0a/4/26206> . Acesso em 22 de junho de 2015, às 18h.

LEFEBVRE, Henri. Teses sobre a cidade, o urbano e o urbanismo. In: **O Direito a Cidade**. São Paulo. Editora Documentos LTDA. 1969, p.129-133.

HARVEY, David. **O Direito à Cidade**. Lutas Sociais, São Paulo, n. 29, p.73-89, jul./dez. 2012.

VAINER, Carlos. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**, 14., 2011, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Anpur, 2011. p.1-15.

POZZER, Milene Ana dos Santos. Socialização política: promoção da cidadania através das Associações de moradores. In: **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, ISSN 2177-8248. GT 2. Gênero e movimentos sociais – Coord. Renata Gonçalves Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2010.

ALMEIDA H. **Tuberculose é a doença que atinge a Rocinha**. Jornal da Rocinha. Outubro de 2008. Disponível em: <http://jornaldarocinha.blogspot.com.br/search?updated-min=2008-001T00:00:00-08:00eupdated-max%3D2009-01-01T00:00:00-08:00emax-results>. Acesso em 16 de julho de 2015, às 17h.

SILVA, Adriana Rodrigues da; SOUSA, Ana Inês; SANT'ANNA, Clemax Couto. **Práticas de cuidado empregadas no tratamento de crianças e adolescentes com infecção latente por tuberculose**. Epidemiologia e Serviço Saúde, Brasília, v. 23, n. 3, p.547-552, setembro 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222014000300547&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 de Julho de 2015.

SILVA, Geraldo. **ReFavela (notas sobre a definição de favela)**. Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia Universidade Federal do Rio de Janeiro. Laboratório Território e Comunicação – LABTeC/ESS/UFRJ – Vol 1, n. 1, (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ, n. 39 – jan-abr 2013

Hemerografia

<http://abeiradourbanismo.blogspot.com.br>
<http://bvsmms.saude.gov.br>
<http://cartamaior.com.br>
<http://download.rj.gov.br>
<http://economia.uol.com.br>
<http://esporte.uol.com.br>
<http://esportes.estadao.com.br>
<http://folhapolitica.jusbrasil.com.br>
<http://g1.globo.com>
<http://jornaldarocinha.blogspot.com.br>
<http://luiscezar.blogspot.com.br>
<http://michaelis.uol.com.br>
<http://odia.ig.com.br>
<http://oglobo.globo.com>
<http://planourbano.rio.rj.gov.br>
<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/>
<http://trivela.uol.com.br>
<http://web.observatoriodasmetropoles.net>
<http://www.alerj.rj.gov.br>
<http://www.bbc.co.uk>
<http://www.brasil.gov.br>
<http://www.cidades.ibge.gov.br>
<http://www.ciespi.org.br>
<http://www.contasabertas.com.br>
<http://www.ebc.com.br>
<http://www.gamesmonitor.org.uk>
<http://www.infoescola.com/>
<http://www.jb.com.br>
<http://www.marcillio.com>
<http://www.osurbanitas.org>
<http://www.planalto.gov.br>

<http://www.rio.rj.gov.br>

<http://www2.camara.leg.br>

<http://www2.rio.rj.gov.br>

<http://zh.clicrbs.com.br>

<https://raquelrolnik.wordpress.com>

<https://robertatrindade.wordpress.com>

<https://www.youtube.com>

Apêndice

Questionário para realização de entrevistas

Identificação do entrevistado

1. Mora na Rocinha?

() Sim () Não

Se sim, há quanto tempo? ____ anos e ____ meses

2. Ocupação/Profissão

3. Idade: _____

4. Sexo: M () F ()

Sobre a Rocinha

5. Identifica algum problema na Rocinha? Sim () Não ()

5.1. Se sim, quais?

5.1.1. Qual é o mais grave deles?

5.2. Nos últimos anos medidas foram tomadas para acabar com os problemas?

Sim () Não ()

5.2.1. Se sim, quais?

5.2.2. Essas medidas foram suficientes para a resolução do problema? Sim () Não

()

5.2.2.1. Se não, o que você sugeriria?

Da relação com o poder público

6. O poder público, de alguma forma, atuou ou atua na Rocinha no que se refere a política urbana? Sim () Não ()

6.1. Se sim, de que forma?

6.2. (Se sim) Você considera essas intervenções satisfatórias? Sim () Não ()

6.2.1. Por que?

Sobre o Rocinha Sem Fronteiras

7. Você participa do grupo Rocinha Sem Fronteiras? Sim () Não ()

- 7.1. Se sim, há quanto tempo? _____ anos e _____ meses
8. Porque você participar do grupo?
9. O que você espera do grupo?
10. Quais tipos de assuntos são discutidos no grupo?
11. Quais são os assuntos considerados mais relevantes pelo grupo? Há algum que se destaque?
12. Quais são os resultados esperados com as reuniões do grupo?